

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	11
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	12
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	13
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	14
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020	15
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019	16
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	17
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	18
--------------------------	----

Notas Explicativas	22
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	88
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	89
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	90
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2020
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	786.265
Preferenciais	1.209.267
Total	1.995.532
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2020	Exercício Anterior 31/12/2019
1	Ativo Total	7.667.057	7.457.627
1.01	Ativo Circulante	1.439.852	1.449.582
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.060	10.080
1.01.02	Aplicações Financeiras	1.091.303	1.117.550
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	201.978	201.116
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	889.325	916.434
1.01.03	Contas a Receber	263.212	252.430
1.01.03.01	Clientes	263.212	252.430
1.01.06	Tributos a Recuperar	18.689	14.607
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	18.689	14.607
1.01.06.01.01	Tributos e Contribuições Sociais Compensáveis	18.689	14.607
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	65.588	54.915
1.01.08.03	Outros	65.588	54.915
1.01.08.03.03	Cauções e Depósitos Vinculados	40.501	39.388
1.01.08.03.04	Outros Ativos	25.087	15.527
1.02	Ativo Não Circulante	6.227.205	6.008.045
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	217.692	187.175
1.02.01.04	Contas a Receber	13.075	13.075
1.02.01.04.01	Clientes	13.075	13.075
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	204.617	174.100
1.02.01.10.04	Cauções e Depósitos Vinculados	85.723	51.441
1.02.01.10.05	Créditos Fiscais de Ágios Incorporados	103.767	107.483
1.02.01.10.06	Outros Ativos	15.127	15.176
1.02.02	Investimentos	3.182.618	2.971.023
1.02.02.01	Participações Societárias	3.182.618	2.971.023
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	3.182.618	2.971.023
1.02.03	Imobilizado	2.786.310	2.808.342
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	2.690.652	2.726.591
1.02.03.01.01	Imobilizado em Serviço	2.688.553	2.724.492
1.02.03.01.03	Imóveis Destinados a Uso Futuro	2.099	2.099
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	6.185	6.238
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	89.473	75.513
1.02.04	Intangível	40.585	41.505
1.02.04.01	Intangíveis	40.585	41.505
1.02.04.01.02	Uso do Bem Público	26.238	26.902
1.02.04.01.03	Outros Intangíveis	14.347	14.603

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2020	Exercício Anterior 31/12/2019
2	Passivo Total	7.667.057	7.457.627
2.01	Passivo Circulante	1.858.732	1.765.299
2.01.02	Fornecedores	1.200.581	1.190.419
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.200.581	1.190.419
2.01.03	Obrigações Fiscais	60.466	20.775
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	402.852	425.420
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	402.852	425.420
2.01.05	Outras Obrigações	191.080	125.091
2.01.05.02	Outros	191.080	125.091
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	38.862	38.867
2.01.05.02.05	Passivo de Arrendamento	728	714
2.01.05.02.06	Encargos Setoriais	19.174	18.299
2.01.05.02.10	Outras Obrigações	132.316	67.211
2.01.06	Provisões	3.753	3.594
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	3.753	3.594
2.02	Passivo Não Circulante	4.281.624	4.241.158
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	3.684.732	3.662.808
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	3.684.732	3.662.808
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	3.684.732	3.662.808
2.02.02	Outras Obrigações	179.102	164.938
2.02.02.02	Outros	179.102	164.938
2.02.02.02.03	Passivo de Arrendamento	19.733	19.509
2.02.02.02.07	Obrigações com Entidade de Previdência Privada	91.406	89.001
2.02.02.02.09	Encargos Setoriais	10.421	9.726
2.02.02.02.12	Outras Obrigações	57.542	46.702
2.02.03	Tributos Diferidos	302.566	315.051
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	302.566	315.051
2.02.04	Provisões	115.224	98.361
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	115.224	98.361
2.03	Patrimônio Líquido	1.526.701	1.451.170
2.03.01	Capital Social Realizado	474.607	474.607
2.03.02	Reservas de Capital	141.669	141.552
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	128.609	128.609
2.03.02.04	Opções Outorgadas	3.391	3.274
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	264	264
2.03.02.07	Remuneração das Imobilizações em Curso	9.405	9.405
2.03.04	Reservas de Lucros	209.271	209.271
2.03.04.01	Reserva Legal	94.921	94.921
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	97.477	97.477
2.03.04.10	Reserva de Investimentos	16.873	16.873
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	89.210	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	671.755	685.646
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-59.811	-59.906

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2020 à 31/03/2020	Anterior 01/01/2019 à 31/03/2019
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	425.392	417.403
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-205.769	-241.418
3.02.01	Energia Elétrica Comprada para Revenda	-51.736	-96.665
3.02.02	Encargos do uso do Sistema de Transmissão e Conexão	-35.059	-33.757
3.02.03	Taxa de Fiscalização	-2.033	-2.042
3.02.05	Pessoal e Administradores	-34.265	-34.549
3.02.06	Entidade de Previdência Privada	-1.435	-1.953
3.02.07	Serviços de Terceiros	-30.536	-21.731
3.02.08	Material	-2.622	-2.579
3.02.09	Provisão para Processos Judiciais e Outros, Líquida	141	-78
3.02.10	Depreciação e Amortização	-41.646	-42.903
3.02.11	Outras Receitas e Despesas Operacionais	-6.578	-5.161
3.03	Resultado Bruto	219.623	175.985
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	4.553	-3.443
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-2.502	-2.608
3.04.05.01	Amortização de Intangível e Mais Valia Gerado em Aquisições	-2.502	-2.608
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	7.055	-835
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	224.176	172.542
3.06	Resultado Financeiro	-112.657	-74.559
3.06.01	Receitas Financeiras	12.014	15.891
3.06.02	Despesas Financeiras	-124.671	-90.450
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-109.027	-90.165
3.06.02.02	Variações Cambiais, Líquidas	-15.644	-285
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	111.519	97.983
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-36.200	-35.969
3.08.01	Corrente	-44.969	-38.103
3.08.02	Diferido	8.769	2.134
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	75.319	62.014
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	75.319	62.014
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,03774	0,03152
3.99.01.02	PN	0,03774	0,03152
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,03686	0,03011
3.99.02.02	PN	0,03686	0,03011

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 31/03/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 31/03/2019
4.01	Lucro Líquido do Período	75.319	62.014
4.02	Outros Resultados Abrangentes	95	-7.139
4.02.01	Equivalência Patrimonial Sobre Hedge de Fluxo de Caixa de Controlada	95	0
4.02.02	Ganhos Realizados em Operações de Hedge de Fluxo de Caixa Originados no Período	0	-10.816
4.02.03	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	3.677
4.03	Resultado Abrangente do Período	75.414	54.875

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 31/03/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 31/03/2019
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	158.556	250.472
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	218.024	180.830
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	75.319	62.014
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	43.170	44.521
6.01.01.03	Amortização de Intangível e Mais Valia Gerado em Aquisições	2.502	2.608
6.01.01.04	Variação Monetária e Cambial	35.469	17.382
6.01.01.05	Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	0	-2.777
6.01.01.07	Provisão para Processos Judiciais e Outros	456	883
6.01.01.08	Custo de Empréstimos e Debêntures (Encargos de Dívidas), Líquido de Juros Capitalizados	84.132	68.116
6.01.01.09	Juros sobre Passivo de Arrendamento	886	748
6.01.01.10	Fundo de Pensão	2.803	1.700
6.01.01.11	Receita de Aplicação Financeira em Investimentos de Curto Prazo	-11.096	-14.133
6.01.01.12	Tributos e Contribuições Sociais Diferidos	-8.769	-2.134
6.01.01.13	Ações e Opções de Ações Outorgadas	117	113
6.01.01.14	Baixa de Bens do Ativo	90	954
6.01.01.15	Resultado de Equivalência Patrimonial	-7.055	835
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	26.239	143.517
6.01.03	Outros	-85.707	-73.875
6.01.03.01	Pagamento de Juros (Encargos de Dívidas), Deduzido dos Juros Capitalizados	-84.776	-27.944
6.01.03.02	Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social	-23.378	-55.260
6.01.03.03	Pagamento de Obrigações com Entidade de Previdência Privada	-398	-333
6.01.03.04	Pagamento de Processos Judiciais e Outros	17	-235
6.01.03.05	Juros Resgatados de Investimentos de Curto Prazo	22.828	9.897
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-166.923	-353.455
6.02.01	Aquisições de Ativo Imobilizado e Intangível	-20.766	-9.035
6.02.02	Aumento de Capital em Controlada	-106.569	-108.698
6.02.04	Aquisição de Investimento, Líquido do Caixa e Equivalentes de Caixa das Empresas Adquiridas	-21.749	-6.698
6.02.07	Aplicações em Investimentos de Curto Prazo	-1.001.719	-661.047
6.02.08	Resgates de Investimentos de Curto Prazo	1.018.539	435.428
6.02.10	Aplicações / Resgates de Cauções e Depósitos Vinculados	-34.659	-3.405
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-653	-181
6.03.02	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Pagos	-5	-3
6.03.04	Pagamento de Passivo de Arrendamento (Principal)	-648	-178
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-9.020	-103.164
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	10.080	103.591
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.060	427

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	474.607	141.552	209.271	0	625.740	1.451.170
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	474.607	141.552	209.271	0	625.740	1.451.170
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	117	0	0	0	117
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	117	0	0	0	117
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	75.319	95	75.414
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	75.319	0	75.319
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	95	95
5.05.02.06	Equivalência Patrimonial Sobre Hedge de Fluxo de Caixa de Controladas	0	0	0	0	95	95
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	13.891	-13.891	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	21.047	-21.047	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-7.156	7.156	0
5.07	Saldos Finais	474.607	141.669	209.271	89.210	611.944	1.526.701

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	416.646	199.078	178.818	0	728.932	1.523.474
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	416.646	199.078	178.818	0	728.932	1.523.474
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	113	0	0	0	113
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	113	0	0	0	113
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	62.014	-7.139	54.875
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	62.014	0	62.014
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-7.139	-7.139
5.05.02.06	Hedge de Fluxo de Caixa	0	0	0	0	-10.816	-10.816
5.05.02.07	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Hedge de Fluxo de Caixa	0	0	0	0	3.677	3.677
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	14.567	-14.567	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	22.071	-22.071	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-7.504	7.504	0
5.07	Saldos Finais	416.646	199.191	178.818	76.581	707.226	1.578.462

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício	Anterior
		01/01/2020 à 31/03/2020	01/01/2019 à 31/03/2019
7.01	Receitas	496.828	484.164
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	496.717	483.054
7.01.02	Outras Receitas	111	1.110
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-138.105	-173.976
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-95.011	-143.530
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-37.006	-25.526
7.02.04	Outros	-6.088	-4.920
7.02.04.01	Realização de Intangível e Mais Valia Gerado em Aquisições	-6.088	-4.920
7.03	Valor Adicionado Bruto	358.723	310.188
7.04	Retenções	-45.672	-47.130
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-43.170	-44.522
7.04.02	Outras	-2.502	-2.608
7.04.02.01	Realização de Intangível e Mais Valia Gerado em Aquisições	-2.502	-2.608
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	313.051	263.058
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	19.665	15.862
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	7.055	-835
7.06.02	Receitas Financeiras	12.610	16.697
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	332.716	278.920
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	332.716	278.920
7.08.01	Pessoal	30.543	31.645
7.08.01.01	Remuneração Direta	27.358	27.870
7.08.01.02	Benefícios	1.435	1.953
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.750	1.822
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	101.949	94.535
7.08.02.01	Federais	95.122	90.477
7.08.02.02	Estaduais	6.713	4.058
7.08.02.03	Municipais	114	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	124.905	90.726
7.08.03.01	Juros	124.671	90.450
7.08.03.02	Aluguéis	234	276
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	75.319	62.014
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	75.319	62.014

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2020	Exercício Anterior 31/12/2019
1	Ativo Total	8.083.883	7.798.912
1.01	Ativo Circulante	1.880.083	1.805.159
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	26.389	31.838
1.01.02	Aplicações Financeiras	1.369.855	1.330.916
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	201.978	201.116
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	1.167.877	1.129.800
1.01.03	Contas a Receber	359.644	342.508
1.01.03.01	Clientes	359.644	342.508
1.01.06	Tributos a Recuperar	28.001	23.626
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	28.001	23.626
1.01.06.01.01	Tributos e Contribuições Sociais Compensáveis	28.001	23.626
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	96.194	76.271
1.01.08.03	Outros	96.194	76.271
1.01.08.03.04	Cauções e Depósitos Vinculados	52.882	46.901
1.01.08.03.06	Outros Créditos	43.312	29.370
1.02	Ativo Não Circulante	6.203.800	5.993.753
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	347.386	239.619
1.02.01.04	Contas a Receber	13.075	13.075
1.02.01.04.01	Clientes	13.075	13.075
1.02.01.07	Tributos Diferidos	4.511	3.357
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	4.511	3.357
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	329.800	223.187
1.02.01.10.04	Cauções e Depósitos Vinculados	217.845	107.431
1.02.01.10.05	Créditos Fiscais de Ágios Incorporados	103.767	107.483
1.02.01.10.09	Outros Ativos	8.188	8.273
1.02.03	Imobilizado	5.548.032	5.535.588
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	5.331.160	5.393.694
1.02.03.01.01	Imobilizado em Serviço	5.329.061	5.391.595
1.02.03.01.03	Imóveis Destinados a Uso Futuro	2.099	2.099
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	84.688	61.080
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	132.184	80.814
1.02.04	Intangível	308.382	218.546
1.02.04.01	Intangíveis	308.382	218.546
1.02.04.01.02	Uso do Bem Público	26.238	26.902
1.02.04.01.03	Gerado na Aquisição de Investimentos	264.601	173.638
1.02.04.01.04	Outros Intangíveis	17.543	18.006

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2020	Exercício Anterior 31/12/2019
2	Passivo Total	8.083.883	7.798.912
2.01	Passivo Circulante	2.017.381	1.903.924
2.01.02	Fornecedores	1.250.033	1.228.330
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.250.033	1.228.330
2.01.03	Obrigações Fiscais	67.746	26.296
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	442.811	461.804
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	442.811	461.804
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	442.811	461.804
2.01.05	Outras Obrigações	210.019	144.148
2.01.05.02	Outros	210.019	144.148
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	38.862	38.867
2.01.05.02.04	Passivo de Arrendamento	1.093	1.063
2.01.05.02.05	Encargos Setoriais	19.357	18.459
2.01.05.02.07	Outras Obrigações	150.707	85.759
2.01.06	Provisões	46.772	43.346
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	46.772	43.346
2.02	Passivo Não Circulante	4.539.801	4.443.818
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	3.816.623	3.793.141
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	3.816.623	3.793.141
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	3.816.623	3.793.141
2.02.02	Outras Obrigações	303.554	237.083
2.02.02.02	Outros	303.554	237.083
2.02.02.02.03	Passivo de Arrendamento	84.866	61.664
2.02.02.02.04	Obrigações com Entidade de Previdência Privada	91.406	89.001
2.02.02.02.05	Encargos Setoriais	10.421	9.726
2.02.02.02.06	Outras Obrigações	116.861	76.692
2.02.03	Tributos Diferidos	304.400	315.233
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	304.400	315.233
2.02.04	Provisões	115.224	98.361
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	115.224	98.361
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	1.526.701	1.451.170
2.03.01	Capital Social Realizado	474.607	474.607
2.03.02	Reservas de Capital	141.669	141.552
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	128.609	128.609
2.03.02.04	Opções Outorgadas	3.391	3.274
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	264	264
2.03.02.07	Remuneração das Imobilizações em Curso	9.405	9.405
2.03.04	Reservas de Lucros	209.271	209.271
2.03.04.01	Reserva Legal	94.921	94.921
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	97.477	97.477
2.03.04.10	Reserva de Investimentos	16.873	16.873
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	89.210	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	671.755	685.646
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-59.811	-59.906

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 31/03/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 31/03/2019
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	494.396	486.806
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-259.450	-297.501
3.02.01	Energia Elétrica Comprada para Revenda	-48.160	-98.773
3.02.02	Encargos do uso do Sistema de Transmissão e Conexão	-40.239	-38.143
3.02.03	Taxa de Fiscalização	-2.581	-2.527
3.02.05	Pessoal e Administradores	-34.386	-35.157
3.02.06	Entidade de Previdência Privada	-1.436	-1.931
3.02.07	Serviços de Terceiros	-41.252	-34.425
3.02.08	Material	-4.681	-4.008
3.02.09	Provisão para Processos Judiciais e Outros, Líquida	141	-87
3.02.10	Depreciação e Amortização	-77.871	-75.027
3.02.11	Outras Receitas e Despesas Operacionais	-8.985	-7.423
3.03	Resultado Bruto	234.946	189.305
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	234.946	189.305
3.06	Resultado Financeiro	-118.531	-90.342
3.06.01	Receitas Financeiras	14.521	18.380
3.06.02	Despesas Financeiras	-133.052	-108.722
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-115.900	-111.048
3.06.02.02	Variações Cambiais, Líquidas	-17.152	2.326
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	116.415	98.963
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-41.096	-36.949
3.08.01	Corrente	-49.362	-40.588
3.08.02	Diferido	8.266	3.639
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	75.319	62.014
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	75.319	62.014
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	75.319	62.014
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,03774	0,03152
3.99.01.02	PN	0,03774	0,03152
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,03686	0,03011
3.99.02.02	PN	0,03686	0,03011

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 31/03/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 31/03/2019
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	75.319	62.014
4.02	Outros Resultados Abrangentes	95	-7.139
4.02.01	Ganhos Realizados em Operações de Hedge de Fluxo de Caixa Originados no Período	95	-10.816
4.02.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	3.677
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	75.414	54.875
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	75.414	54.875

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 31/03/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 31/03/2019
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	242.851	336.955
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	263.376	226.450
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	75.319	62.014
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	79.395	76.645
6.01.01.04	Variação Monetária e Cambial	35.047	17.377
6.01.01.05	Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	0	-2.777
6.01.01.06	Marcação a Mercado de Derivativos (Opção)	-736	1.695
6.01.01.07	Provisão para Processos Judiciais e Outros	456	883
6.01.01.08	Custo de Empréstimos e Debêntures (Encargos de Dívidas), Líquido de Juros Capitalizados	89.062	86.604
6.01.01.09	Juros sobre Passivo de Arrendamento	2.563	1.447
6.01.01.10	Fundo de Pensão	2.803	1.700
6.01.01.11	Receita de Aplicação Financeira em Investimentos de Curto Prazo	-13.491	-16.566
6.01.01.12	Tributos e Contribuições Sociais Diferidos	-8.266	-3.639
6.01.01.13	Ações e Opções de Ações Outorgadas	117	113
6.01.01.14	Baixa de Bens do Ativo	1.107	954
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	67.809	198.952
6.01.03	Outros	-88.334	-88.447
6.01.03.01	Pagamento de Juros (Encargos de Dívidas), Deduzido dos Juros Capitalizados	-84.573	-39.865
6.01.03.02	Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social	-27.336	-58.095
6.01.03.03	Pagamento de Obrigações com Entidade de Previdência Privada	-398	-333
6.01.03.04	Pagamento de Processos Judiciais e Outros	17	-235
6.01.03.05	Juros Resgatados de Investimentos de Curto Prazo	23.956	10.081
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-245.573	-464.621
6.02.01	Aquisições de Ativo Imobilizado e Intangível	-59.970	-152.617
6.02.02	Aquisição de Investimento, Líquido do Caixa e Equivalentes de Caixa das Empresas Adquiridas	-22.979	-34.103
6.02.03	Liquidação de instrumento derivativo - NDF	0	-4.557
6.02.04	Aplicações em investimentos de curto prazo	-1.100.224	-710.347
6.02.05	Resgates de investimentos de curto prazo	1.052.837	446.446
6.02.06	Aplicações / Resgates de Cauções e Depósitos Vinculados	-115.237	-9.443
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-2.727	-14.664
6.03.01	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Pagos	-5	-3
6.03.02	Pagamento de Empréstimos e Debêntures (Principal)	0	-13.733
6.03.03	Pagamento de Passivo de Arrendamento (Principal)	-2.722	-928
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-5.449	-142.330
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	31.838	152.816
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	26.389	10.486

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	474.607	141.552	209.271	0	625.740	1.451.170	0	1.451.170
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	474.607	141.552	209.271	0	625.740	1.451.170	0	1.451.170
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	117	0	0	0	117	0	117
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	117	0	0	0	117	0	117
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	75.319	95	75.414	0	75.414
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	75.319	0	75.319	0	75.319
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	95	95	0	95
5.05.02.06	Equivalência Patrimonial Sobre Hedge de Fluxo de Caixa de Controladas	0	0	0	0	95	95	0	95
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	13.891	-13.891	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	21.047	-21.047	0	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-7.156	7.156	0	0	0
5.07	Saldos Finais	474.607	141.669	209.271	89.210	611.944	1.526.701	0	1.526.701

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	416.646	199.078	178.818	0	728.932	1.523.474	0	1.523.474
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	416.646	199.078	178.818	0	728.932	1.523.474	0	1.523.474
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	113	0	0	0	113	0	113
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	113	0	0	0	113	0	113
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	62.014	-7.139	54.875	0	54.875
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	62.014	0	62.014	0	62.014
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-7.139	-7.139	0	-7.139
5.05.02.06	Hedge de Fluxo de Caixa	0	0	0	0	-10.816	-10.816	0	-10.816
5.05.02.07	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Hedge de Fluxo de Caixa	0	0	0	0	3.677	3.677	0	3.677
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	14.567	-14.567	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	22.071	-22.071	0	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-7.504	7.504	0	0	0
5.07	Saldos Finais	416.646	199.191	178.818	76.581	707.226	1.578.462	0	1.578.462

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício	Anterior
		01/01/2020 à 31/03/2020	01/01/2019 à 31/03/2019
7.01	Receitas	570.401	555.330
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	569.214	551.669
7.01.02	Outras Receitas	1.187	3.661
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-154.775	-196.690
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-96.618	-150.024
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-49.804	-39.935
7.02.04	Outros	-8.353	-6.731
7.03	Valor Adicionado Bruto	415.626	358.640
7.04	Retenções	-79.395	-76.646
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-79.395	-76.646
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	336.231	281.994
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	15.170	19.264
7.06.02	Receitas Financeiras	15.170	19.264
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	351.401	301.258
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	351.401	301.258
7.08.01	Pessoal	30.649	32.166
7.08.01.01	Remuneração Direta	27.458	28.393
7.08.01.02	Benefícios	1.436	1.931
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.755	1.842
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	112.002	97.616
7.08.02.01	Federais	103.524	93.508
7.08.02.02	Estaduais	8.362	4.052
7.08.02.03	Municipais	116	56
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	133.431	109.462
7.08.03.01	Juros	133.052	108.722
7.08.03.02	Aluguéis	379	740
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	75.319	62.014
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	75.319	62.014

1. Perfil

A AES Tietê Energia, é uma Companhia de capital aberto com ações listadas na B3 e está autorizada a operar como concessionária de uso do bem público, na produção e comercialização de energia elétrica e na condição de produtor independente de energia.

A Companhia tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia (“MME”).

Com um parque gerador hidrelétrico formado por nove usinas hidrelétricas e três pequenas centrais hidrelétricas (PCHs), a Companhia atua no Brasil desde 1999 na geração e na comercialização de energia elétrica.

As concessões das usinas hidrelétricas da AES Tietê Energia e da PCH Mogi-Guaçu vencem em 2029 e as PCHs São José e São Joaquim possuem autorização para operarem até o ano de 2032.

Além da fonte hidráulica, a Companhia incluiu em seu portfólio ativos eólicos e solares, conforme abaixo:

O Complexo Eólico Alto Sertão II, adquirido pela Companhia em agosto de 2017, possui capacidade instalada de 386,1 MW e energia contratada por 20 anos por meio dos leilões de LER e LEN realizados em 2010 e 2011, cujos contratos expiram em 2033. Os parques possuem licença de operação de 35 anos (2048). A garantia física dos Parques é de 183,6 MWm.

O Complexo Solar Guaimbê possui capacidade instalada de 150 MW e energia contratada por 20 anos, por meio do leilão de LER realizado em 2014, cujos contratos expiram em 2037. Os parques possuem licença de operação de 35 anos (2050). A garantia física do Complexo é de 29,5 MWm.

O Complexo Solar Ouroeste, possui capacidade instalada de 144 MW e é dividido em duas Fases:

- a. Planta Solar Boa Hora (“Fase 1”), com capacidade instalada de 69 MW e garantia física de 15,9 MWm, foi outorgada no Leilão de Energia de Reserva realizado em 13 de novembro de 2015 com energia contratada por 20 anos (2038) e autorização para operar por mais 15 anos (2051). A Fase 1 entrou em operação em 14 de agosto de 2019; e
- b. Planta Solar AGV (“Fase 2”), com capacidade instalada de 75 MW e garantia física de 19,8 MWm, foi comercializada pela Companhia no Leilão de Energia de Reserva realizado em 18 de dezembro de 2017 com energia contratada por 20 anos (2040) e autorização de operação de mais 15 anos (2053). A Fase 2 entrou em operação em teste em outubro de 2019, mais de um ano antes do início de seu PPA.

1.1 Desempenho econômico-financeiro

Em milhares de reais	1T20	1T19	Var. R\$	Var. %
Receita operacional bruta	570.401	555.331	15.070	2,7%
Deduções da receita operacional bruta	(76.005)	(68.525)	(7.480)	10,9%
Receita operacional líquida	494.396	486.806	7.590	1,6%
Custos e despesas operacionais	(259.450)	(297.501)	38.051	-12,8%
Lucro bruto	234.946	189.305	45.641	24,1%
Resultado financeiro	(118.531)	(90.342)	(28.189)	31,2%
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	116.415	98.963	17.452	17,6%
Imposto de renda e contribuição social	(41.096)	(36.949)	(4.147)	11,2%
Lucro líquido do período	75.319	62.014	13.305	21,5%

Em milhares de reais - Consolidado

No trimestre findo em 31 de março de 2020, a Companhia auferiu um lucro líquido no montante de R\$75.319 ante um lucro líquido de R\$62.014 no mesmo período do ano anterior. Os itens a seguir explicam os principais fatores que influenciaram o aumento de 21,5% do resultado da Companhia.

1.2 Receita operacional líquida

	1T20		1T19		GWh	R\$
	GWh	R\$	GWh	R\$	Var. %	Var. %
Contratos bilaterais	2.780	463.811	2.808	469.152	-1,0%	-1,1%
Mercado de curto prazo						
MRE	354	4.955	530	4.509	-33,2%	9,9%
SPOT	17	17.900	20	3.875	-15,0%	361,9%
Outros	-	5.427	-	7.827	-	-30,7%
Leilão - Outras empresas	-	-	21	3.208	-100,0%	-100,0%
Contratos de energia eólicos	364	48.721	268	46.368	35,8%	5,1%
Contratos de energia solares	82	28.400	65	18.024	26,2%	57,6%
Partes relacionadas (nota 28)	-	-	-	837	-	-100,0%
Outras receitas	-	1.187	-	1.531	-	-22,5%
Receita Operacional Bruta	3.597	570.401	3.712	555.331	-3,1%	2,7%
Deduções da receita operacional bruta		(76.005)		(68.525)		10,9%
Receita Operacional Líquida		494.396		486.806		1,6%

Em milhares de reais - Consolidado

O aumento de 1,6% da receita operacional líquida é explicado principalmente pelo:

- aumento de receita proveniente do mercado de curto prazo, no montante de R\$12.025, principalmente em função do maior preço médio e do impacto de excedente financeiro devido às diferenças de preços entre os submercados;
- aumento da receita proveniente dos contratos de energia solares no montante de R\$10.376, devido à entrada em operação da Fase 1 do Complexo Solar Ouroeste em 14 de agosto de 2019 e maior volume de energia do Complexo Solar Guaimbê;



Os fatores acima foram compensados parcialmente por:

- redução de receita proveniente da venda de contratos bilaterais no montante de R\$5.341, principalmente em função do menor nível de contratação de energia do período, resultando em menor volume no primeiro trimestre de 2020 (2.780 GWh no 1T20 vs. 2.808 GWh no 1T19).

1.3 Custos e despesas operacionais

Em milhares de reais	1T20	1T19	Var. R\$	Var. %
Custo com energia elétrica	(90.980)	(139.443)	48.463	-34,8%
Energia elétrica comprada para revenda	(48.160)	(98.773)	50.613	-51,2%
Encargos do uso do sistema de transmissão e conexão	(40.239)	(38.143)	(2.096)	5,5%
Taxa de fiscalização	(2.581)	(2.527)	(54)	2,1%
Custo de operação	(168.470)	(158.058)	(10.412)	6,6%
Pessoal e administradores	(34.386)	(35.157)	771	-2,2%
Material e serviços de terceiros	(45.933)	(38.433)	(7.500)	19,5%
Entidade de previdência privada	(1.436)	(1.931)	495	-25,6%
Depreciação e amortização	(77.871)	(75.027)	(2.844)	3,8%
Outros	(8.844)	(7.510)	(1.334)	17,8%
Total dos custos e despesas operacionais	(259.450)	(297.501)	38.051	-12,8%

Em milhares de reais - Consolidado

Os custos e despesas operacionais no trimestre findo em 31 de março de 2020 apresentaram uma redução de R\$38.051 ou 12,8% em relação ao mesmo período do ano anterior, explicada principalmente por:

- redução de 34,8% ou R\$48.463 no custo com energia comprada para revenda, ocasionado principalmente pela estratégia de compra antecipada de energia para mitigação de risco hidrológico que teve maior impacto no primeiro trimestre de 2019;

A redução foi compensada parcialmente por:

- aumento de 19,5% no montante de R\$7.500 com material e serviços de terceiros, principalmente devido às manutenções bianuais das eclusas em 2020.
- aumento da depreciação e amortização de 3,8% no montante de R\$2.844, principalmente devido à adição de novos ativos ao portfólio, como o Complexo Solar Ouroeste.

Resultado financeiro

No 1T20 o resultado financeiro líquido consolidado totalizou uma despesa de R\$118.531 ou 31,2% superior à despesa apresentada no 1T19. Contribuiu para esse desempenho:

- efeito negativo de R\$15.051 em função da variação cambial em processo judicial indexado ao dólar que discute a aquisição obrigatória pela Companhia de energia oriunda de Itaipú;
- maior atualização monetária de debêntures, empréstimos e financiamentos em R\$11.190, em função do maior saldo médio de dívida em 2020 e maior IPCA acumulado no período;



- efeito negativo de R\$6.549 de variação cambial sobre os fornecedores da construção do Complexo Solar Guaimbê, devido à valorização do dólar americano ante ao real no período;
- redução da receita de juros sobre aplicações financeiras (R\$13.929 no 1T20 ante R\$17.236 no 1T19), devido principalmente pela menor taxa de juros CDI entre os períodos comparados (de 3,65%, no 1T20 ante 6,40% no 1T19) parcialmente compensado pelo maior saldo médio das aplicações financeiras e;
- efeito negativo de R\$6.198 em função da redução de juros capitalizados (R\$1.843 no 1T19 ante R\$8.041 no 1T19) proveniente da redução do ativo qualificável para capitalização devido à conclusão da construção do Complexo Solar Ouroeste em 2019;

Os fatores acima foram compensados parcialmente por:

- redução dos encargos de dívida no montante de R\$14.930, devido principalmente pela menor taxa de juros CDI entre os períodos comparados (de 3,65%, no 1T20 ante 6,40% no 1T19).

Notas Explicativas**AES TIETÊ ENERGIA S.A. E CONTROLADAS**

BALANÇOS PATRIMONIAIS
31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
ATIVO CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.060	10.080	26.389	31.838
Investimentos de curto prazo	4	1.091.303	1.117.550	1.369.855	1.330.916
Contas a receber de clientes	5	263.212	252.430	359.644	342.508
Tributos e contribuições sociais compensáveis	6	18.689	14.607	28.001	23.626
Cauções e depósitos vinculados	9	40.501	39.388	52.882	46.901
Outros ativos	10	25.087	15.527	43.312	29.370
TOTAL ATIVO CIRCULANTE		1.439.852	1.449.582	1.880.083	1.805.159
ATIVO NÃO CIRCULANTE					
Contas a receber de clientes	5	13.075	13.075	13.075	13.075
Tributos diferidos	7	–	–	4.511	3.357
Créditos fiscais de ágios incorporados	8	103.767	107.483	103.767	107.483
Cauções e depósitos vinculados	9	85.723	51.441	217.845	107.431
Outros ativos	10	15.127	15.176	8.188	8.273
Investimento	11	3.182.618	2.971.023	–	–
Imobilizado, líquido	12	2.786.310	2.808.342	5.548.032	5.535.588
Intangível	13	40.585	41.505	308.382	218.546
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE		6.227.205	6.008.045	6.203.800	5.993.753
TOTAL DO ATIVO		7.667.057	7.457.627	8.083.883	7.798.912

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas**AES TIETÊ ENERGIA S.A. E CONTROLADAS**

BALANÇOS PATRIMONIAIS
31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
<u>PASSIVO CIRCULANTE</u>					
Fornecedores	14	1.200.581	1.190.419	1.250.033	1.228.330
Empréstimos, financiamentos e debêntures	16	402.852	425.420	442.811	461.804
Passivo de arrendamento	17	728	714	1.093	1.063
Tributos a pagar	15	60.466	20.775	67.746	26.296
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	23	38.862	38.867	38.862	38.867
Provisões para processos judiciais e outros	19	3.753	3.594	46.772	43.346
Encargos setoriais	20	19.174	18.299	19.357	18.459
Outras obrigações	21	132.316	67.211	150.707	85.759
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE		1.858.732	1.765.299	2.017.381	1.903.924
<u>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</u>					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	16	3.684.732	3.662.808	3.816.623	3.793.141
Passivo de arrendamento	17	19.733	19.509	84.866	61.664
Tributos diferidos	7	302.566	315.051	304.400	315.233
Obrigações com entidade de previdência privada	18	91.406	89.001	91.406	89.001
Provisões para processos judiciais e outros	19	115.224	98.361	115.224	98.361
Encargos setoriais	20	10.421	9.726	10.421	9.726
Outras obrigações	21	57.542	46.702	116.861	76.692
TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE		4.281.624	4.241.158	4.539.801	4.443.818
<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>					
Capital social subscrito e integralizado	22	474.607	474.607	474.607	474.607
Reserva de capital	22.1	141.669	141.552	141.669	141.552
Reservas de lucros	22.1	209.271	209.271	209.271	209.271
- Legal	22.1	94.921	94.921	94.921	94.921
- Reserva de investimentos	22.1	16.873	16.873	16.873	16.873
- Proposta de distribuição de dividendos adicionais	22.1	97.477	97.477	97.477	97.477
Ajustes de avaliação patrimonial	22.1	671.755	685.646	671.755	685.646
Outros resultados abrangentes	22.1	(59.811)	(59.906)	(59.811)	(59.906)
Lucros acumulados		89.210	—	89.210	—
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.526.701	1.451.170	1.526.701	1.451.170
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		7.667.057	7.457.627	8.083.883	7.798.912

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

AES TIETÊ ENERGIA S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Períodos findos em 31 de março de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto lucro por ação)

Notas	Controladora		Consolidado		
	31/03/2020	31/03/2019	31/03/2020	31/03/2019	
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	24	425.392	417.403	494.396	486.806
CUSTOS OPERACIONAIS					
Custo com Energia Elétrica					
Energia elétrica comprada para revenda	25	(51.736)	(96.665)	(48.160)	(98.773)
Encargos do uso do sistema de transmissão e conexão	25	(35.059)	(33.757)	(40.239)	(38.143)
Taxa de fiscalização		(2.033)	(2.042)	(2.581)	(2.527)
Custo de Operação					
Pessoal e administradores		(34.265)	(34.549)	(34.386)	(35.157)
Entidade de previdência privada	18	(1.435)	(1.953)	(1.436)	(1.931)
Serviços de terceiros		(30.536)	(21.731)	(41.252)	(34.425)
Material		(2.622)	(2.579)	(4.681)	(4.008)
Provisão para processos judiciais e outros, líquida	19	141	(78)	141	(87)
Depreciação e amortização		(41.646)	(42.903)	(77.871)	(75.027)
Outras receitas e despesas operacionais	26	(6.578)	(5.161)	(8.985)	(7.423)
TOTAL DOS CUSTOS OPERACIONAIS		(205.769)	(241.418)	(259.450)	(297.501)
LUCRO BRUTO		219.623	175.985	234.946	189.305
Resultado de equivalência patrimonial	11	7.055	(835)	—	—
Amortização de intangível e mais valia gerado em aquisições	11	(2.502)	(2.608)	—	—
Receitas financeiras	27	12.014	15.891	14.521	18.380
Despesas financeiras	27	(109.027)	(90.165)	(115.900)	(111.048)
Variações cambiais, líquidas	27	(15.644)	(285)	(17.152)	2.326
TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO		(112.657)	(74.559)	(118.531)	(90.342)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		111.519	97.983	116.415	98.963
Contribuição social	7	(12.085)	(10.236)	(13.594)	(11.125)
Imposto de renda	7	(32.884)	(27.867)	(35.768)	(29.463)
Contribuição social diferida	7	2.341	585	2.460	1.049
Imposto de renda diferido	7	6.428	1.549	5.806	2.590
TOTAL DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		(36.200)	(35.969)	(41.096)	(36.949)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		75.319	62.014	75.319	62.014
Lucro por ação (em reais)					
Básico	23	0,03774	0,03152	0,03774	0,03152
Diluído	23	0,03686	0,03024	0,03686	0,03024

Notas Explicativas

AES TIETÊ ENERGIA S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES Períodos findos em 31 de março de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/03/2019	31/03/2020	31/03/2019
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	75.319	62.014	75.319	62.014
Outros resultados abrangentes:				
- Itens que serão reclassificados para o resultado no futuro				
Equivalência patrimonial sobre hedge de fluxo de caixa de controlada	95	–	–	–
Ganhos (Perdas) em operações de hedge de fluxo de caixa originados no período	–	(10.816)	95	(10.816)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	–	3.677	–	3.677
TOTAL DE RESULTADOS ABRANGENTES DO PERÍODO, LÍQUIDO DE IMPOSTOS	75.414	54.875	75.414	54.875

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

AES TIETÊ ENERGIA S.A. E CONTROLADAS

 DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 Período findo em 31 de março de 2020
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Descrição	Reservas de capital				Reservas de Lucros				Outros resultados abrangentes	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Reserva especial de ação	Remuneração de bens e direitos	Opções de ações outorgadas	Outras reservas de capital	Legal	Reserva de investimentos	Proposta de distribuição de dividendos adicionais				
Saldo em 31 de dezembro de 2018	416.646	186.570	9.405	2.839	264	83.329	16.873	78.616	743.629	(14.697)	-	1.523.474
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	62.014	62.014
Resultado abrangente total:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Hedge de fluxo de caixa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social sobre hedge de fluxo de caixa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(10.816)	-	(10.816)
Transações com os acionistas:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.677	-	3.677
Remuneração com base em ações	-	-	-	113	-	-	-	-	-	-	-	113
Mutações Internas do Patrimônio Líquido:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	(22.071)	-	22.071	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	-	-	-	-	-	-	7.504	-	(7.504)	-
Saldo em 31 de março de 2019	416.646	186.570	9.405	2.952	264	83.329	16.873	78.616	729.062	(21.836)	76.581	1.578.462
Saldo em 31 de dezembro de 2019	474.607	128.609	9.405	3.274	264	94.921	16.873	97.477	685.646	(99.906)	-	1.451.170
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	75.319	75.319
Resultado abrangente total:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Equivalência patrimonial sobre hedge de fluxo de caixa de controladas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	95	-	95
Transações com os acionistas:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Remuneração com base em ações	-	-	-	117	-	-	-	-	-	-	-	117
Mutações Internas do Patrimônio Líquido:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	(21.047)	-	21.047	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	-	-	-	-	-	-	7.156	-	(7.156)	-
Saldo em 31 de março de 2020	474.607	128.609	9.405	3.391	264	94.921	16.873	97.477	671.755	(99.811)	89.210	1.526.701

Notas Explicativas

AES TIETÊ ENERGIA S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA Períodos findos em 31 de março de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/03/2019	31/03/2020	31/03/2019
Atividades operacionais:				
Lucro líquido do período	75.319	62.014	75.319	62.014
Ajustes para conciliar o lucro líquido do período com o caixa das atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	43.170	44.521	79.395	76.645
Realização de intangível e mais valia gerado em aquisições	2.502	2.608	—	—
Variação monetária e cambial	35.469	17.382	35.047	17.377
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	—	(2.777)	—	(2.777)
Provisão para processos judiciais e outros	456	883	456	883
Marcação a mercado de derivativos	—	—	(736)	1.695
Custo de empréstimos (encargos de dívidas), líquido de juros capitalizados	84.132	68.116	89.062	86.604
Juros sobre passivo de arrendamento	886	748	2.563	1.447
Fundo de pensão	2.803	1.700	2.803	1.700
Receita aplicação financeira em investimento curto prazo	(11.096)	(14.133)	(13.491)	(16.566)
Baixa de bens do ativo	90	954	1.107	954
Resultado de equivalência patrimonial	(7.055)	835	—	—
Tributos e contribuições sociais diferidos	(8.769)	(2.134)	(8.266)	(3.639)
Ações e opções de ações outorgadas	117	113	117	113
Variação de ativos e passivos operacionais	26.239	143.517	67.809	198.952
	244.263	324.347	331.185	425.402
Pagamento de juros (encargos de dívidas) - líquido de juros capitalizados	(84.776)	(27.944)	(84.573)	(39.865)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(23.378)	(55.260)	(27.336)	(58.095)
Pagamento de obrigações com entidade de previdência privada	(398)	(333)	(398)	(333)
Pagamento de processos judiciais e outros	17	(235)	17	(235)
Juros resgatados de investimentos de curto prazo	22.828	9.897	23.956	10.081
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	158.556	250.472	242.851	336.955
Atividades de investimentos:				
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	(20.766)	(9.035)	(59.970)	(152.617)
Aumento de capital em controladas	(106.569)	(108.698)	—	—
Aquisição de investimento, líquido do caixa e equivalentes de caixa das empresas adquiridas	(21.749)	(6.698)	(22.979)	(34.103)
Liquidação de instrumento derivativo - NDF	—	—	—	(4.557)
Aplicações em investimentos de curto prazo	(1.001.719)	(661.047)	(1.100.224)	(710.347)
Resgates de investimentos de curto prazo	1.018.539	435.428	1.052.837	446.446
Aplicações/Resgates de cauções e depósitos vinculados	(34.659)	(3.405)	(115.237)	(9.443)
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	(166.923)	(353.455)	(245.573)	(464.621)
Atividades de financiamentos:				
Pagamento de empréstimos e debêntures (principal)	—	—	—	(13.733)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(5)	(3)	(5)	(3)
Pagamento de passivo de arrendamento (principal)	(648)	(178)	(2.722)	(928)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamentos	(653)	(181)	(2.727)	(14.664)
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	(9.020)	(103.164)	(5.449)	(142.330)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	10.080	103.591	31.838	152.816
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	1.060	427	26.389	10.486

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO Períodos findos em 31 de março de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/03/2019	31/03/2020	31/03/2019
1. RECEITAS	496.828	484.164	570.401	555.330
Receita bruta de venda de energia	496.717	483.054	569.214	551.669
Outras receitas operacionais	111	1.110	1.187	3.661
2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(138.105)	(173.976)	(154.775)	(196.690)
Materiais	(2.816)	(2.658)	(4.875)	(4.087)
Serviços de terceiros	(34.190)	(22.868)	(44.929)	(35.848)
Custo da energia comprada e transmissão	(95.011)	(143.530)	(96.618)	(150.024)
Outros custos operacionais	(6.088)	(4.920)	(8.353)	(6.731)
3. VALOR ADICIONADO BRUTO	358.723	310.188	415.626	358.640
4. RETENÇÕES	(45.672)	(47.130)	(79.395)	(76.646)
Depreciação e amortização	(43.170)	(44.522)	(79.395)	(76.646)
Realização de intangível e mais valia gerado em aquisições	(2.502)	(2.608)	—	—
5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	313.051	263.058	336.231	281.994
6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	19.665	15.862	15.170	19.264
Resultado da equivalência patrimonial	7.055	(835)	—	—
Receitas financeiras	12.610	16.697	15.170	19.264
7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	332.716	278.920	351.401	301.258
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	332.716	278.920	351.401	301.258
Pessoal	30.543	31.645	30.649	32.166
Remuneração e encargos	23.779	24.232	23.860	24.709
Participação dos trabalhadores nos lucros e resultados	3.579	3.638	3.598	3.684
Previdência privada	1.435	1.953	1.436	1.931
FGTS	1.750	1.822	1.755	1.842
Tributos (Governos)	101.949	94.535	112.002	97.616
Federais	72.372	68.818	80.226	71.364
Imposto de Renda e Contribuição Social	36.200	35.969	41.096	36.949
COFINS	25.328	23.030	27.748	24.267
PIS	5.687	4.962	6.209	5.226
INSS	3.923	3.757	3.935	3.805
Encargos sociais - Outros	1.234	1.100	1.238	1.117
Estaduais	6.713	4.058	8.362	4.052
ICMS	6.713	4.016	8.362	4.016
Outros	—	42	—	36
Municipais	114	—	116	56
IPTU	114	—	114	1
ISS	—	—	2	55
Encargos setoriais	22.750	21.659	23.298	22.144
Pesquisa e desenvolvimento	4.216	4.127	4.216	4.127
Taxa de fiscalização - ANEEL	2.033	2.042	2.581	2.527
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	16.501	15.490	16.501	15.490
Remuneração de capital de terceiros	124.905	90.726	133.431	109.462
Juros	124.671	90.450	133.052	108.722
Aluguéis	234	276	379	740
Remuneração de capitais próprios	75.319	62.014	75.319	62.014
Lucro líquido do período	75.319	62.014	75.319	62.014

Notas Explicativas

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A AES Tietê Energia S.A. (“Tietê”, “Companhia” ou “Controladora”) é uma sociedade por ações, de capital aberto, cuja sede está localizada na Avenida das Nações Unidas, 12.495, 12º andar, Condomínio Centro Empresarial Berrini, Brooklin Paulista, São Paulo, SP, Brasil.

O início das operações da Companhia ocorreu em 1º de abril de 1999, após processo de cisão parcial da Companhia Energética de São Paulo - Cesp, e consequente privatização da Companhia de Geração de Energia Elétrica Tietê (atualmente AES Tietê Energia S.A.) por meio do Edital de Privatização nº SF/002/99. A Companhia está autorizada a operar como concessionária de uso do bem público na produção e comercialização de energia elétrica, na condição de Produtor Independente de Energia, e tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia. O contrato de concessão da Companhia, assinado em 20 de dezembro de 1999, tem prazo de duração de 30 anos vencendo em 2029, assim como a concessão da Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Mogi-Guaçu. Já as PCHs São José e São Joaquim possuem autorização para operarem até o ano de 2032. Adicionalmente, a Companhia possui as seguintes unidades produtoras de energia eólica e solar: Complexo Eólico Alto Sertão II, Complexo Solar Guaimbê e Complexo Solar Ouroeste, composto pela Planta Solar Boa Hora e Planta Solar Água Vermelha.

A Companhia é diretamente controlada pela AES Holdings Brasil Ltda. e indiretamente pela The AES Corporation (sediada nos Estados Unidos da América).

Os parques geradores em operação da Companhia possuem uma capacidade instalada total de 3.343,6 MW e garantia física de 1.497,9 MWh, compostos pelas fontes hidroelétrica, eólica e solar, incluindo geração distribuída.

Em 31 de março de 2020, o percentual da energia assegurada vendida para o portfólio consolidado, considerando-se os projetos em desenvolvimento, é de 79%, 74%, 82%, 75% e 52%, para 2020, 2021, 2022, 2023 e 2024 respectivamente, com preços médios de R\$ 176/MWh para 2020 e 2021.

1.1 Geração hidroelétrica

Parque Gerador	Ano de conclusão	Quantidade de turbinas	Capacidade instalada MW (i)	Garantia física MW (i)
Usinas Hidrelétricas (UHE)				
Água Vermelha	1978	6	1.396,2	731,0
Nova Avanhandava	1982	3	347,4	132,1
Promissão	1975	3	264,0	98,8
Bariri	1969	3	143,1	62,7
Barra Bonita	1963	4	140,8	47,8
Ibitinga	1969	3	131,5	70,3
Euclides da Cunha	1960	4	108,9	49,2
Caconde	1966	2	80,4	33,2
Limoeiro	1958	2	32,0	14,8
Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH)				
Mogi-Guaçu	1994	2	7,2	4,0
São José	2012	2	4,0	1,6
São Joaquim	2011	1	3,0	1,3
Total		35	2.658,5	1.246,8

Notas Explicativas

(i) As informações não financeiras contidas nessas informações contábeis trimestrais como MW, MW médio, MWh, capacidade instalada, entre outros, não foram revisadas pelos auditores independentes.

Comercialização de energia hidroelétrica

A Companhia utiliza-se de estratégia de comercialização de energia dinâmica e ativa de curto, médio e longo prazos para a mitigação de exposição ao risco hidrológico.

A estratégia da Companhia é de gerir o portfólio de suas unidades produtoras de energia hídrica, com monitoramento constante das exposições mensais, buscando oportunidades comerciais tanto para mitigar riscos de exposições ao mercado de curto prazo como para gerar valor a Companhia. Adicionalmente, a Companhia persiste em buscar uma composição de contratação para a melhor gestão do risco hidrológico e melhores preços de contratos no ambiente livre.

1.2 Geração eólica

Complexo Eólico Alto Sertão II

Parque Gerador	Contrato / Leilão	Portaria MME	Publicação portaria	Vigência da autorização	Prazo de autorização	Ano de conclusão da planta	Quantidade de aerogeradores	Capacidade instalada MW	Garantia física MW (i)
Eólico									
Ametista	LEN 02/2011	135/2012	15/03/12	14/03/47	35 anos	2015	17	28,6	10,3
Borgo	LEN 02/2011	222/2012	16/04/12	15/04/47	35 anos	2016	12	20,2	10,4
Caetité	LEN 02/2011	167/2012	23/03/12	14/03/47	35 anos	2016	18	30,2	16,6
Dourados	LEN 02/2011	130/2012	14/03/12	13/03/47	35 anos	2015	17	28,6	10,4
Espigão	LEN 02/2011	172/2012	26/03/12	25/03/47	35 anos	2016	6	10,1	5,8
Maron	LEN 02/2011	107/2012	12/03/12	11/03/47	35 anos	2015	18	30,2	12,5
Pelourinho	LEN 02/2011	168/2012	23/03/12	22/03/47	35 anos	2016	13	21,8	12,4
Pilões	LEN 02/2011	128/2012	14/03/12	13/03/47	35 anos	2015	18	30,2	11,4
Serra do Espinhaço	LEN 02/2011	171/2012	26/03/12	25/03/47	35 anos	2016	11	18,5	10,6
Araçás	LER 05/2010	241/2011	08/04/11	07/03/46	35 anos	2014	19	31,9	15,5
Da Prata	LER 05/2010	177/2011	28/03/11	27/03/46	35 anos	2014	13	21,8	10,1
Morrão	LER 05/2010	268/2011	25/04/11	24/04/46	35 anos	2014	18	30,2	16,1
Seraíma	LER 05/2010	332/2011	31/05/11	30/05/46	35 anos	2014	18	30,2	17,5
Tanque	LER 05/2010	330/2011	30/05/11	29/05/46	35 anos	2014	18	30,0	13,9
Ventos do Nordeste	LER 05/2010	161/2011	21/03/11	20/03/46	35 anos	2014	14	23,5	10,1
Total							230	386,1	183,6

(i) Em janeiro de 2020, houve revisão da Garantia Física dos parques do LEN, fundamentada na geração de energia histórica acumulada. Portanto, a garantia física do Complexo Eólico de Alto Sertão II passou a ser de 183,6 MWm (184,7 MWm em 31 de dezembro de 2019).

Comercialização de energia do Complexo Eólico Alto Sertão II

Em 26 de maio de 2011, as controladas indiretas Da Prata, Araçás, Morrão, Seraíma, Tanque e Ventos do Nordeste entraram no Leilão de Energia de Reserva de 2010 (“LER”) na modalidade quantidade de energia elétrica, com a CCEE, e, portanto, estão 100% contratadas até 2033.

Em 13 de agosto de 2012, as controladas indiretas Ametista, Borgo, Caetité, Dourados, Espigão, Maron, Pelourinho, Pilões e Serra do Espinhaço entraram no Leilão de Energia Nova de 2011 (“LEN”), na modalidade disponibilidade de energia elétrica, com diversas distribuidoras de energia, e portanto, estão 100% contratadas, a partir de 1º de janeiro de 2016 com prazo final em dezembro de 2035.

Notas Explicativas

Em 31 de março de 2020, a comercialização de energia contratada do Complexo Eólico Alto Sertão II no Ambiente de Contratação Regulado (ACR) está conforme abaixo:

Controladas	Contrato	Energia anual contratada (MWh)			Prazo			
		Compradora	Energia anual contratada MWh	Preço Médio atualizado MWh	Inicial	Final	Índice de correção	Mês de reajuste
Da Prata	LER 05/2010	CCEE	87.500	203,85	set/13	ago/33	IPCA	setembro
Araçás	LER 05/2010	CCEE	116.644	203,85	set/13	ago/33	IPCA	setembro
Morrão	LER 05/2010	CCEE	129.125	203,85	set/13	ago/33	IPCA	setembro
Seraíma	LER 05/2010	CCEE	132.609	203,85	set/13	ago/33	IPCA	setembro
Tanque	LER 05/2010	CCEE	114.740	203,85	set/13	ago/33	IPCA	setembro
Ventos do Nordeste	LER 05/2010	CCEE	88.718	203,85	set/13	ago/33	IPCA	setembro
Subtotal			669.336					
Ametista	LEN 02/2011	Distribuidoras	122.098	161,86	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
Borgo	LEN 02/2011	Distribuidoras	85.205	160,59	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
Caetité	LEN 02/2011	Distribuidoras	125.611	160,86	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
Dourados	LEN 02/2011	Distribuidoras	115.949	160,81	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
Espigão	LEN 02/2011	Distribuidoras	43.042	162,72	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
Maron	LEN 02/2011	Distribuidoras	121.219	161,53	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
Pelourinho	LEN 02/2011	Distribuidoras	103.651	161,39	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
Pilões	LEN 02/2011	Distribuidoras	115.070	159,57	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
Serra Espinhaço	LEN 02/2011	Distribuidoras	78.178	158,93	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
Subtotal			910.023					
Total			1.579.359					

1.3 Geração solar

Complexo Solar Guaimbê

Parque Gerador	Contrato / Leilão	Portaria MME	Publicação portaria	Vigência da autorização	Prazo de autorização	Ano de conclusão da planta	Unidades geradoras	Capacidade instalada MW	Garantia física MWh
Solar									
Guaimbê I	6º LER	257/2015	15/06/15	15/06/50	35 anos	2018	22	30	5,9
Guaimbê II	6º LER	258/2015	15/06/15	15/06/50	35 anos	2018	22	30	5,9
Guaimbê III	6º LER	259/2015	15/06/15	15/06/50	35 anos	2018	22	30	5,9
Guaimbê IV	6º LER	260/2015	15/06/15	15/06/50	35 anos	2018	22	30	5,9
Guaimbê V	6º LER	261/2015	15/06/15	15/06/50	35 anos	2018	22	30	5,9
						Total	110	150	29,5

Em 31 de março de 2020, a comercialização de energia contratada no ACR está conforme abaixo:

Controladas	Contrato	Energia anual contratada (MWh)			Prazo			
		Compradora	Energia anual contratada MWh	Preço Médio atualizado MWh	Inicial	Final	Índice de correção	Mês de reajuste
Guaimbê I	6º LER/2014	CCEE	51.826	281,67	out/17	set/37	IPCA	Outubro
Guaimbê II	6º LER/2014	CCEE	51.826	281,67	out/17	set/37	IPCA	Outubro
Guaimbê III	6º LER/2014	CCEE	51.826	288,00	out/17	set/37	IPCA	Outubro
Guaimbê IV	6º LER/2014	CCEE	51.826	288,00	out/17	set/37	IPCA	Outubro
Guaimbê V	6º LER/2014	CCEE	51.826	288,00	out/17	set/37	IPCA	Outubro
Subtotal			259.130					

Notas Explicativas

Complexo Solar Ouroeste - Planta Solar Boa Hora

Parque Gerador	Contrato / Leilão	Portaria MME	Publicação portaria	Vigência da autorização	Prazo de autorização	Ano de conclusão da planta	Capacidade instalada MW	Garantia física MWm
Solar								
Boa Hora 1	LER 09/2015	239/2016	09/06/16	08/06/2051	35 anos	2019	23	5,3
Boa Hora 2	LER 09/2015	173/2016	10/05/16	09/05/2051	35 anos	2019	23	5,3
Boa Hora 3	LER 09/2015	169/2016	09/05/16	08/05/2051	35 anos	2019	23	5,3
Total							69	15,9

Em 31 de março de 2020, a comercialização de energia contratada no ACR está conforme abaixo:

Controladas	Contrato	Energia anual contratada (MWh)			Prazo			
		Compradora	Energia anual contratada MWh	Preço Médio atualizado MWh	Inicial	Final	Índice de correção	Mês de reajuste
Boa Hora 1	8º LER/2015	CCEE	46.555	343,05	nov/18	nov/38	IPCA	Novembro
Boa Hora 2	8º LER/2015	CCEE	46.555	343,05	nov/18	nov/38	IPCA	Novembro
Boa Hora 3	8º LER/2015	CCEE	46.555	343,05	nov/18	nov/38	IPCA	Novembro
Subtotal			139.665					

A Planta Solar Boa Hora (“Fase 1”) foi outorgada no Leilão de Energia de Reserva realizado em 13 de novembro de 2015 com energia contratada por 20 anos a R\$291,75/MWh (preço de venda na data do leilão), com capacidade instalada de 69 MW e garantia física de 15,9 MWm. Na data da outorga, a Companhia efetivamente obteve os direitos de seus contratos relevantes, incluindo os direitos contratuais de venda de energia e direito de exploração de autorização.

Complexo Solar Ouroeste - Planta AGV Solar

Parque Gerador	Contrato / Leilão	Portaria MME	Publicação portaria	Vigência da autorização	Prazo de autorização	Ano de conclusão da planta	Capacidade instalada MW	Garantia física MWm
Solar								
AGV IV	LEN 04/2017	244/2018	11/06/18	10/06/2053	35 anos	2020	15	4,0
AGV V	LEN 04/2017	243/2018	11/06/18	10/06/2053	35 anos	2020	30	7,9
AGV VI	LEN 04/2017	242/2018	11/06/18	10/06/2053	35 anos	2020	30	7,9
Total							75	19,8

Em 31 de março de 2020, a comercialização de energia contratada no ACR está conforme abaixo:

Controladas	Contrato	Energia anual contratada (MWh)			Prazo			
		Compradora	Energia anual contratada MWh	Preço Médio atualizado MWh	Inicial	Final	Índice de correção	Mês de reajuste
AGV IV	25º LEN/2017	Distribuidoras	35.136	157,44	jan/21	dez/40	IPCA	Novembro
AGV V	25º LEN/2017	Distribuidoras	69.394	157,44	jan/21	dez/40	IPCA	Novembro
AGV VI	25º LEN/2017	Distribuidoras	69.394	158,71	jan/21	dez/40	IPCA	Novembro
Subtotal			173.924					

Em 18 de dezembro de 2017 a Companhia obteve no Leilão de Energia Nova o direito de comercializar, no mercado regulado, energia a ser gerada por uma planta de energia solar fotovoltaica. Os contratos deste Leilão possuem vigência de 20 anos e licença de Instalação ambiental emitida pela CETESB. Em junho de 2018, a Planta AGV Solar (“Fase 2”) obteve outorga na condição de Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Fotovoltaica, com 75 MW de capacidade instalada e 19,8 MWm de garantia física de energia.

A Companhia pretende se beneficiar da antecipação da entrada em operação comercial da AGV Solar utilizando sua plataforma de comercialização, sendo que a energia produzida está sendo alocada no

Notas Explicativas

mercado livre de fonte incentivada até a data da entrada em vigor do contrato outorgado, firmado para janeiro de 2021. Em dezembro de 2019, essas controladas firmaram contrato de compra e venda de energia com a Companhia, conforme detalhado na nota explicativa nº 28 (item vi).

1.4 Aquisição de ativos do Complexo Eólico Tucano

Em 08 de março de 2019, a Companhia assinou um Acordo de Opção de Compra no valor de R\$1.000 para aquisição de um *pipeline* de projetos de geração eólica. A opção de compra conferia o direito de exclusividade por um ano para aquisição de até 582,8 MW médios de capacidade instalada de projetos eólicos *greenfield*, localizados nos municípios de Tucano, Biritinga e Araci no Estado da Bahia, a ser exercida de forma proporcional (*pay-per-use*) no momento em que for lastreada pela contratação de venda de energia de longo prazo.

Em 11 de novembro de 2019, a Companhia firmou com a Unipar Carbocloro S.A (“Unipar”) um Acordo de Investimento para a constituição de uma *joint venture* com controle compartilhado, cujo objeto será a geração de energia eólica no modelo de autoprodução. O projeto possui 155 MW médios de capacidade eólica instalada, equivalentes a 78 MW médios de garantia física à P50 e prevê um Contrato de Compra e Venda de Energia no mercado livre de 60MW médios pelo período de 20 anos com início em 2023. A *joint venture* será estruturada após o cumprimento das condições precedentes, com início de construção previsto para 2021.

Em 02 de dezembro de 2019, a Companhia assinou com a Anglo American Niquel Brasil S.A (“Anglo”) um Contrato de Compra e Venda de Energia para o fornecimento energia de 70 MW médios pelo prazo de 15 anos, com entrega a partir de 2022. Para cumprir com esse Contrato de Compra e Venda de Energia, a Companhia utilizará 167,4MW de capacidade instalada do projeto do Complexo Eólico Tucano, equivalentes a 79 MW médios de energia assegurada a P50.

Em 23 de dezembro de 2019, a Companhia exerceu parcialmente a opção de compra para aquisição de 8 SPE's que representam 483,6MW, no valor de R\$100.378 em 14 de janeiro de 2020, assinou o *Sales and Purchase Agreement* (“SPA”), condicionado o *closing* da transação à reestruturação societária das SPE's. As SPE's serão utilizadas para construção do complexo eólico que atenderá principalmente os contratos de venda de energia de longo prazo acima mencionados.

O processo de aquisição foi concluído em 13 de fevereiro de 2020, após as condições precedentes terem sido atendidas ou renunciadas, nos termos do Memorando de Fechamento, data em que a titularidade das ações das SPE's foi transferida e o controle assumido, diretamente pela Companhia, que posteriormente, via aumento de capital, transferiu este controle para as controladas diretas Tucano Holding I e Tucano Holdings II, com exceção da Tucano F5, que permaneceu como uma controlada direta da Companhia. As novas Companhias serão usadas para construir o Parque Eólico e atender os PPA's de longo prazo já contratados de Unipar e Anglo. Em relação à controlada direta Tucano F5, apesar da energia ainda não estar contratada, existem negociações avançadas para projetos de autoprodução e PPAs de longo prazo. O projeto total tem a capacidade de energia eólica de 483,6 MW médios.

A contraprestação transferida em troca do controle das adquiridas foi de R\$100.378, parcialmente pago pela Companhia aos vendedores na data de fechamento da transação, no valor total de R\$21.749. O saldo remanescente de R\$78.629 será pago em 9 parcelas, encerradas em julho de 2022, e será reajustado anualmente pelo IPCA. Não há nenhuma consideração contingente.

A transação foi identificada como uma aquisição de ativos. Dessa forma, os ativos adquiridos, os passivos assumidos e os custos de transação foram reconhecidos pelo custo alocado aos ativos pelo método *relative fair value* na data da aquisição, com base em laudo econômico financeiro emitido por empresa de avaliação independente. As demonstrações contábeis consolidadas foram afetadas a partir de 13 de fevereiro de 2020, data da aquisição, conforme estipulado em documento denominado Memorando de Fechamento.

A contabilização inicial desta aquisição foi reconhecida da seguinte forma: (i) R\$7.202 relacionado ao acervo líquido adquirido, (ii) R\$31.227 como investimento nas demonstrações contábeis individuais da Companhia, e (iii) R\$61.949 como investimento adquirido pela Companhia e, subsequente transferido via aporte de capital de intangível de direitos e estudos, nas controladas diretas Tucano Holding I e

Notas Explicativas

Tucano Holding II, nos montantes de R\$29.654 e R\$32.295, respectivamente, totalizando R\$100.378. Nas demonstrações contábeis consolidadas, estão sendo apresentados como intangível (vide nota explicativa nº 13).

Adicionalmente, em março de 2020, as SPEs de Tucano executaram um Contrato de *Turbine Supply Agreement* ("TSA") com a Siemens Gamesa Energia Renováveis Ltda ("Siemens Gamesa") para a construção do Complexo Eólico Tucano, com capacidade de 483,6 MW médios e valor total de R \$1.042.691. Em 13 de março as SPEs executaram um Contrato de *Equity Support Agreement* ("ESA"), com o cotista indireto/compartilhado da Companhia, que estabelece a obrigação da Companhia de prover contribuições de capital aplicáveis às SPEs, no valor equivalente a 80% do valor do contrato, quando as SPEs não cumprirem a obrigação de pagamento, observando o período de cura de 10 dias úteis a partir da data de recebimento da notificação da Siemens Gamesa.

Complexo Eólico Cajuína

Em 18 de março de 2020, foi assinado um contrato de exclusividade, válido até 2021, para aquisição de até 1.100 MW de capacidade instalada de projetos eólicos *greenfield* localizados no Rio Grande do Norte, nas cidades de Lajes, Angicos, Pedro Avelino e Fernando Pedroza. Esta operação reforça a estratégia da Companhia com foco em energias renováveis e consolida um *pipeline* de projetos renováveis, incluindo o saldo remanescente do Projeto Tucano.

1.5 Geração distribuída

A controlada direta AES Tietê Inova Soluções de Energia Ltda ("Tietê Inova") assinou contratos de Geração Distribuída, conforme segue: (i) 5 MW médios de capacidade instalada em operação comercial desde 16 de dezembro de 2019; (ii) 5,3 MW de capacidade instalada e operação comercial prevista para o segundo semestre de 2020; (iii) 3,2 MW de capacidade instalada e operação comercial prevista para o primeiro semestre de 2020; e (iv) Contrato para desenvolvimento de um projeto de estacionamento solar ("Carport"), com a potência de 537,6 kWp e que entrou em operação em agosto de 2019.

Aquisição de ativos de geração distribuída

Em 30 de agosto de 2019, a controlada direta Tietê Inova assinou contrato de aquisição de duas sociedades de propósito específico detentoras de projetos de Geração Distribuída ("GD") em estágio avançado de desenvolvimento.

O processo de aquisição foi concluído em 04 de setembro de 2019, após todas as condições precedentes da operação terem sido atendidas. O valor total de aquisição foi de R\$8.750, sendo pagos R\$7.500 na data da aquisição com recursos disponíveis em caixa e R\$1.250 pagos em 07 de fevereiro de 2020, quando as pendências condicionantes à viabilidade de um dos projetos foram sanadas. As empresas adquiridas tiveram suas denominações alteradas para AES Tietê Inova Soluções de Energia I Ltda. ("Inova I"), com 12 MW de potência e AES Tietê Inova Soluções de Energia II Ltda. ("Inova II") com projetos de potência total de 9,9 MW, totalizando 21,9 MW.

A transação identificada foi uma aquisição de ativos. Dessa forma, os ativos adquiridos, os passivos assumidos e os custos de transação foram reconhecidos pelo custo alocado aos ativos pelo método *relative fair value* na data da aquisição, com base em laudo econômico financeiro emitido por empresa de avaliação independente.

1.6 Obrigação de expansão

O Edital de Privatização previu a obrigação da Companhia de expandir a capacidade instalada do seu sistema de geração em, no mínimo, 15% no período de 8 anos contados a partir da data de assinatura do Contrato de Concessão, ocorrida em 20 de dezembro de 1999. O Edital também previu que esta expansão deveria ser realizada por meio da implantação de novos empreendimentos no estado de São Paulo ou por meio da contratação de energia de terceiros, proveniente de novos empreendimentos construídos no estado de São Paulo, por prazo superior a cinco anos e respeitando as restrições regulamentares.

Notas Explicativas

De forma a cumprir com tal obrigação, a Companhia, logo após seu leilão de privatização, emvidou esforços, sob o antigo modelo do setor elétrico, para ampliar seu parque gerador em 15%, que representam 398 MW.

Entretanto, a partir de 2004, sobrevieram profundas mudanças no ambiente regulatório do setor elétrico brasileiro, que tornaram o cumprimento da obrigação de expansão, acima referida, na opinião da administração inviável. Desde então, a Companhia vem diligenciando junto à Secretaria de Energia do Estado de São Paulo, com o objetivo de rever a obrigação de expansão para readequá-la à nova realidade setorial/regulamentar.

A obrigação foi objeto de judicialização por parte do Estado de São Paulo em 2011, visando compelir a Companhia a cumprir com a obrigação conforme previa o Edital, sem levar em consideração as profundas mudanças experimentadas pelo setor elétrico brasileiro desde então.

Em 01 de outubro de 2018, a Companhia assinou acordo com o Estado de São Paulo, por meio do qual ambos concordam em suspender o processo judicial por até 6 anos, a partir da homologação judicial do acordo que ocorreu em 22 de janeiro de 2019, com a finalidade da Companhia cumprir o saldo remanescente de 81 MW, sem a imposição de qualquer penalidade, para que seja cumprido a totalidade da obrigação de expansão de 398 MW, o que poderá ser feito pela construção de novos projetos de geração ou, ainda, por meio de: (i) leilões regulados de energia elétrica em geração centralizada; (ii) aquisição de projetos de geração de energia; ou (iii) implementação de empreendimentos de geração distribuída. Uma vez cumprido o total da expansão, a Companhia estará dispensada do pagamento de qualquer penalidade por atraso.

Projetos vinculados à obrigação de expansão

Desde o início da concessão em 1999, a capacidade instalada do sistema de geração de energia elétrica da Companhia foi ampliada em 317 MW, sendo: 3 MW com a PCH São Joaquim, finalizada em 2011, 4 MW com a PCH São José, finalizada em 2012, dois contratos de longo prazo de compra de energia provenientes de biomassa de cana-de-açúcar, que totalizam 10 MW médios, aquisição em 2018 do Complexo Solar Guaimbê, com 150 MW e construiu em 2019 o Complexo Ouroeste com 150 MW, ambos no Estado de São Paulo.

2. PRINCIPAIS EVENTOS OCORRIDOS NO PERÍODO

Impacto do Coronavírus (COVID-19) nas Demonstrações Contábeis intermediárias

A propagação da pandemia de COVID-19 tem causado sérios impactos na economia global e nos mercados financeiros que poderiam potencialmente afetar material e adversamente as operações, condição financeira e fluxo de caixa de nossos negócios. Em abril de 2020 o Fundo Monetário Internacional projetou desacelerações relevantes ou contrações na atividade econômica em 2020, incluindo -3% de queda no crescimento mundial e -5,3% no Brasil.

No período findo em 31 de março de 2020, a crise provocada pela pandemia não causou impacto nos resultados financeiros e nas operações da Companhia, uma vez que a extensão do impacto econômico da pandemia começou a se materializar em nossos mercados na segunda quinzena de março. Mesmo com a severidade da crise, não houve ainda nenhum evento que tenha impactado os negócios da Companhia. O portfólio de contratos da Companhia possui cerca de 20% de seus contratos no ambiente regulado, sujeitos portanto às soluções sistêmicas para mitigação de eventual redução de receita que estão sendo trabalhadas pelo Governo. O restante de seus contratos, equivalentes a cerca de 80% da receita, estão no mercado livre de energia. Aqui, a Companhia possui um portfólio de clientes diversificado e coberturas que reforçam a manutenção da sua liquidez, como por exemplo as garantias que temos em nossos contratos de venda de energia aos clientes.

A Companhia sempre manteve liquidez significativa e, dado o momento de crise, captou R\$500.000 em notas promissórias, apresentado na nota explicativa nº 33 de eventos subsequentes, de forma a reforçar seu caixa e garantir a liquidez, que entende ser suficiente para cenários de stress, caso ocorra.

Notas Explicativas

O COVID-19 também pode ter o efeito de aumentar outros riscos e incertezas aos quais a Companhia está exposta, como risco de crédito, liquidez, taxa de juros e de moeda estrangeira, com impacto em nosso nível de endividamento, potenciais inadimplências, nossa necessidade de gerar fluxos de caixa suficientes e nossa capacidade de levantar capital suficiente para financiar projetos de desenvolvimento e "greenfield", nossa capacidade de cumprir as cláusulas contratuais contidas nos contratos que regem nosso endividamento e o impacto da redução ao valor recuperável de ativos de longa duração.

À medida que a pandemia do COVID-19 avança, a Companhia tem acompanhando atentamente sua evolução e vem envidando significativos esforços em seu combate. Com o objetivo de avaliar, monitorar e aplicar todas as medidas necessárias pela garantia da segurança e redução máxima de riscos às nossas pessoas e aos nossos negócios, a Companhia criou um Comitê de Gestão de Riscos e Crise, liderado pela Diretoria de Tesouraria e Riscos.

Nesse sentido, continuaremos a revisar e modificar nossos planos à medida que as condições mudarem. Apesar de nossos esforços para gerenciar e remediar esses impactos para Companhia, seu impacto final também depende de fatores além do conhecimento ou controle da Companhia, incluindo a duração e a gravidade desta pandemia, bem como ações de terceiros para conter sua disseminação e mitigar seus efeitos na saúde pública.

Continuamos a responder a essa crise global por meio de medidas abrangentes para proteger nossos funcionários, cumprindo nosso papel vital de fornecer energia elétrica a nossos clientes. Embora existam restrições de permanência em casa na maioria dos locais em que operamos, nossas operações são consideradas essenciais e estão funcionando normalmente. A maioria de nosso pessoal administrativo e de gestão é capaz de trabalhar remotamente e não tivemos problemas significativos que afetam nossas operações ou a capacidade de manter controles internos eficazes e produzir informações financeiras confiáveis.

Projeto Tucano

Em 13 de fevereiro de 2020, a Companhia concluiu a aquisição das SPEs do Complexo Eólico Tucano, com preço de aquisição total de R\$100.378 e capacidade de energia eólica de 483,6 MW. Adicionalmente, as SPEs de Tucano executaram um contrato de TSA com a Siemens Gamesa para a construção do Complexo eólico, no valor total do acordo é de R\$1.042.691. Vide na nota explicativa nº 1.4.

Proposta Hostil de Combinação de negócios

Em 01 de março de 2020, a Companhia recebeu uma proposta hostil (não solicitada) de combinação de negócios por meio de incorporação de ações com validade de 60 dias, enviada pela Eneva S.A ("Eneva"), uma empresa de geração de energia elétrica térmica e exploração e produção de hidrocarbonetos no Brasil.

Em 13 de março, o Conselho de Administração aprovou a contratação de seus assessores financeiros e legais (Bradesco BBI, BNP Paribas, Santander e Cescon Barriou) e definiu a estruturação das frentes de trabalho para análise da proposta. A Proposta foi analisada, de forma diligente, por quatro principais vieses: (i) financeiro: realização de *valuation* das Companhias e da combinação e também mensuração de todas as sinergias e desinergias da transação; (ii) estrutura: entendimento da estrutura da oferta e levantamento de vantagens, desvantagens e riscos; (iii) operação: entendimento profundo da operação da Eneva; e (iv) estratégia: avaliação dos méritos estratégicos da combinação.

Em 19 de abril, após análise da estrutura e documentos relacionados a referida proposta, o Conselho de Administração da Companhia decidiu por unanimidade de seus membros, rejeitar a Proposta Hostil, por entender que seus termos e condições são inadequados ao melhor interesse da Companhia e do conjunto de seus acionistas, tendo em vista, principalmente, a incompatibilidade existente entre os negócios e as estratégias da Companhia e da Eneva, o desequilíbrio da relação de troca proposta e a fragilidade da estrutura de capital apresentada. Na mesma data, a Companhia enviou à Eneva correspondência comunicando acerca da decisão do Conselho de Administração de rejeitar a Proposta Hostil, e informando que sua administração estaria à disposição para se reunir para identificar a

Notas Explicativas

possibilidade de aprimoramento e adequação da estrutura da sua proposta de modo a atender os interesses do conjunto dos acionistas da AES Tietê e caso não fosse apresentada nova proposta, uma Assembleia Geral de Acionistas seria convocada para deliberar sobre os termos e condições da proposta original.

Em 21 de abril, a Companhia recebeu carta de Eneva na qual comunica à Administração da Companhia a retirada da proposta hostil de combinação de negócios apresentada em 01 de março.

3. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Em 06 de maio de 2020, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das informações contábeis intermediárias, submetendo-as nesta data à aprovação do Conselho de Administração e à análise do Conselho Fiscal.

3.1 Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias consolidadas da Companhia foram preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs). As informações contábeis intermediárias individuais da Companhia foram preparadas de acordo as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs). No caso da Companhia, essas práticas diferem das normas internacionais de contabilidade, somente no que se refere à capitalização de juros incorridos pela controladora, em relação aos ativos em construção de suas controladas.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, os quais foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, incluindo também as normas complementares emitidas pela CVM.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil para entidades de capital aberto. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar.

As informações contábeis intermediárias foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pelas opções de ações outorgadas, obrigações com entidade de previdência privada e pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo, pela avaliação do ativo imobilizado ao seu custo atribuído (*“deemed cost”*), na data de transição para as práticas contábeis adotadas no Brasil alinhadas às IFRS em janeiro de 2009 e pelos ativos adquiridos na combinação de negócios, que foram mensurados inicialmente a valor justo na data de aquisição.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das suas informações contábeis intermediárias. Desta forma, as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

Notas Explicativas

Com o objetivo de divulgar nas informações contábeis intermediárias apenas os aspectos relevantes, a Companhia deixou de apresentar as notas explicativas abaixo, pois foram anteriormente divulgadas nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2019. Dessa forma, a leitura das informações contábeis intermediárias deve ser feita em conjunto com as demonstrações contábeis anuais.

Número	Nota explicativa	Justificativa
3.2	Políticas contábeis e estimativas	(b)
3.3	Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas	(a)
3.4	Perda por redução ao valor recuperável de ativos não circulantes ou de longa duração	(a)
22	Patrimônio Líquido	(b)
22.1	Reservas, ajuste de avaliação patrimonial e outros resultados abrangentes	(b)
23	Destinação do resultado	(a)
30.1.2	Hierarquia do valor justo	(a)
30.3 (a)	Estrutura de gerenciamento de riscos	(a)
30.3 (b.1)	Risco de crédito	(b)
30.3 (b.2)	Risco de gerenciamento de capital	(b)
30.3 (b.5)	Risco de aceleração das dívidas	(b)
30.3 (c.3)	Risco de reconstrução (volume, preço e diferença de submercado)	(a)
30.3 (c.4)	Risco de alterações na legislação tributária do Brasil	(a)
30.3 (c.5)	Risco de instabilidade cambial e econômica	(a)
30.3 (c.6)	Risco socioambiental	(a)
30.3 (c.7)	Risco de obrigação de expansão	(a)
30.3 (c.8)	Risco da escassez de vento	(a)
33	Compromissos	(a)
34	Investimentos e gastos em meio ambiente	(a)

- (a) Informações idênticas às publicadas nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2019, publicadas em 27 de fevereiro de 2020. Em relação aos riscos anteriormente apresentados na nota explicativa nº 30.3, houve atualização em decorrência do COVID-19, divulgados na nota explicativa nº 2 de principais eventos do período.
- (b) Informações e textos reduzidos, pois não houve alteração no conteúdo nas informações trimestrais.

3.2 Base de preparação e apresentação

Continuidade operacional

Em 31 de março de 2020, com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia e de suas controladas em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo e, assim dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis intermediárias foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Esta afirmação é baseada nas expectativas da Administração em relação ao futuro da Companhia e de suas controladas, sendo consistentes com o seu plano de negócios. A Companhia e suas controladas preparam no início de cada exercício, Planos de Negócios Anual e Quinquenal, que compreendem os orçamentos anuais e plurianuais, todos os planos de investimento de capital, os planos estratégicos e os programas de manutenção das instalações da Companhia e de suas controladas. Os planos são acompanhados durante o exercício pelos órgãos de governança da Companhia e de suas controladas, podendo sofrer alterações.

Notas Explicativas

Segmento de negócios

Todas as decisões tomadas pela Administração da Companhia e de suas controladas são baseadas em relatórios consolidados, o suprimento e o fornecimento de energia são realizados utilizando-se uma rede integrada de geração, e as operações são gerenciadas em bases consolidadas. Consequentemente, a Companhia e suas controladas concluíram que possuem apenas o segmento de geração de energia elétrica como passível de reporte.

Sistema Empresas.Net

Nos quadros individuais e consolidados da “Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido” do Sistema “Empresas.net” utilizados para fins de elaboração e envio de documentos à CVM e B3, o ajuste de avaliação patrimonial, embora não corresponda a “Outros Resultados Abrangentes”, está apresentado na coluna com esta indicação, visto que não há opção mais apropriada para a sua apresentação.

3.3 Moeda funcional e conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e de apresentação

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

(b) Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas na moeda funcional da Companhia e de suas controladas, foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações foram realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional utilizando-se a taxa de câmbio na data base dos balanços.

3.4 Critérios de consolidação

Transações e saldos em transações entre a controladora e controladas ou entre as controladas são eliminados.

O exercício social das controladas incluídas na consolidação coincide com o da controladora, as políticas contábeis são aplicadas de forma uniforme àquelas utilizadas pelas controladoras e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. As transações entre a controladora e empresas controladas são realizadas em condições estabelecidas entre as partes.

As informações contábeis intermediárias consolidadas contemplam as informações da Companhia e de suas controladas, todas sediadas no Brasil, cujas práticas contábeis estão consistentes com as adotadas pela Companhia.

Notas Explicativas

As seguintes entidades são consideradas como controladas e estão incluídas nas informações contábeis intermediárias consolidadas:

Descrição	Atividade	Sede	Participação	
			31/03/2020	31/12/2019
Controladas diretas:				
AES Tietê Inova Soluções de Energia Ltda. ("Tietê Inova")	Prestação de serviços	Bauru, SP	100%	100%
AES Tietê Integra Soluções em Energia Ltda. ("Tietê Integra")	Prestação de serviços	Bauru, SP	100%	100%
Nova Energia Holding S.A. ("Nova Energia")	Holding	São Paulo, SP	100%	100%
Boa Hora 1 Geradora de Energia Solar S.A. ("Boa Hora 1")	Geração solar	Ouroeste, SP	100%	100%
Boa Hora 2 Geradora de Energia Solar S.A. ("Boa Hora 2")	Geração solar	Ouroeste, SP	100%	100%
Boa Hora 3 Geradora de Energia Solar S.A. ("Boa Hora 3")	Geração solar	Ouroeste, SP	100%	100%
AGV Solar IV Geradora de Energia S.A. ("AGV IV")	Geração solar	Ouroeste, SP	100%	100%
AGV Solar V Geradora de Energia S.A. ("AGV V")	Geração solar	Ouroeste, SP	100%	100%
AGV Solar VI Geradora de Energia S.A. ("AGV VI")	Geração solar	Ouroeste, SP	100%	100%
Guaimbê Solar Holding S.A. ("Guaimbê Holding")	Holding	São Paulo, SP	100%	100%
Tucano F5 Geração de Energias Ltda. ("Tucano F5")	Geração eólica	Salvador, BA	100%	-
AES Tucano Holding I S.A. ("Tucano Holding I")	Holding	São Paulo, SP	100%	100%
AES Tucano Holding II S.A. ("Tucano Holding II")	Holding	São Paulo, SP	100%	100%
Controladas indiretas:				
Controladas indiretas:				
AES Tietê Eólica Participações S.A. ("Tietê Eólica")	Holding	São Paulo, SP	100%	100%
Centrais Eólicas da Prata S.A. ("Da Prata")	Geração eólica	Igaporã, BA	100%	100%
Centrais Eólicas dos Araçás S.A. ("Araçás")	Geração eólica	Caetité, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Morrão S.A. ("Morrão")	Geração eólica	Caetité, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Seráima S.A. ("Seráima")	Geração eólica	Guanambi, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Tanque S.A. ("Tanque")	Geração eólica	Caetité, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Ventos do Nordeste S.A. ("Ventos do Nordeste")	Geração eólica	Caetité, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Ametista S.A. ("Ametista")	Geração eólica	Guanambi, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Borgo S.A. ("Borgo")	Geração eólica	Pindaí, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Caetité S.A. ("Caetité")	Geração eólica	Pindaí, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Dourados S.A. ("Dourados")	Geração eólica	Guanambi, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Espigão S.A. ("Espigão")	Geração eólica	Pindaí, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Maron S.A. ("Maron")	Geração eólica	Caetité, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Pelourinho S.A. ("Pelourinho")	Geração eólica	Pindaí, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Pilões S.A. ("Pilões")	Geração eólica	Caetité, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Serra do Espinhaço S.A. ("Serra do Espinhaço")	Geração eólica	Pindaí, BA	100%	100%
Guaimbê I Parque Solar Ltda. ("Guaimbê I")	Geração solar	Guaimbê, SP	100%	100%
Guaimbê II Parque Solar Ltda. ("Guaimbê II")	Geração solar	Guaimbê, SP	100%	100%
Guaimbê III Parque Solar Ltda. ("Guaimbê III")	Geração solar	Guaimbê, SP	100%	100%
Guaimbê IV Parque Solar Ltda. ("Guaimbê IV")	Geração solar	Guaimbê, SP	100%	100%
Guaimbê V Parque Solar Ltda. ("Guaimbê V")	Geração solar	Guaimbê, SP	100%	100%
AES Tietê Inova Soluções de Energia I Ltda. ("Tietê Inova I")	Geração solar	Bauru, SP	100%	100%
AES Tietê Inova Soluções de Energia II Ltda. ("Tietê Inova II")	Geração solar	Bauru, SP	100%	100%
Tucano F1 Geração de Energias Ltda. ("Tucano F1")	Geração eólica	Salvador, BA	100%	-
Tucano F2 Geração de Energias Ltda. ("Tucano F2")	Geração eólica	Salvador, BA	100%	-
Tucano F3 Geração de Energias Ltda. ("Tucano F3")	Geração eólica	Salvador, BA	100%	-
Tucano F4 Geração de Energias Ltda. ("Tucano F4")	Geração eólica	Salvador, BA	100%	-
Tucano F6 Geração de Energias SPE S.A. ("Tucano F6")	Geração eólica	Salvador, BA	100%	-
Tucano F7 Geração de Energias SPE S.A. ("Tucano F7")	Geração eólica	Salvador, BA	100%	-
Tucano F8 Geração de Energias SPE S.A. ("Tucano F8")	Geração eólica	Salvador, BA	100%	-

Notas Explicativas

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E INVESTIMENTOS DE CURTO PRAZO

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Caixa e Equivalentes de caixa				
Numerário disponível	360	355	7.623	11.145
CDB-DI	–	9.725	–	9.725
Operação compromissada	700	–	18.766	10.968
Subtotal	1.060	10.080	26.389	31.838
Investimentos de curto prazo				
CDB-DI	889.325	916.434	1.167.877	1.129.800
Fundo de investimentos				
Letra financeira	83.310	97.642	83.310	97.642
LTN e NTN over	67.101	54.416	67.101	54.416
CDB	2.331	2.688	2.331	2.688
Debêntures	36.683	33.925	36.683	33.925
Letra financeira com fluxo	3.820	3.783	3.820	3.783
Letra financeira elegível nível II	646	651	646	651
Letra financeira do tesouro	8.087	8.011	8.087	8.011
Subtotal	1.091.303	1.117.550	1.369.855	1.330.916
Total	1.092.363	1.127.630	1.396.244	1.362.754

Os investimentos de curto prazo em 31 de março de 2020 estão representados por operações com CDB e fundo de investimentos exclusivo com liquidez diária e com rentabilidade média consolidada de 92,29% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (98,65% no exercício findo em 31 de dezembro de 2019).

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
CIRCULANTE				
Consumidores livres	164.014	155.004	165.129	155.312
Mercado de curto prazo (i)	98.400	97.426	149.326	150.648
Contratos de energia eólicos	–	–	35.110	26.498
Contratos de energia solares	–	–	9.945	9.914
Partes relacionadas (nota 28)	798	–	–	–
Serviços prestados	–	–	134	136
Subtotal	263.212	252.430	359.644	342.508
NÃO CIRCULANTE				
Energia livre (ii)	13.075	13.075	13.075	13.075
Subtotal	13.075	13.075	13.075	13.075
Total	276.287	265.505	372.719	355.583

O prazo médio de recebimento dos valores relativos às faturas de venda de energia é de aproximadamente 30 dias, contados a partir do primeiro dia do mês subsequente à venda.

(i) As transações de energia no mercado de curto prazo (MRE e SPOT) são liquidadas de acordo com as regras de mercado e com as Resoluções da ANEEL. A energia de curto prazo normalmente é

Notas Explicativas

liquidada em até 60 dias após o mês de sua ocorrência. Em 31 de março de 2020, a Companhia possui saldos pendentes de recebimentos no mercado de curto prazo, principalmente devido à inadimplência do setor causada por liminares que impedem a liquidação financeira de valores impactados pelo GSF. Com base em uma avaliação das garantias, histórico de recebimentos e estimativa de recebimento futuro, incluindo riscos de crédito futuros, a Companhia concluiu que há evidências razoáveis de que os créditos serão recebidos e, dessa forma, nenhuma perda estimada em crédito de liquidação duvidosa foi registrada pela Companhia.

- (ii) A Resolução Normativa nº 387, de 15 de dezembro de 2009 da ANEEL, estabeleceu uma nova metodologia de cálculo dos saldos de Energia Livre e da Perda de Receita, para o período posterior ao encerramento da cobrança da Recomposição Tarifária Extraordinária - RTE nas tarifas de fornecimento.

Os recebimentos e pagamentos referentes à Energia Livre estão condicionados à decisão no final do mandado de segurança impetrado pela ABRADÉE, na qualidade de representante de suas associadas, contra os despachos ANEEL nº 2.517/10 e nº 1.068/11, alegando que os mesmos afetam prejudicialmente toda a sistemática originalmente estabelecida na Recomposição Tarifária Extraordinária (RTE) entre geradoras e distribuidoras de energia elétrica.

A abertura do contas a receber de clientes por vencimento é como segue:

	Controladora					Total
	Saldos vincendos	Saldos vencidos				
		até 90 dias	De 90 a 180 dias	De 180 a 360 dias	Acima de 360 dias	
CIRCULANTE						
Consumidores livres	163.970	–	34	10	–	164.014
Mercado de curto prazo	13.594	13.104	42.043	29.659	–	98.400
Partes relacionadas	798	–	–	–	–	798
NÃO CIRCULANTE						
Energia livre	–	–	–	–	13.075	13.075
Total	178.362	13.104	42.077	29.669	13.075	276.287

	Consolidado					Total
	Saldos vincendos	Saldos vencidos				
		até 90 dias	De 90 a 180 dias	De 180 a 360 dias	Acima de 360 dias	
CIRCULANTE						
Consumidores livres	165.129	–	–	–	–	165.129
Mercado de curto prazo	14.909	30.077	43.736	33.374	27.230	149.326
Contratos de energia eólicos	35.110	–	–	–	–	35.110
Contratos de energia solares	9.945	–	–	–	–	9.945
Serviços prestados	12	122	–	–	–	134
NÃO CIRCULANTE						
Energia livre	–	–	–	–	13.075	13.075
Total	225.105	30.199	43.736	33.374	40.305	372.719

As garantias sobre as vendas de energia no mercado de curto prazo são determinadas de acordo com as regras de mercado estabelecidas pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) e ANEEL, respectivamente. A Companhia e suas controladas não requerem garantias adicionais sobre as vendas de energia no mercado de curto prazo, bem como, sobre os valores a receber relacionados à energia livre.

Notas Explicativas

Após o vencimento, há a incidência de multa de 2% sobre o valor das faturas em atraso, corrigidas monetariamente pela variação do IPCA ou IGPM (dependendo do tipo de contrato) desde a referida data de vencimento até a data do efetivo pagamento, sendo que sobre o valor total incidirão juros de 1% ao mês.

6. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS COMPENSÁVEIS

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
CIRCULANTE				
Imposto de renda	6.645	7.291	11.069	11.981
Contribuição social	4.304	–	4.494	239
Imposto de renda retido na fonte	7.735	5.550	9.055	6.229
PIS e Cofins	–	1.761	1.452	3.249
Outros	5	5	1.931	1.928
Total	18.689	14.607	28.001	23.626

Notas Explicativas

7. TRIBUTOS DIFERIDOS

7.1 Composição dos tributos e contribuições sociais diferidos ativos e passivos

	Controladora				Consolidado			
	Balanço Patrimonial		Resultado		Balanço Patrimonial		Resultado	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/03/2019	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/03/2019
O imposto de renda e contribuição social diferidos referem-se a:								
Provisão para participação nos lucros e resultados	1.007	3.649	(2.642)	(2.586)	1.010	3.657	(2.647)	(2.606)
Provisão para processos fiscais	6.298	6.042	256	315	6.297	6.042	255	315
Provisão para processos trabalhistas	1.175	1.247	(72)	(21)	1.175	1.247	(72)	(21)
Provisão de benefício a empregados	5.049	4.231	818	861	5.049	4.231	818	861
Provisão para redução ao provável valor de realização de ativos	2.028	2.028	—	—	2.028	2.028	—	—
Provisão para processos cíveis	14.555	14.174	381	5	14.555	14.174	381	4
Provisão para fornecedores de materiais e serviços	12.894	11.901	993	162	13.583	12.340	1.243	162
Ajuste avaliação atuarial (outros resultados abrangentes)	26.029	26.029	—	—	26.029	26.029	—	—
Ressarcimento de energia	—	—	—	—	2.797	1.641	1.156	723
Prejuízo fiscal e base negativa	—	—	—	—	1.059	1.183	(124)	763
Variação cambial não realizada	6.025	706	5.319	98	6.025	706	5.319	98
Outros	3.360	3.384	(25)	(104)	3.393	3.924	(535)	(100)
Tributos passivos:								
Ativo imobilizado reavaliado - custo atribuído	(346.056)	(353.212)	7.156	7.504	(346.056)	(353.212)	7.156	7.505
Ativo intangível - uso do bem público	(8.921)	(9.147)	226	225	(8.921)	(9.147)	226	225
Atualização de cauções e depósitos vinculados	(3.234)	(2.667)	(567)	(422)	(3.234)	(2.667)	(567)	(422)
Ativo imobilizado - taxa de depreciação	(22.773)	(23.017)	244	121	(22.773)	(23.017)	244	121
Outros	(2)	(399)	398	—	(1.905)	(1.035)	(871)	35
Ativo (Passivo) fiscal diferido, líquido	(302.566)	(315.051)	12.485	6.158	(299.889)	(311.876)	11.982	7.663
Benefício fiscal gerado pela incorporação do ágio (nota 8)			(3.716)	(4.024)			(3.716)	(4.024)
Despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos			8.769	2.134			8.266	3.639
Apresentação no balanço patrimonial								
Ativo líquido	—	—			4.511	3.357		
Passivo líquido	(302.566)	(315.051)			(304.400)	(315.233)		
Total	(302.566)	(315.051)			(299.889)	(311.876)		

Notas Explicativas

Os tributos diferidos são apresentados pelo valor líquido, obedecida a distribuição a seguir:

Companhias	31/03/2020			31/12/2019
	Ativo	Passivo	Ativo (Passivo)	Ativo (Passivo)
Controladora	78.420	(380.986)	(302.566)	(315.051)
AES Tietê Integra	1.333	—	1.333	1.190
AES Tietê Inova	418	(23)	395	510
AES Tietê Inova I	18	—	18	11
AES Tietê Inova II	11	—	11	7
Ametista	389	—	389	271
Araças	342	—	342	202
Borgo	68	—	68	32
Caetite	98	—	98	48
Da prata	82	—	82	17
Dourados	392	—	392	274
Espigão	41	—	41	24
Maron	255	—	255	168
Morrão	163	—	163	49
Pelourinho	101	—	101	58
Pilões	298	—	298	208
Seraíma	262	—	262	125
Serra do espinhaço	79	—	79	46
Tanque	63	—	63	(25)
Ventos do nordeste	—	(63)	(63)	(99)
Boa Hora 1	25	(1)	24	48
Boa Hora 2	21	(19)	2	38
Boa Hora 3	20	(25)	(5)	31
Guaimbê I	54	—	54	—
Guaimbê II	33	(4)	29	(14)
Guaimbê III	7	—	7	(12)
Guaimbê IV	7	(2)	5	(9)
Guaimbê V	—	(8)	(8)	(23)
Guaimbê Holding	—	(1.758)	(1.758)	—
Consolidado	83.000	(382.889)	(299.889)	(311.876)

A movimentação dos saldos de tributos e contribuições sociais diferidos é como segue:

Movimentação dos tributos diferidos	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(315.051)	(311.876)
Impacto no resultado	12.485	11.987
Saldo em 31 de março de 2020	(302.566)	(299.889)

Notas Explicativas

A composição da base de cálculo e a conciliação do imposto de renda e contribuição social é a seguinte:

	Controladora				Consolidado			
	31/03/2020		31/03/2019		31/03/2020		31/03/2019	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
a) Composição dos tributos no resultado:								
Na rubrica de tributos:								
Corrente	(32.884)	(12.085)	(27.867)	(10.236)	(35.768)	(13.594)	(29.463)	(11.125)
Diferidos	6.428	2.341	1.549	585	5.806	2.460	2.590	1.049
Total	(26.456)	(9.744)	(26.318)	(9.651)	(29.962)	(11.134)	(26.873)	(10.076)
b) Demonstração do cálculo dos tributos:								
Resultado antes dos tributos	111.519	111.519	97.983	97.983	116.415	116.415	98.963	98.963
Adições (exclusões):								
Resultado de equivalência patrimonial (nota 11)	(7.055)	(7.055)	835	835	—	—	—	—
Ajuste lucro presumido	—	—	—	—	(3.901)	(901)	(16.653)	(14.649)
Prejuízo fiscal e base negativa s/ imposto diferido constituído	—	—	—	—	4.324	4.323	25.531	25.531
Amortização da mais valia em combinação de negócios	1.518	1.518	1.624	1.624	1.518	1.518	2.644	2.644
Amortização de direitos contratuais, exploração e autorização	984	984	983	983	2.222	2.222	983	983
Juros capitalizados de controladas	—	—	—	—	(203)	(203)	(7.693)	(7.689)
Incentivo do PAT - Êxito Judicial	(1.842)	—	—	—	(1.842)	—	—	—
Outras	1.088	1.300	(191)	(191)	1.529	1.745	(191)	(191)
Total das adições (exclusões)	(5.307)	(3.253)	3.251	3.251	3.647	8.704	4.621	6.629
Resultado ajustado	106.212	108.266	101.234	101.234	120.062	125.119	103.584	105.592
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%	25%	9%	25%	9%
Tributos	(26.553)	(9.744)	(25.308)	(9.111)	(30.015)	(11.261)	(25.896)	(9.503)
Incentivos fiscais	90	—	500	—	90	—	500	—
Ajustes P&D	—	—	(1.516)	(540)	—	—	(1.516)	(540)
Outros	7	—	6	—	(37)	127	39	(33)
Total da despesa com tributos	(26.456)	(9.744)	(26.318)	(9.651)	(29.962)	(11.134)	(26.873)	(10.076)
Alíquota efetiva	23,7%	8,7%	26,9%	9,8%	25,7%	9,6%	27,2%	10,2%

7.2 Composição dos prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias sem diferido constituído

	Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019
Prejuízos fiscais	525.097	520.773
Base negativa de contribuição social	525.097	520.773
Diferenças temporárias	25.670	21.686

Os impostos diferidos ativos não foram reconhecidos tendo em vista que esses prejuízos e bases negativas de contribuição social são substancialmente detidos por empresas holdings, cujos resultados são majoritariamente gerados por despesas financeiras dedutíveis e resultados não tributáveis de equivalência patrimonial decorrente de investimentos em controladas.

Notas Explicativas

8. CRÉDITOS FISCAIS DE ÁGIOS INCORPORADOS

Os créditos fiscais de ágios incorporados classificados no ativo não circulante referem-se aos benefícios fiscais gerados pelas incorporações dos ágios das controladoras AES Gás Ltda., AES Tietê Participações S.A. e AES Brazilian Energy Holdings S.A. e estão registrados de acordo com os conceitos das Instruções CVM 319/99 e 349/01.

Os ágios e as correspondentes provisões são amortizados pelo prazo de concessão da Companhia, de acordo com a curva de expectativa de rentabilidade futura estabelecida pela ANEEL, através do Ofício 87, de 16 de janeiro de 2004.

Os registros contábeis mantidos para fins societários e fiscais da Companhia apresentam contas específicas relacionadas com o ágio incorporado, provisão para reserva especial de ágio, no patrimônio líquido, e amortização, reversão e crédito fiscal correspondentes, no resultado do período. Em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019, os saldos estavam assim representados:

	Consolidado			
	31/03/2020			31/12/2019
	Ágio	Provisão	Valor	Valor Líquido
AES Brazilian Energy Holdings Ltda				
Saldos oriundos da incorporação	319.564	(210.912)	108.652	108.652
Amortização acumulada	(135.168)	89.211	(45.957)	(43.713)
Subtotal	184.396	(121.701)	62.695	64.939
AES Gás Ltda.				
Saldos oriundos da incorporação	808.304	(541.564)	266.740	266.740
Amortização acumulada	(697.544)	467.069	(230.475)	(229.176)
Subtotal	110.760	(74.495)	36.265	37.564
AES Tietê Participações S.A.				
Saldos oriundos da incorporação	82.420	(54.397)	28.023	28.023
Amortização acumulada	(68.282)	45.066	(23.216)	(23.043)
Subtotal	14.138	(9.331)	4.807	4.980
Total	309.294	(205.527)	103.767	107.483

A movimentação dos créditos fiscais do ágio incorporado é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>107.483</u>
Amortização	(11.076)
Reversão	7.360
Saldo em 31 de março de 2020	<u><u>103.767</u></u>

A amortização do ágio traz impacto nulo no resultado da Companhia, visto que a amortização, a reversão da provisão e o benefício fiscal ocorrem no mesmo momento. Somente há impacto de caixa devido à redução no pagamento do imposto de renda e contribuição social.

Notas Explicativas

9. CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
CIRCULANTE				
Garantias de compromissos contratuais (i)	40.501	39.388	40.501	39.388
Garantias de financiamento (ii)	–	–	12.381	7.513
Subtotal	40.501	39.388	52.882	46.901
NÃO CIRCULANTE				
Garantias de compromissos contratuais (i)	18.256	19.054	93.956	19.054
Garantias de financiamento (ii)	51.515	17.175	107.908	73.146
Cauções e depósitos vinculados (nota 19.1)	15.952	15.212	15.981	15.231
Subtotal	85.723	51.441	217.845	107.431
Total	126.224	90.829	270.727	154.332

- (i) Os compromissos contratuais são compostos principalmente por dois eventos: (a) R\$58.008 referente a depósito de garantias para litígios, *earn-out* e indenização geral dos vendedores oriundas da aquisição do Complexo Alto Sertão II, conforme condição precedente do Memorando de Fechamento assinado entre as partes. Os valores depositados nas contas garantia são comunicáveis entre si e garantem o pagamento de quaisquer obrigações de indenizações dos vendedores. Os saldos destas contas referem-se, basicamente, a aplicações financeiras em fundo de investimentos, com rentabilidade média de 57,74% do CDI, cuja aplicação somente poderá ser movimentada mediante autorização expressa dos vendedores; e (b) R\$75.699 relacionado a garantias oferecidas para o contrato de construção do Complexo Eólico Tucano. Para maiores detalhes acerca da aquisição e construção desde Complexo Eólico, vide nota explicativa nº 1.4.
- (ii) Na Controladora, o saldo refere-se à Conta Reserva do Serviço da Dívida, que destina-se aos pagamentos de principal e juros e que deve ter saldo equivalente de até duas parcelas do serviço da dívida e da Conta Complementação do ICSD, referentes à 8ª emissão de debêntures. A integralidade dos recursos retidos, nestas contas, devem ser aplicados, seguindo as restrições mencionadas nos documentos da emissão. O saldo destas contas, em sua totalidade, está aplicado em certificados de depósitos bancários, com rentabilidade média de 96,82% do CDI, para a Companhia. No Consolidado, além do mencionado na Controladora, o saldo também refere-se às Contas Reservas de O&M, que destina-se aos pagamentos das obrigações do Contrato de Operação e Manutenção e Conta Reserva de Debêntures, que destina-se ao pagamento do serviço da dívida, do Complexo de Alto Sertão II. Em 31 de março de 2020, esses compromissos financeiros foram cumpridos.

A movimentação dos cauções e depósitos vinculados no trimestre findo em 31 de março de 2020 é como segue:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2019	90.829	154.332
Adições (i)	34.712	135.190
Atualizações	736	1.158
Baixas e resgates	(53)	(19.953)
Saldo em 31 de março de 2020	126.224	270.727

- (i) Na controladora, as adições referem-se principalmente às garantias de financiamento da 8ª emissão de debênture. Já no consolidado, R\$24.768 refere-se às garantias de financiamento das escrituras de debêntures do Complexo Eólico Alto Sertão II e R\$75.699 refere-se às garantias relativas ao contrato de construção do Complexo Eólico Tucano.

Notas Explicativas

10. OUTROS ATIVOS

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
CIRCULANTE				
Almoxarifado	2.866	3.788	14.022	15.131
Despesas pagas antecipadamente	10.754	2.156	13.029	2.459
Ressarcimento - conta de energia (i)	—	—	912	1.099
Dividendos a receber (nota 28)	2.273	2.273	—	—
Outros ativos a receber de partes relacionadas (nota 28)	132	149	—	—
Outros	9.062	7.161	15.349	10.681
Subtotal	25.087	15.527	43.312	29.370
NÃO CIRCULANTE				
Contas a receber de partes relacionadas (nota 28)	13.822	13.668	—	—
Ressarcimento - conta de energia (i)	—	—	3.082	4.801
Despesas pagas antecipadamente	1.242	1.396	1.247	1.415
Outros	63	112	3.859	2.057
Subtotal	15.127	15.176	8.188	8.273
Total	40.214	30.703	51.500	37.643

(i) Os parques eólicos e solares operam contratos de Energia de Reserva (LER) e contratos de Energia Nova (LEN). Os contratos estabelecem limites para os desvios positivos ou negativos de geração em relação a receita fixa com aplicação de bônus ou penalidades, conforme as regras do mecanismo. Os ressarcimentos por desvios positivos de geração estão sendo apresentados na rubrica de outros ativos. Já os ressarcimentos por desvios negativos de geração, estão sendo apresentados na rubrica de outras obrigações.

11. INVESTIMENTOS

	Controladora	
	31/03/2020	31/12/2019
Participações societárias permanentes:		
Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial (i)	2.954.877	2.772.007
Direito de exploração de autorização decorrente de combinação de negócios e de aquisição de ativos (ii)	62.472	31.517
Direitos contratuais decorrentes de aquisição de ativos (iii)	52.885	53.597
Ajustes a valor justo do investimento adquirido (iv)	112.384	113.902
Total	3.182.618	2.971.023

- (i) Inclui adiantamento para futuro aumento de capital com a controlada direta Nova Energia, no montante de R\$854.409.
- (ii) Direitos contratuais dos Complexos Boa Hora, Alto Sertão II e Tucano F5, amortizados no prazo remanescente de autorização. Vide nota explicativa nº 13.
- (iii) Direito dos contratos de Leilão de Energia de Reserva (LER) do Complexo Solar Boa Hora, amortizado com base no prazo dos contratos de leilão de energia. Vide nota explicativa nº 13.
- (iv) Ajuste a valor justo na aquisição do Complexo Alto Sertão II, composto por: (a) mais-valia de máquinas e equipamentos dos ativos adquiridos do Alto Sertão II, no montante de R\$113.014 e (b) ajuste a valor justo do saldo de empréstimos e financiamentos relacionado aos custos de emissão

Notas Explicativas

capitalizados pela adquirida, no montante atualizado de (R\$630), totalizando R\$112.384. A mais valia das máquinas e equipamentos está sendo amortizada com base na taxa divulgada pelo Órgão Regulador e amortizada a uma taxa de 4,75% ao ano. No consolidado, a mais-valia das máquinas e equipamentos é reclassificada para a rubrica de "Imobilizado, líquido" e os custos de emissão para a rubrica de "Empréstimos, financiamentos e debêntures".

A movimentação dos investimentos no trimestre findo em 31 de março de 2020 é como segue:

	Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial	Direito de exploração de autorização decorrente de combinação de negócios e de aquisição de ativos	Direitos contratuais decorrentes de aquisição de ativos	Ajustes a valor justo do investimento adquirido	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	2.772.007	31.517	53.597	113.902	2.971.023
Equivalência patrimonial	7.055	–	–	–	7.055
Aumento de capital	173.487	–	–	–	173.487
Aquisição de controladas	7.202	–	–	–	7.202
Direitos e estudos (nota 13)	–	93.177	–	–	93.177
Acervo líquido e direito e estudos cedidos para aumento de capital	(4.969)	(61.950)	–	–	(66.919)
Amortização dos direitos contratuais, exploração e autorização	–	(111)	(712)	–	(823)
Amortização do intangível e da mais valia gerado na combinação de negócios	–	(161)	–	(1.518)	(1.679)
Outros resultados abrangentes	95	–	–	–	95
Saldo em 31 de março de 2020	2.954.877	62.472	52.885	112.384	3.182.618

	Saldo em 31 de dezembro de 2019	Equivalência patrimonial	Acervo líquido adquirido	Aumento de capital (i)	Direito e estudos	Acervo líquido e direito e estudos cedidos para aumento de capital	Outros resultados abrangentes	Amortização dos direitos contratuais, exploração e autorização	Amortização do intangível e da mais valia gerado na combinação de negócios	Saldo em 31 de março de 2020
Nova Energia	1.593.164	(4.993)	–	10	–	–	–	–	(1.679)	1.586.502
Boa Hora 1	106.723	2.799	–	–	–	–	–	(274)	–	109.248
Boa Hora 2	110.191	3.211	–	–	–	–	–	(274)	–	113.128
Boa Hora 3	146.427	2.755	–	–	–	–	–	(275)	–	148.907
Tietê Integra	4.816	(244)	–	–	–	–	–	–	–	4.572
Tietê Inova	44.244	787	–	9.994	–	–	–	–	–	55.025
Guaibê Holding	676.097	986	–	–	–	–	–	–	–	677.083
AGV Solar IV	78.201	(755)	–	450	–	–	21	–	–	77.917
AGV Solar V	105.379	1.410	–	–	–	–	28	–	–	106.817
AGV Solar VI	105.794	1.248	–	70	–	–	46	–	–	107.158
Tucano Holdings I	(13)	(71)	–	78.122	–	–	–	–	–	75.520
Tucano Holdings II	–	(78)	–	84.366	–	–	–	–	–	86.806
Tucano F1	–	–	724	–	8.284	(9.008)	–	–	–	–
Tucano F2	–	–	518	–	7.204	(7.722)	–	–	–	–
Tucano F3	–	–	605	–	8.404	(9.009)	–	–	–	–
Tucano F4	–	–	605	–	8.404	(9.009)	–	–	–	–
Tucano F5	–	–	2.233	475	31.227	–	–	–	–	33.935
Tucano F6	–	–	689	–	9.606	(10.295)	–	–	–	–
Tucano F7	–	–	1.139	–	10.443	(11.582)	–	–	–	–
Tucano F8	–	–	689	–	9.605	(10.294)	–	–	–	–
	2.971.023	7.055	7.202	173.487	93.177	(66.919)	95	(823)	(1.679)	3.182.618

- (i) Aumentos de capital nas controladas, no montante de R\$162.963, relacionados à aquisição e construção do Complexo Eólico Tucano.

Notas Explicativas

As principais informações sobre as controladas estão apresentadas abaixo:

Controladas	Quantidade de quotas/ações do capital social	Percentual de participação	Valor do capital social	Valor do patrimônio líquido	Valor do patrimônio líquido ajustado (i)	Lucro (prejuízo) líquido do exercício	Lucro (prejuízo) líquido do exercício ajustado (i)
Nova Energia (ii)	596.756.905	100%	543.199	1.456.732	1.456.732	(4.993)	(4.993)
Guaimbê Solar Holding	661.244.534	100%	661.245	677.012	677.012	986	986
Tietê Integra	8.000.100	100%	6.565	4.573	4.573	(244)	(244)
Tietê Inova	53.232.997	100%	53.233	53.059	55.026	597	786
Boa Hora 1	7.586.395.435	100%	75.864	83.008	86.996	2.841	2.799
Boa Hora 2	7.903.933.876	100%	79.039	86.986	90.974	3.253	3.211
Boa Hora 3	11.553.845.402	100%	115.538	122.651	126.639	2.797	2.755
AGV Solar IV	99.000.500	100%	74.890	73.350	77.918	(708)	(755)
AGV Solar V	100.518.058	100%	100.518	102.249	106.817	1.457	1.410
AGV Solar VI	102.919.171	100%	102.919	102.588	107.156	1.294	1.249
Tucano F5	2.232.792	100%	2.708	2.708	2.708	—	—
AES Tucano Holding I	621.993.454	100%	78.122	78.038	78.038	(71)	(71)
AES Tucano Holding II	671.484.951	100%	84.366	—	84.288	(78)	(78)
Total				2.842.954	2.954.877	7.131	7.055

- (i) Juros capitalizados de controladas: Com o objetivo de financiar principalmente a construção de novos parques solares, a Controladora captou recursos por meio de debêntures de longo prazo. Em função do ativo qualificável estar registrado nas controladas e os financiamentos na Controladora, nas informações contábeis intermediárias individuais, a capitalização foi reconhecida nas rubricas “Investimentos” em contrapartida ao “Resultado de equivalência patrimonial”. Já nas informações contábeis intermediárias consolidadas, está apresentado como “Imobilizado, líquido” em contrapartida ao resultado financeiro, na rubrica “Juros capitalizados transferidos para o imobilizado/intangível em curso”. Para melhor apresentação dessas informações, os juros capitalizados foram ajustados na tabela acima em “Valor do patrimônio líquido ajustado” e “Lucro (prejuízo) líquido do período ajustado”.
- (ii) O valor do patrimônio líquido inclui adiantamento para futuro aumento de capital, no montante de R\$854.409.

Notas Explicativas

12. IMOBILIZADO

a) A composição do ativo imobilizado é a seguinte:

Controladora					
31/03/2020				31/12/2019	
Taxas médias anuais de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido	
Terrenos	-	411.781	-	411.781	411.781
Reservatórios, barragens e adutoras	3,1%	2.923.189	(2.039.553)	883.636	901.445
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,4%	671.268	(497.702)	173.566	176.921
Máquinas e equipamentos	3,7%	2.131.295	(916.372)	1.214.923	1.229.470
Veículos	17,1%	8.803	(7.094)	1.709	1.865
Móveis e utensílios e outros	6,3%	7.256	(4.318)	2.938	3.010
Imobilizado em serviço		6.153.592	(3.465.039)	2.688.553	2.724.492
Imóveis destinados a uso futuro		2.099	-	2.099	2.099
Imobilizado em curso (i)		89.473	-	89.473	75.513
Bens vinculados às concessão e autorizações		6.245.164	(3.465.039)	2.780.125	2.802.104
Direito de uso de sede administrativa	10,8%	7.152	(967)	6.185	6.238
Total Imobilizado		6.252.316	(3.466.006)	2.786.310	2.808.342

Consolidado					
31/03/2020				31/12/2019	
Taxas médias anuais de depreciação (%)	Custo (ii)	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido	
Terrenos	-	414.887	-	414.887	414.887
Reservatórios, barragens e adutoras	3,1%	2.923.189	(2.039.553)	883.636	901.445
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,4%	754.505	(504.731)	249.774	255.814
Máquinas e equipamentos	3,6%	4.974.539	(1.198.434)	3.776.105	3.814.561
Veículos	17,1%	8.803	(7.094)	1.709	1.865
Móveis e utensílios e outros	6,3%	7.274	(4.324)	2.950	3.023
Imobilizado em serviço		9.083.197	(3.754.136)	5.329.061	5.391.595
Imóveis destinados a uso futuro		2.099	-	2.099	2.099
Imobilizado em curso (i)		132.184	-	132.184	80.814
Bens vinculados às concessão e autorizações		9.217.480	(3.754.136)	5.463.344	5.474.508
Direito de uso de sede administrativa	10,8%	7.651	(1.035)	6.616	6.673
Direito de uso de terreno arrendado	3,3%	80.478	(2.406)	78.072	54.407
Total Imobilizado		9.305.609	(3.757.577)	5.548.032	5.535.588

- (i) Gastos com a modernização de unidades geradoras hidrelétricas. Adicionalmente, houve um pagamento equivalente a R\$19.756 referente a um *downpayment* para a Siemens Gamesa, empresa responsável pela montagem dos aerogeradores no Complexo Eólico Tucano. Esses ativos serão classificados como imobilizado em serviço assim que entrarem e/ou retornarem para suas operações.
- (ii) Inclui os custos de desmontagem, remoção e restauração dos ativos eólicos, que em 31 de março de 2020 representa um montante de R\$9.400, líquido de depreciação.

Notas Explicativas

(b) Movimentação do ativo imobilizado

A movimentação do ativo imobilizado no trimestre findo em 31 de março de 2020 é como segue:

	Controladora					Saldo em 31 de março de 2020
	Saldo em 31 de dezembro de 2019	Adições	Baixas	Transferências	Juros capitalizados	
Terrenos (i)	411.781	–	–	–	–	411.781
Reservatórios, barragens e adutoras	2.920.646	–	(178)	2.721	–	2.923.189
Edificações, obras civis e benfeitorias	671.261	–	(11)	18	–	671.268
Máquinas e equipamentos	2.128.571	–	(338)	3.062	–	2.131.295
Veículos	8.803	–	–	–	–	8.803
Equipamentos de informática, móveis e utensílios e outros	7.256	–	–	–	–	7.256
Imóveis destinados a uso futuro	2.099	–	–	–	–	2.099
Em curso	75.513	18.121	–	(5.801)	1.640	89.473
Direito de uso de sede administrativa	7.152	–	–	–	–	7.152
Subtotal	6.233.082	18.121	(527)	–	1.640	6.252.316
Depreciação/Amortização	(3.424.740)	(41.703)	437	–	–	(3.466.006)
Total líquido	2.808.342	(23.582)	(90)	–	1.640	2.786.310

	Consolidado							Saldo em 31 de março de 2020
	Saldo em 31 de dezembro de 2019	Efeito da aquisição de ativos Complexo Eólico Tucano	Adições	Provisão para desmantelamento	Baixas	Transferências	Juros capitalizados	
Terrenos (i)	414.887	–	–	–	–	–	–	414.887
Reservatórios, barragens e adutoras	2.920.646	–	–	–	(178)	2.721	–	2.923.189
Edificações, obras civis e benfeitorias	756.356	–	–	–	(11)	(1.840)	–	754.505
Máquinas e equipamentos	4.962.410	–	–	–	(1.242)	13.371	–	4.974.539
Veículos	8.803	–	–	–	–	–	–	8.803
Equipamentos de informática, móveis e utensílios e outros	7.274	–	–	–	–	–	–	7.274
Imóveis destinados a uso futuro	2.099	–	–	–	–	–	–	2.099
Em curso	80.814	6.701	57.116	–	(38)	(14.252)	1.843	132.184
Direito de uso de sede administrativa	7.651	–	–	–	–	–	–	7.651
Direito de uso de terreno arrendado	57.087	–	23.391	–	–	–	–	80.478
Subtotal	9.218.027	6.701	80.507	–	(1.469)	–	1.843	9.305.609
Depreciação/Amortização	(3.682.439)	–	(75.454)	(149)	465	–	–	(3.757.577)
Total líquido	5.535.588	6.701	5.053	(149)	(1.004)	–	1.843	5.548.032

(i) Saldo líquido da provisão para redução ao provável valor de realização do ativo, no valor de R \$5.963.

(c) Dos bens vinculados à concessão e autorizações

Os bens e as instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia, e que são vinculados à concessão, não podem ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

São previstos o oferecimento em garantia dos direitos emergentes da outorga e bens constituídos pela geradora eólica ou solar sem autorização da ANEEL, desde que a eventual execução da garantia não comprometa a continuidade da geração de energia elétrica. Já a transferência de outorga ou do controle societário deve ser precedida de anuência prévia.

Em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019 os ativos da Companhia e suas controladas que possuem essas características, são:

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Concessão	2.731.365	2.754.113	2.731.365	2.754.113
Autorizações	46.661	45.892	2.729.880	2.718.296
Imóveis destinados a uso futuro	2.099	2.099	2.099	2.099
Total	2.780.125	2.802.104	5.463.344	5.474.508

13. INTANGÍVEL

A composição da conta intangível é a seguinte:

	Controladora				
	31/03/2020				31/12/2019
	Taxas médias anuais de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
Uso do bem público (UBP) (i)	3,7%	73.174	(46.936)	26.238	26.902
Software e outros intangíveis	21,1%	53.390	(39.043)	14.347	14.603
		126.564	(85.979)	40.585	41.505

	Consolidado				
	31/03/2020				31/12/2019
	Taxas médias anuais de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
Uso do bem público (UBP) (i)	3,7%	73.174	(46.936)	26.238	26.902
Direitos contratuais de solares (ii)	4,9%	135.871	(13.056)	122.815	124.465
Direito de exploração de autorização (iii)	3,0%	24.421	(1.583)	22.838	23.023
Intangível gerado na combinação de negócios (iv)	3,4%	19.073	(1.714)	17.359	17.519
Direitos e estudos (v)	2,9%	93.177	(146)	93.031	–
Direitos contratuais de geração distribuída (vi)	3,2%	8.725	(165)	8.560	8.631
Software e outros intangíveis	21,1%	56.851	(39.310)	17.541	18.006
		411.292	(102.910)	308.382	218.546

- (i) O uso do bem público (UBP) compreende o direito de operar como concessionária de uso do bem público na produção e comercialização de energia elétrica, na condição de Produtor Independente de Energia, conforme contrato de concessão assinado em 20 de dezembro de 1999, o qual tem prazo de vigência de 30 anos e foi pago no período de 2000 a 2004, sendo os valores pagos registrados como um ativo intangível relacionado à concessão. A amortização deste ativo é feita pelo método linear durante o prazo de vigência do contrato de concessão.
- (ii) Refere-se à aquisição do direito dos contratos de Leilão de Energia de Reserva (LER) e ao direito de autorização de geração do Parque Solar Boa Hora e Guaimbê, amortizados com base no prazo dos contratos de leilão de energia e no prazo remanescente de autorização.
- (iii) Corresponde ao direito de exploração de autorização decorrente da aquisição de ativos dos Parques Solares Boa Hora e Guaimbê, que serão amortizados com base no prazo remanescente de autorização.
- (iv) Corresponde ao direito de exploração de autorização decorrente de combinação de negócios do Complexo Eólico Alto Sertão II, que será amortizado com base no prazo remanescente de autorização.
- (v) Corresponde ao direito e estudos decorrente da aquisição de ativos do Complexo Eólico Tucano, que será amortizado com base no prazo de autorização.

Notas Explicativas

- (vi) Refere-se à aquisição pela controlada direta Tietê Inova de direito de contratos de geração distribuída, amortizados até 2050 com base no prazo remanescente de cessão dos terrenos.

Os valores dos itens (ii) a (vi) acima foram definidos com base em modelos de avaliação de ativos, considerando as informações e condições constantes nos contratos de leilão e nos contratos de autorização de geração de energia.

A movimentação do intangível no trimestre findo em 31 de março de 2020 é como segue:

	Controladora			Total
	Uso do Bem Público	Outros ativos intangíveis		
		Em curso	Em serviço	
Saldo em 31 de dezembro de 2019	26.902	1.308	13.295	41.505
Adições	–	547	–	547
Amortizações	(664)	–	(803)	(1.467)
Transferências	–	(1.155)	1.155	–
Saldo em 31 de março de 2020	26.238	700	13.647	40.585

	Consolidado							Total
	Uso do Bem Público	Direitos contratuais	Direito de exploração de autorização	Intangível gerado na combinação de negócios	Direitos e estudos	Software e outros intangíveis		
						Em curso	Em serviço	
Saldo em 31 de dezembro de 2019	26.902	133.096	23.023	17.519	–	3.894	14.112	218.546
Adições	–	–	–	–	93.177	547	7	93.731
Baixas	–	–	–	–	–	–	(103)	(103)
Amortizações	(664)	(1.721)	(185)	(160)	(146)	–	(916)	(3.792)
Transferências	–	–	–	–	–	262	(262)	–
Saldo em 31 de março de 2020	26.238	131.375	22.838	17.359	93.031	4.703	12.838	308.382

14. FORNECEDORES

A composição da conta de fornecedores é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
CIRCULANTE				
Rebaixamento hidrelétrico - GSF (i)	1.135.704	1.118.967	1.135.704	1.118.967
Energia elétrica comprada para revenda	16.952	25.922	22.485	26.000
Energia elétrica comprada para revenda - partes relacionadas - (nota 28)	3.029	4.078	–	–
Encargo de uso do sistema de transmissão - TUST	13.215	9.875	15.103	12.075
Encargo de uso do Sistema de Distribuição para as geradoras - TUSDg	3.012	3.024	3.012	3.024
Subtotal	1.171.912	1.161.866	1.176.304	1.160.066
Materiais e Serviços	28.653	28.228	73.713	67.939
Materiais e Serviços - partes relacionadas (nota 28)	16	325	16	325
Total	1.200.581	1.190.419	1.250.033	1.228.330

Notas Explicativas

- (i) Este saldo é composto por valores efetivamente recebidos da CCEE, decorrentes dos efeitos da liminar obtida na discussão do denominado Rebaixamento Energético (GSF). O valor total informado pela CCEE (principal) é de R\$951.471 (R\$952.943 em 31 de dezembro de 2019). Como a discussão encontra-se em andamento, a Companhia não reconheceu este ganho em seu resultado, sendo o valor em discussão registrado como obrigação na rubrica “Fornecedores” quando do seu recebimento através de liquidações da CCEE. Esse valor está sendo atualizado pelo IGP-M pela Companhia.

Até 31 de março de 2020, foi reconhecido no resultado financeiro de 2020 uma despesa com atualização monetária no montante de R\$18.209 (R\$18.136 em 31 de março de 2019), vide nota explicativa nº 27. O passivo total estimado até 31 de março de 2020 corresponde a R\$1.135.704 (R\$1.118.967 em 31 de dezembro de 2019). Vide nota explicativa nº 19.4.

A Companhia e suas controladas possuem contratadas 19 cartas de fiança no valor total de R\$7.046 e 19 seguros garantia no valor de R\$99.289, totalizando uma importância segurada de R\$106.335, com custo de 0,35% a 1,30% a.a. Estas garantias têm como objetivo principal cumprir exigências de compra de energia elétrica, principalmente no MRE e mercado de curto prazo (SPOT).

15. TRIBUTOS A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
CIRCULANTE				
Imposto de renda	32.884	5.319	35.776	7.648
Contribuição social	12.085	2.520	13.611	3.806
INSS	2.819	2.281	2.903	2.421
PIS e Cofins	9.721	8.263	11.531	9.508
FGTS	29	676	29	680
Outros	2.928	1.716	3.896	2.233
Total	60.466	20.775	67.746	26.296

A Companhia e suas controladas Tietê Integra, Tietê Inova, Tietê Inova I, Tietê Inova II, Tietê Eólica, Guaimbê Holding, Nova Energia, Tucano Holding I, Tucano Holding II e as SPEs de Tucano são tributadas pelo regime de lucro real. No que se refere à forma de pagamento de imposto de renda e contribuição social, a Companhia efetuou os recolhimentos das antecipações mensais com base na estimativa. Por sua vez, as controladas se utilizaram da apuração com base no balancete de redução, sendo que apenas a AES Inova precisou recolher antecipações, pois as demais apuraram prejuízo fiscal, de modo que não foi necessário efetuar antecipações.

A apuração do imposto de renda e da contribuição social das SPE's dos Complexos Solar Ouroeste, Alto Sertão II e Guaimbê é realizada com base na forma de tributação do lucro presumido sob o regime de caixa.

Notas Explicativas

16. DEBÊNTURES

16.1 Os saldos de debêntures, não conversíveis, são compostos da seguinte forma:

		Controladora								
		31/03/2020								
		Circulante				Não Circulante				Total circulante + não circulante
Vencimento	Taxa Efetiva (i)	Encargos	Principal	Custos de transação	Total	Principal	Custos de transação	Total		
Debêntures										
Debêntures - 4ª Emissão (3ª Série)	2020	IPCA + 10,09%	8.488	362.704	(3.268)	367.924	—	—	—	367.924
Debêntures - 5ª Emissão	2023	IPCA + 7,27%	3.694	—	(1.040)	2.654	202.334	(2.626)	199.708	202.362
Debêntures - 6ª Emissão (2ª Série)	2024	IPCA + 6,97%	10.711	—	(408)	10.303	352.235	(1.239)	350.996	361.299
Debêntures - 7ª Emissão (2ª Série)	2023	CDI + 1,53%	4.523	—	(1.458)	3.065	750.000	(2.250)	747.750	750.815
Debêntures - 8ª Emissão	2030	IPCA + 7,50%	4.736	14.338	(1.396)	17.678	205.151	(9.525)	195.626	213.304
Debêntures - 9ª Emissão (1ª Série)	2027	CDI + 1,04%	2.841	—	(382)	2.459	1.380.000	(2.649)	1.377.351	1.379.810
Debêntures - 9ª Emissão (2ª Série)	2029	IPCA + 5,62%	1.332	—	(2.294)	(962)	661.808	(25.942)	635.866	634.904
Debêntures - 9ª Emissão (3ª Série)	2029	IPCA + 5,62%	372	—	(641)	(269)	184.692	(7.257)	177.435	177.166
Total da dívida			36.697	377.042	(10.887)	402.852	3.736.220	(51.488)	3.684.732	4.087.584

		Consolidado								
		31/03/2020								
		Circulante				Não Circulante				Total circulante + não circulante
Vencimento	Taxa Efetiva (i)	Encargos	Principal	Custos de transação	Total	Principal	Custos de transação	Total		
Debêntures										
Debêntures - 4ª Emissão (3ª Série)	2020	IPCA + 10,09%	8.488	362.704	(3.268)	367.924	—	—	—	367.924
Debêntures - 5ª Emissão	2023	IPCA + 7,27%	3.694	—	(1.040)	2.654	202.334	(2.626)	199.708	202.362
Debêntures - 6ª Emissão (2ª Série)	2024	IPCA + 6,97%	10.711	—	(408)	10.303	352.235	(1.239)	350.996	361.299
Debêntures - 7ª Emissão (2ª Série)	2023	CDI + 1,53%	4.523	—	(1.458)	3.065	750.000	(2.250)	747.750	750.815
Debêntures - 8ª Emissão	2030	IPCA + 7,50%	4.736	14.338	(1.396)	17.678	205.151	(9.525)	195.626	213.304
Debêntures - 9ª Emissão (1ª Série)	2027	CDI + 1,04%	2.841	—	(382)	2.459	1.380.000	(2.649)	1.377.351	1.379.810
Debêntures - 9ª Emissão (2ª Série)	2029	IPCA + 5,62%	1.332	—	(2.294)	(962)	661.808	(25.942)	635.866	634.904
Debêntures - 9ª Emissão (3ª Série)	2029	IPCA + 5,62%	372	—	(641)	(269)	184.692	(7.257)	177.435	177.166
Debêntures - 1ª Emissão (1ª série) - AES Tietê Eólica	2025	IPCA + 8,07%	1.912	24.362	(127)	26.147	65.982	(605)	65.377	91.524
Debêntures - 1ª Emissão (2ª Série) - AES Tietê Eólica	2025	IPCA + 8,16%	1.735	12.198	(121)	13.812	67.090	(576)	66.514	80.326
Total das debêntures			40.344	413.602	(11.135)	442.811	3.869.292	(52.669)	3.816.623	4.259.434

(i) A taxa efetiva de juros difere da taxa contratual, pois são considerados os custos de transação incorridos na emissão da dívida.

Os custos de transação incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado do exercício pelo prazo da dívida que os originaram, por meio do método do custo amortizado. A utilização do método do custo amortizado resulta no cálculo e apropriação de encargos financeiros com base na taxa efetiva de juros em vez da taxa de juros contratual do instrumento.

Notas Explicativas

16.2 Movimentação das debêntures é como segue:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2019	4.088.228	4.254.945
Encargos financeiros	57.342	60.493
Variação monetária	25.535	27.455
Pagamento de encargos financeiros	(86.416)	(86.416)
Amortização custos de transação	2.895	2.957
Saldo em 31 de março de 2020	4.087.584	4.259.434

16.3 Características dos contratos de debêntures estão descritas a seguir:

Companhia	Descrição	Valor Ingresso	Data Emissão	Taxa Contratual	Pagamento de Juros	Sistema de amortização do Principal	Montante (i)	Vencimento	Finalidade
Controladora	4ª Emissão (3ª série)	301.758	15/12/2015	IPCA + 8,43%	Semestrais	Única	362.704	Dezembro de 2020	Modernizar e/ou recapacitar os equipamentos das usinas.
Controladora	5ª Emissão Debêntures	180.000	15/12/2016	IPCA + 6,54%	Anual	Anual	101.167 101.167	Dezembro de 2022 Dezembro de 2023	Modernizar e/ou recapacitar os equipamentos das usinas.
Controladora	6ª Emissão (2ª série)	317.620	15/04/2017	IPCA + 6,78%	Semestrais	Anual	176.118 176.118	Abril de 2023 Abril de 2024	Pré-pagamento da 2ª e 3ª emissão de debêntures e da 2ª série da 4ª emissão de debêntures
Controladora	7ª Emissão (2ª série)	750.000	15/2/2018	CDI + 1,30%	Semestrais	Anual	375.000 375.000	Fevereiro de 2022 Fevereiro de 2023	Reforço de capital de giro e gestão ordinária dos negócios da Emissora
Controladora	8ª Emissão Debêntures	200.000	15/5/2018	IPCA + 6,02%	Semestrais	Semestral	219.489	Maio de 2030	Reembolso e pagamento de despesas relacionadas ao Complexo Boa Hora
	9ª Emissão Debêntures (1ª série)			CDI + 1,00%	Semestrais	Anual	1.380.000	Março de 2026 Março de 2027	Reforço de capital de giro e pré-pagamento da 6ª emissão de debêntures
Controladora	9ª Emissão Debêntures (2ª série)	2.200.000	15/03/2019	IPCA + 4,71%	Semestrais	Anual	661.808	Março de 2027 Março de 2028 Março de 2029	Reembolso e pagamento de despesas relacionadas à construção e implementação dos projetos Guaimbê e AGV
	9ª Emissão Debêntures (3ª série)			IPCA + 4,71%	Anual	Anual	184.692	Março de 2027 Março de 2028 Março de 2029	
AES Tietê Eólica	Debêntures de Infraestrutura	146.000	15/12/2014	IPCA + 7,61% (1ª série) IPCA + 7,87% (2ª série)	Semestral	Semestral	90.344 79.288	Dezembro de 2025	Financiamento dos parques de Alto Sertão II

- (i) Os saldos devedores corrigidos monetariamente pelo IPCA em uma base diária são incorporados ao saldo de principal da dívida.

16.4 Composição de moeda e indexadores do principal e encargos:

	Controladora				Consolidado			
	31/03/2020		31/12/2019		31/03/2020		31/12/2019	
	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%
Moeda nacional								
CDI	2.137.364	51,50	2.172.796	52,31	2.137.364	51,50	2.172.796	50,28
IPCA	2.012.595	48,50	1.980.702	47,69	2.185.874	48,50	2.148.910	49,72
Total	4.149.959	100,00	4.153.498	100,00	4.323.238	100,00	4.321.706	100,00

Notas Explicativas

16.5 Parcelas relativas ao principal das debêntures e custos de transação, atualmente classificadas no passivo não circulante:

	Consolidado		
	Debêntures	Custos de transação	Total
2021	53.484	(6.412)	47.072
2022	526.693	(8.296)	518.397
2023	691.732	(7.122)	684.610
2024	214.638	(6.689)	207.949
2025	36.573	(7.164)	29.409
Após 2025	2.346.172	(16.986)	2.329.186
	3.869.292	(52.669)	3.816.623

16.6 Variação dos indexadores utilizados para atualização das debêntures

	31/03/2020	31/12/2019
CDI (i)	3,65%	4,40%
TJLP (i)	5,09%	5,57%
IPCA (ii)	3,30%	4,31%

(i) Índice do último dia útil do período

(ii) Índice acumulado dos últimos 12 meses

Notas Explicativas

16.7 Compromissos financeiros - “Covenants”

Como forma de monitoramento da situação financeira pelos credores da Companhia, são utilizados *covenants* financeiros nos contratos das debêntures.

Adicionalmente, conforme definidos nos contratos, a Companhia e sua controlada indireta Tietê Eólica acompanham *covenants* qualitativos, os quais em 31 de março de 2020, a Administração da Companhia mantém o acompanhamento dos seguintes índices financeiros:

Emissões - AES Tietê Energia S.A.	Objetivo	Covenant	Covenant apurado em 31/03/2020
4ª, 5ª e 6ª Emissões	Capacidade de endividamento líquido: mede o nível de endividamento líquido em relação ao EBITDA ajustado (i) dos últimos 12 meses	Dívida líquida/EBITDA ajustado: $\leq 3,5x$ ou $\leq 3,85x$ em caso de Aquisição de Ativos pela emissora, durante o período de 36 meses ou até a data de vencimento, o que ocorrer primeiro	2,64x
	Capacidade de pagamento de juros: mede o EBITDA ajustado sobre despesa financeira dos últimos 12 meses	EBITDA ajustado/despesas financeiras: $\geq 1,5x$	2,74x
7ª Emissão	Capacidade de endividamento líquido: mede o nível de endividamento líquido em relação ao EBITDA ajustado dos últimos 12 meses	Dívida líquida/EBITDA ajustado: $\leq 4,0x$, sendo que em caso de Evento de Investimento (ii) pela emissora, o índice assume os seguintes limites: (a) $\leq 4,5x$ durante o período de 12 meses; (b) $\leq 4,25x$ do 13º ao 24º mês; e (c) $\leq 4,0x$ até a data de vencimento	2,64x
	Capacidade de pagamento de juros: mede o EBITDA ajustado sobre despesa financeira dos últimos 12 meses	EBITDA ajustado/despesas financeiras: $\geq 1,25x$	2,74x
8ª Emissão	Índice de cobertura do serviço da dívida (“ICSD”): calculado a partir da divisão da geração de caixa das SPEs do Complexo Solar de Boa Hora pelo serviço da dívida da 8ª Emissão da Companhia. A periodicidade da verificação deste índice é anual, com base nas demonstrações contábeis dessas SPEs e da Companhia.	ICSD: $\geq 1,2x$	1,22 (iii)
9ª Emissão	Capacidade de endividamento líquido: mede o nível de endividamento líquido em relação ao EBITDA ajustado dos últimos 12 meses	Dívida líquida/EBITDA ajustado: $\leq 4,5x$	2,64x
	Capacidade de pagamento de juros: mede o EBITDA ajustado sobre despesa financeira dos últimos 12 meses	EBITDA ajustado/despesas financeiras: $\geq 1,25x$	2,74x
Emissões - AES Tietê Eólica S.A.	Objetivo	Covenant	Covenant apurado em 31/03/2020
1ª Emissão	Índice de cobertura do serviço da dívida (“ICSD”): calculado a partir da divisão da geração de caixa pelo serviço da dívida calculado ao final de cada exercício social.	ICSD: $\geq 1,3x$	4,59 (iv)

- (i) EBITDA ajustado: significa o somatório dos últimos doze meses (i) do resultado operacional conforme apresentado no demonstrativo contábil da Emissora na linha “Resultado antes dos tributos sobre o lucro” (excluindo as receitas e despesas financeiras); (ii) todos os montantes de depreciação e amortização; e (iii) todos os montantes relativos a despesas com entidade de previdência privada. No caso de uma aquisição de ativos, o cálculo e a verificação do índice financeiro deverá considerar o EBITDA Ajustado pró-forma do ativo adquirido, consolidado com o da Emissora, relativo aos 12 meses anteriores à data de liquidação da respectiva aquisição de ativos.
- (ii) Evento de investimento: Significa uma aquisição, pela Emissora, direta ou indiretamente, de qualquer participação societária, inclusive por meio de subscrição ou compra e venda de valores mobiliários, fusão, cisão, incorporação ou incorporação de ações, ou outros investimentos pela Emissora para a construção ou desenvolvimento de projetos de geração, armazenamento, comercialização e/ou gestão de energia, inclusive em decorrência de leilões de energia elétrica.
- (iii) O ICSD deve ser igual ou superior a 1,2 vez e, nas demonstrações financeiras contábeis de 31 de dezembro de 2019 foi divulgado um depósito em conta de complementação do ICSD, cumprindo-se o índice, conforme previsto na escritura da 8ª emissão e no contrato de cessão fiduciária. A Companhia, em 16 de abril de 2020, manteve nesta conta, o valor de R\$18.300, valor necessário para que o índice seja cumprido e superior a 1.2 vez.

Notas Explicativas

- (iv) Condições Restritivas: A controlada indireta Tietê Eólica possui debênture de infraestrutura com cláusulas de condições restritivas, tais como não distribuir quaisquer recursos aos acionistas, diretos ou indiretos, e/ou a pessoas físicas e jurídicas integrantes do mesmo Grupo Econômico, acima do dividendo mínimo obrigatório, que representa 1% do lucro líquido ajustado, salvo se expressamente autorizado pelos debenturistas reunidos em AGD, ou se atendidos os seguintes itens: (i) preenchidas as contas pagamento debêntures, contas reservas de debêntures e O&M; (ii) atingido o ICSD mínimo de 1,30 vez; e (iii) geração mínima consolidada das centrais geradoras eólicas de 1.430.475 MWh no período de doze meses imediatamente anteriores à distribuição pretendida; e (iv) verificação do *completion* físico LER 2010 e *completion* Físico LEN 2011. Uma vez que todos os itens acima forem cumpridos, a Companhia poderá distribuir quaisquer recursos aos acionistas, sob a forma de dividendos ou juros sobre capital próprio, acima do mínimo obrigatório. Em 31 de março de 2020, este índice financeiro foi cumprido.

17. PASSIVO DE ARRENDAMENTO

A movimentação do passivo arrendado no trimestre findo em 31 de março de 2020 é como segue:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2019	20.223	62.727
Ingressos (i)	–	23.391
Encargos financeiros	886	2.563
Pagamento de principal	(648)	(2.722)
Saldo em 31 de março de 2020	20.461	85.959

- (i) Refere-se principalmente a novos contratos de arrendamentos, provenientes da aquisição do Complexo Eólico, no montante de R\$21.831, os quais atendem aos requisitos contábeis de reconhecimento do direito de uso e do passivo de arremedamento por existir o direcionamento do uso do bem e ser provável de obter substancialmente todos os benéficos econômicos do arrendamento.

Os vencimentos futuros do passivo de arrendamento é como segue:

	Controladora	Consolidado
CIRCULANTE		
2020	540	759
2021	188	334
Subtotal	728	1.093
NÃO CIRCULANTE		
2021	588	829
2022	845	1.376
2023	921	1.610
2024	1.003	1.761
2025	1.092	1.926
Após 2025	15.284	77.364
Subtotal	19.733	84.866
Total	20.461	85.959

A Companhia possui contratos de subarrendamento de terrenos com suas controladas diretas AGV e Boa Hora, nos montantes de R\$7.219 e R\$6.735, totalizando R\$13.954 (nota explicativa nº28). Os terrenos foram subarrendados pelo prazo remanescente do contrato principal, possuindo a mesma taxa de desconto de 10,08% a.a. e vigência até novembro de 2045. Os montantes registrados no passivo estão atualizados pelo Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M. As condições de sublocação são as mesmas do aluguel original. Dessa forma, não há ganho reconhecido. Os direitos de uso foram reconhecidos nas controladas e as obrigações de arrendamento na Companhia. Adicionalmente, conforme demonstrado

Notas Explicativas

na nota explicativa de partes relacionadas nº 28, foi reconhecido um contas a receber na controladora e um contas a pagar nas controladas.

18. OBRIGAÇÕES COM ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

A Companhia patrocina planos de benefícios suplementares de aposentadoria e pensão para seus empregados e ex-empregados e respectivos beneficiários, com o objetivo de complementar os benefícios garantidos pelo sistema oficial da previdência social. A Funcesp é a principal entidade responsável pela administração dos planos de benefícios patrocinados pela Companhia.

A Companhia, através de negociações com os sindicatos representativos da categoria, reformulou o plano em 1997, tendo como característica principal o modelo misto, composto de 70% do salário real de contribuição como benefício definido, e 30% do salário real de contribuição como contribuição definida. Essa reformulação teve como objetivo equacionar o *déficit* técnico atuarial e diminuir o risco de futuros *déficits*.

Em 03 de maio de 2019, foi aprovado pela PREVIC, por meio da Portaria PREVIC nº 296, a alteração no regulamento do PSAP/Tietê, que trata do fechamento às novas adesões. O novo regulamento tem início de vigência em 1º de junho de 2019. Adicionalmente, nesta mesma data, houve a abertura de um novo plano de contribuição definida (CD).

O custeio do plano para a parcela de benefício definido (BD) é paritário entre a Companhia e os empregados. As taxas de custeio variam de 1,45% a 8,88%, conforme faixa salarial, e são reavaliadas periodicamente por atuário independente. O custeio da parcela de contribuição definida é baseado em percentual escolhido livremente pelo participante (de 1% a 100% sobre 30% do salário real de contribuição), com contrapartida da Companhia até o limite de 5% sobre a base de 30% de sua remuneração.

O Benefício Suplementar Proporcional Saldado (BSPS) é garantido aos empregados participantes do plano de suplementação que aderiram anteriormente ao modelo implementado no momento da privatização da Companhia, e vierem a se desligar, mesmo sem estarem aposentados. Esse benefício assegura o valor proporcional da suplementação relativo ao período do serviço anterior à data da reformulação do novo plano de suplementação. O benefício será pago a partir da data em que o participante completar as carências mínimas previstas no regulamento do plano.

18.1 Despesas reconhecidas no resultado do período

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/03/2019	31/03/2020	31/03/2019
Custo dos serviços correntes	1.117	962	1.117	962
Custo dos juros	10.147	10.124	10.147	10.124
Rendimento sobre o valor justo do ativo do plano	(8.461)	(9.386)	(8.461)	(9.386)
Total das despesas benefício definido	2.803	1.700	2.803	1.700
Contribuição definida	318	253	319	231
Total da despesa no exercício	3.121	1.953	3.122	1.931

O custo dos juros e o rendimento sobre o valor justo do ativo do plano são apresentados no resultado financeiro, na rubrica "Juros sobre a obrigação atuarial, líquido dos rendimentos dos ativos". O custo dos serviços correntes e contribuição definida são apresentados sob a rubrica "Entidade de previdência privada".

Notas Explicativas

18.2 Movimentações do passivo (ativo) registrado

	Controladora e Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019
Saldo no início do período	89.001	32.139
Despesa do exercício conforme laudo atuarial	2.803	6.804
Pagamentos de contribuições	(398)	(1.505)
Ajuste de avaliação atuarial (remensurações)	–	51.563
Saldo no final do período	91.406	89.001

18.3 Plano de Contribuição Definida (CD)

Além do plano de benefício definido, a Companhia possui plano de contribuição definida administrado pelo Itaú previdência e MetLife. Nessa modalidade, os benefícios são obtidos pela conversão dos saldos acumulados pelo participante e pelo patrocinador em seu nome, de acordo com a sua opção de renda. Este plano não gera para a Companhia obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar os benefícios. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando incorridas.

19. PROVISÕES PARA PROCESSOS JUDICIAIS E OUTROS

19.1 Processos com probabilidade de perda classificada como provável

As provisões para processos judiciais e outros e respectivos cauções e depósitos vinculados estão compostos da seguinte forma:

	Controladora				Consolidado			
	Passivo		Ativo		Passivo		Ativo	
	Provisão para processos judiciais e outros	Cauções e depósitos vinculados	Provisão para processos judiciais e outros	Cauções e depósitos vinculados	Provisão para processos judiciais e outros	Cauções e depósitos vinculados	Provisão para processos judiciais e outros	Cauções e depósitos vinculados
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Trabalhista (a)	3.456	3.669	1.065	1.057	3.456	3.669	1.065	1.057
Meio ambiente (b)	765	741	–	–	765	741	–	–
Regulatório (c)								
Perda no repasse da energia de Itaipu (c.1)	51.370	36.031	–	–	51.370	36.031	–	–
Despacho 288 (c.2)	38.855	37.893	–	–	38.855	37.893	–	–
Fiscal (d)								
Compensações IRPJ e CSLL (d.1)	6.018	5.997	–	–	6.018	5.997	–	–
PIS/Cofins sobre receitas financeiras (d.2)	14.560	13.830	14.460	13.689	14.560	13.830	14.460	13.689
Cível (e)								
Arbitragens (e)	–	–	–	–	43.019	39.752	–	–
Outros processos cíveis	3.953	3.794	–	–	3.953	3.794	–	–
Total	118.977	101.955	15.525	14.746	161.996	141.707	15.525	14.746
Circulante	3.753	3.594			46.772	43.346		
Não Circulante	115.224	98.361			115.224	98.361		
Total	118.977	101.955			161.996	141.707		

Notas Explicativas

Os cauções e depósitos vinculados totalizam R\$15.981 em 31 de março de 2020 (R\$15.212 em 31 de dezembro de 2019), de acordo com a classificação de probabilidade de perda do processo ao qual está vinculado, está demonstrado a seguir:

	Consolidado							
	31/03/2020				31/12/2019			
	Processos prováveis	Processos possíveis	Processos remotos	Total	Processos prováveis	Processos possíveis	Processos remotos	Total
Trabalhista	1.065	167	260	1.492	1.057	165	301	1.523
Fiscal	14.460	–	–	14.460	13.689	–	–	13.689
Cível	–	–	29	29	–	–	19	19
	15.525	167	289	15.981	14.746	165	320	15.231

A movimentação das provisões para processos judiciais e outros é como segue:

	Controladora					
	Trabalhista	Meio ambiente	Regulatório	Fiscal	Cível	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	3.669	741	73.924	19.827	3.794	101.955
Provisão	–	7	–	597	11	615
Atualização monetária	(83)	17	962	154	160	1.210
Atualização cambial	–	–	15.339	–	–	15.339
Reversão de provisão	(159)	–	–	–	–	(159)
Pagamentos	29	–	–	–	(12)	17
Saldo em 31 de março de 2020	3.456	765	90.225	20.578	3.953	118.977

	Consolidado					
	Trabalhista	Meio ambiente	Regulatório	Fiscal	Cível	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	3.669	741	73.924	19.827	43.546	141.707
Provisão	–	7	–	597	11	615
Atualização monetária	(83)	17	962	154	160	1.210
Atualização cambial	–	–	15.339	–	–	15.339
Reversão de provisão	(159)	–	–	–	–	(159)
Pagamentos	29	–	–	–	(12)	17
Outros (i)	–	–	–	–	3.267	3.267
Saldo em 31 de março de 2020	3.456	765	90.225	20.578	46.972	161.996

(i) Refere-se à alocação de parte da contraprestação transferida em troca do controle do Complexo Alto Sertão II, que passou da rubrica “Outras obrigações” para “Provisões para processos judiciais”, conforme detalhado no item (e) abaixo.

(a) Trabalhistas: Existem 97 processos (94 em 31 de dezembro de 2019) de ações de empregados e ex-empregados próprios e terceirizados pelos quais são pleiteados equiparação salarial, horas extras, adicional de periculosidade entre outros. São considerados como perda provável 17 processos (18 em 31 de dezembro de 2019). Em 31 de março de 2020, o valor provisionado relativo a essas demandas perfaz a quantia de R\$3.456 (R\$3.669 em 31 de dezembro de 2019).

A administração da Companhia, com base na opinião dos assessores jurídicos, estima que os processos serão finalizados entre 2020 e 2023.

(b) Meio ambiente: Existem 109 processos (108 em 31 de dezembro de 2019) de ações civis públicas sobre supostos danos ambientais ocasionados por ocupações irregulares em áreas de preservação permanente envolvendo a Companhia no polo passivo. Os consultores jurídicos e a Administração

Notas Explicativas

da Companhia avaliaram a probabilidade de perda como provável para as medidas de recuperação ambiental dentro da área de concessão para 98 demandas (R\$98 em 31 de dezembro de 2019), já que as demais ações tiveram julgamentos favoráveis à Companhia e possuem recursos pendentes. O valor provisionado relativo a essas demandas perfaz a quantia estimada de R\$765 (R\$741 em 31 de dezembro de 2019).

A administração da Companhia, com base na opinião dos assessores jurídicos, estima que os atuais processos serão finalizados entre 2020 e 2024.

(c) Regulatório:

- (c.1) Perda no repasse de energia de Itaipu: Trata-se de discussão sobre a obrigatoriedade da Companhia de adquirir a energia de Itaipu na qualidade de quotista cogente. Em 23 de janeiro de 2003, foi obtida liminar assegurando o direito de a Companhia não efetuar a compra de energia elétrica proveniente de Itaipu. Essa liminar foi cassada em 26 de junho de 2003 e restabelecida em 30 de junho de 2003. Em 1 de outubro de 2004, o Superior Tribunal de Justiça suspendeu a liminar. Em 5 de outubro de 2004, a Companhia recorreu da decisão, no qual restou decidido que a suspensão da liminar só valeria para o futuro (os efeitos da tutela antecipada anteriormente concedida foram conservados para o período de janeiro de 2003 a setembro de 2004). Em 17 de agosto de 2007, foi proferida sentença de procedência dos pedidos formulados pela Companhia. Em 17 de outubro de 2007, foi interposta apelação pela Eletrobrás e, em 26 de novembro de 2007, foi interposta apelação pela ANEEL. Atualmente a Companhia aguarda julgamento dos recursos de apelação pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Considerando que não há decisão definitiva desse processo, a Administração da Companhia decidiu manter o saldo dessa provisão atualizado pela variação cambial, em 31 de março de 2020, no montante de R\$51.370 (R\$36.031 em 31 de dezembro de 2019).

A administração da Companhia, com base na opinião dos assessores jurídicos, estima que este processo será concluído até o final de 2022.

- (c.2) Despacho 288: Em 16 de maio de 2002, a ANEEL publicou o Despacho ANEEL nº 288, que introduziu alterações em certas regras de comercialização do então existente Mercado Atacadista de Energia - MAE, e por isso, determinou o refazimento dos números obtidos pelo MAE na data de 13 de março de 2002, os quais reconheciam a Companhia como devedora no mercado de curto prazo. Aplicando-se as diretrizes de tal Despacho, a Companhia teria sua posição alterada no mercado, passando de devedora a credora. Todavia, a RGE Sul (anteriormente AES Sul), principal agente do mercado alcançado pelos efeitos das alterações instituídas pelo Despacho ANEEL nº 288 (pois passou de credora a devedora do mercado), ingressou com ação judicial buscando a anulação do referido despacho, bem como decisão de tutela antecipada para fazer valer as regras do mercado sem os efeitos do Despacho ANEEL nº 288. A tutela antecipada foi deferida à RGE Sul. Assim, a CCEE (sucessora do MAE) elaborou nova liquidação, agora sem os efeitos do Despacho ANEEL nº 288, mediante a qual a Companhia restou devedora do mercado. Em 29 de junho de 2012, a ação da RGE Sul foi julgada improcedente em 1ª instância. Em decorrência, a RGE Sul interpôs o recurso de apelação. Em 27 de março de 2014, foi proferida decisão de 2ª instância que julgou procedente a ação, determinando a anulação do Despacho ANEEL nº 288. Em face desta decisão, foram apresentados recursos pelos demais agentes do mercado e pela ANEEL. Ainda, a Companhia apresentou embargos infringentes, visando à modificação do mérito da decisão anterior. Em 15 de janeiro de 2016 foi publicada nova decisão de 2ª instância negando os recursos de embargos de declaração opostos pela Companhia, demais agentes de mercado e ANEEL contra a decisão favorável de mérito à RGE Sul. Ainda no Tribunal Regional Federal da 1ª Região as partes requeridas apresentaram recurso de embargos infringentes, visando à modificação do mérito da decisão anterior. Os recursos aguardam julgamento. O montante provisionado atualizado pelo IGPM até 31 de março de 2020 corresponde a R\$38.855 (R\$37.893 em 31 de dezembro de 2019).

A administração da Companhia, com base na opinião dos assessores jurídicos, estima que este processo será concluído até o final de 2023.

Notas Explicativas

(d) Fiscal:

- (d.1) Compensações IRPJ e CSLL: Em 02 de dezembro de 2008, a Companhia foi intimada pela Receita Federal sobre a não homologação de 4 compensações administrativas realizadas entre os créditos de saldo negativo de IRPJ (2001 e 2002) e os débitos de IRPJ (2003 e 2004) e CSLL (2003). A principal razão do Fisco não homologar as mencionadas compensações é a suposta divergência entre as informações contábeis intermediárias e fiscais. Os consultores jurídicos e a Administração da Companhia avaliaram que de um total de R\$132.663 (R\$132.194 em 31 de dezembro de 2019) envolvidos na discussão, R\$6.018 (R\$5.997 em 31 de dezembro de 2019) são considerados como de perda provável, sendo o restante considerado como perda possível. A administração da Companhia, com base na opinião dos assessores jurídicos, estima que os atuais processos serão concluídos durante o ano de 2021.
- (d.2) A Companhia discute judicialmente os efeitos do Decreto nº 8.426/2015, que trata da tributação de PIS/COFINS sobre receitas financeiras a partir de 1º de julho de 2015. Enquanto não há decisão autorizando a não aplicação das novas regras do Decreto, a Companhia está obrigada a efetuar o recolhimento dos valores. A Companhia registrou provisão que, atualizada até 31 de março de 2020, corresponde a R\$14.560 (R\$13.830 em 31 de dezembro de 2019) e efetuou depósitos judiciais no montante atualizado de R\$14.460 (R\$13.689 em 31 de dezembro de 2019). Em relação ao mérito da causa, a Administração juntamente com seus assessores legais, classifica como possível. Contudo, com relação ao desembolso de caixa, a Companhia estima como provável que venham a ocorrer pagamentos referentes a essa ação antes da discussão do mérito. Além disso, por se tratar de obrigação legal, a Companhia efetuou provisão para o referido valor. A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima que este processo será concluído até 2021.

(e) Cível:

A Companhia reconheceu, na data da aquisição da Nova Energia, passivo contingente avaliado ao seu valor justo na combinação de negócios, no montante de R\$58.000. Desse montante, R\$22.265 já estavam registrados no balanço patrimonial da adquirida, na rubrica de “Fornecedores”. Tais valores estavam relacionados a dois procedimentos arbitrais movidos em face da Renova e das 15 SPE’s relativas ao Complexo Eólico Alto Sertão II por fornecedores contratados na época. Como a Companhia efetuou o pagamento dos valores relativos a uma das arbitragens (“arbitragem B”), com a posterior liberação da “escrow” correspondente, permanece em andamento apenas um caso.

O procedimento de arbitragem (“arbitragem A”) foi iniciado em dezembro de 2015, relativo à execução de contratos de locação de guindastes e montagem de torres em parques eólicos, com o objetivo de obter os valores remanescente devidos por supostos atrasos nos cronogramas de obras, alegadamente atribuíveis à Renova. Em julho de 2018, foi proferida sentença arbitral julgando procedentes os pedidos das requerentes e improcedentes os pedidos da Renova, determinando a liquidação de parte da sentença para apuração dos valores relativos a determinados pleitos. Em virtude da ausência de pagamento espontâneo, por parte da Renova, com relação à parte líquida da sentença arbitral, foi ajuizada ação judicial para execução de sentença arbitral. Em fevereiro de 2019, foi proferida decisão que deferiu a penhora da quantia atualizada de R\$34.103. Em decorrência, foi bloqueado o montante total disponível nas contas de titularidade das SPE’s o valor total de R\$27.405, sendo o saldo remanescente de R\$6.698 pago diretamente pela Companhia, pois, por ser a atual controladora das SPE’s, é devedora solidária no polo passivo das demandas judiciais. Conforme condição precedente do Memorando de Fechamento da aquisição do Complexo Eólico Alto Sertão II, em 2017 a Companhia efetuou depósito de garantias para litígios, assim como o provisionamento das obrigações de aquisição. Em abril de 2019, Companhia ressarciu as SPE’s por meio das “escrows” correspondentes. Atualmente, aguarda-se decisão do juízo quanto a extinção do feito com relação a essa parcela da condenação. Com relação aos pedidos ilíquidos, em 22 de abril de 2019, o assistente técnico apresentou o laudo pericial, apontando que os pleitos outrora tidos como ilíquidos atingem o montante atualizado de R\$41.125. Em 28 de agosto de 2019, ambas as partes apresentaram nova manifestação quanto ao laudo pericial. Importante ressaltar que este montante faz parte da contraprestação transferida em troca do controle do Complexo Alto Sertão II e, por este motivo, estava provisionado em obrigações de aquisições. Os consultores jurídicos e a Administração da

Notas Explicativas

Companhia avaliaram a probabilidade de perda como provável. Conforme detalhado na nota explicativa nº 9, os valores depositados nas contas garantia são comunicáveis entre si e garantem o pagamento de quaisquer obrigações de indenizações dos vendedores. Dessa forma, a Companhia reclassificou o referido montante de obrigações de aquisições para processos judiciais. As partes apresentaram manifestações acerca do laudo pericial. Em 08 de abril de 2020, foi dada sentença arbitral que liquidou os demais pedidos e fixou o valor da condenação em R\$43.019. Sendo assim, foi iniciado o prazo para pagamento dos valores, o qual encerra-se em 08 de maio de 2020.

19.2 Processos com probabilidade de perda classificada como possível

A Companhia está envolvida em outros processos cuja probabilidade de perda está avaliada como possível e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos da Companhia. O total estimado de processos cuja probabilidade foi classificada como possível é de:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Meio ambiente (a)	Não determinado	Não determinado	Não determinado	Não determinado
Cível (b)	9.064	8.734	16.014	15.341
Fiscal (c)	675.184	665.294	675.184	665.294
Total	684.248	674.028	691.198	680.635

A seguir a Companhia apresenta as principais contingências passivas, considerando o montante mínimo de divulgação de R\$5.000 e relevância do tema.

- (a) Meio ambiente - Recomposição de danos ambientais: Referem-se a 3 ações civis públicas relacionadas à suspensão do processo de licenciamento ambiental da Companhia, bem como sua condenação à recomposição dos supostos danos ambientais decorrentes da inundação dos reservatórios de (a.1) Bariri, (a.2) Barra Bonita e (a.3) Nova Avandava, e possuem valor de causa simbólico, motivo pelo qual não é possível, no momento, estimar o valor de um possível desembolso futuro.
- (a.1) Em janeiro de 2007, foi deferida liminar para determinar que a Companhia se abstenha de conceder, a título oneroso ou gratuito, o uso das faixas de terras inseridas em área de preservação permanente. Em agosto de 2007, as partes acordaram pela suspensão do processo, para que a Companhia apresente PACUERA (Plano Ambiental de Conservação de Uso do Entorno do Reservatório Artificial). Em agosto de 2008, a Companhia informou quanto a necessidade de a CETESB apresentar diretrizes (Termo de Referência) para o respectivo PACUERA, tendo sido proferida decisão para suspender o processo até que a CETESB apresente as referidas diretrizes.
- (a.2) Com relação à ação do Reservatório de Barra Bonita, houve decisão em 1ª instância em 13 de junho de 2016, na qual a Companhia foi condenada a recompor os danos ambientais (recuperação de mata ciliar) com base na metragem da legislação ambiental à época do empreendimento (Antigo Código Florestal). Os demais pedidos foram julgados improcedentes (estudo de impacto ambiental, unidade de conservação e indenização). Em 14 de julho de 2016, a Companhia apresentou recurso contra a aplicação do Antigo Código Florestal, visto que os assessores legais da Companhia avaliam como altas as chances de os Tribunais reformarem a decisão para aplicarem a metragem do Novo Código Florestal, de acordo com o plano de reflorestamento apresentado na CETESB pela Companhia. O processo foi então remetido ao Tribunal de Justiça. Em janeiro de 2018, na 1ª Câmara reservada ao Meio Ambiente, foi proferido despacho determinando o retorno dos autos à origem, diante da ausência de intimação do Ministério Público acerca da sentença e atos processuais posteriores. Em março de 2018, os autos foram recebidos na vara de origem e remetidos ao Ministério Público, o qual apresentou a sua manifestação. Em decorrência, a Companhia apresentou a sua manifestação à cota da Procuradoria e o processo será remetido para julgamento; e

Notas Explicativas

- (a.3) Com relação à ação do Reservatório de Nova Avanhandava, após decisão que julgou improcedente a ação em 1ª instância, em outubro de 2009, o Tribunal decidiu por anular a decisão de 1ª instância, determinando a realização de perícia, a fim de verificar se houve dano/ impacto ambiental que não estivesse compensado pelo licenciamento ambiental. Após as apresentações dos recursos cabíveis, em julho de 2017, a referida decisão transitou em julgado, razão pela qual o processo retornou para a 1ª instância para a realização de perícia.

Além disso, a Companhia possui 1 ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público contra o Estado de São Paulo, CETESB e Companhia, com o objetivo de impedir a proliferação de Algas Cianofíceas no Rio Tietê. Da companhia, o Ministério Público requer: (a) plano de contingência para o controle e redução das algas nos reservatórios de Promissão, Ibitinga e Barra Bonita sempre que atingirem níveis que coloquem em risco a saúde humana; (b) monitoramento do Rio Tietê com coletas mensais, informando os resultados à CETESB; (c) reflorestamento de toda a margem dos reservatórios que opera, localizados no Rio Tietê; e (d) pagamento de indenização pelos danos eventualmente considerados irreversíveis causados ao meio ambiente, a serem apurados em liquidação de sentença. Em 03 de setembro de 2018, foi concedida liminar aos pedidos do Ministério Público, a qual determina à Companhia: (i) Estabelecer, em conjunto com o Estado e a CETESB, plano de contingência para o controle e redução das cianobactérias nos reservatórios de Promissão, Ibitinga e Barra Bonita; (ii) Iniciar monitoramento do Rio Tietê, com coletas mensais, devendo informar os resultados à CETESB com a mesma periodicidade e ainda disponibilizar os dados obtidos nesse monitoramento em seu site na internet; e (iii) Apresentar, no prazo máximo de 6 meses, projeto de reflorestamento de toda a mata ciliar dos reservatórios que opera ao longo do Rio Tietê. A Companhia recorreu da decisão liminar, buscando suspender seus efeitos, e em 24 de outubro de 2018, foi publicada decisão favorável à Companhia no tribunal, suspendendo os efeitos da Liminar. Em março de 2019, foi proferida decisão que deu provimento ao recurso apresentado pela Companhia e, conseqüentemente, revogou a liminar que determinava uma série de obrigações para a mesma. Atualmente, aguarda-se julgamento em primeira instância. Tal ação possui valor de causa simbólico, motivo pelo qual não é possível, no momento, estimar o valor de um possível desembolso futuro.

- (b) Cível:

- (b.1) Obrigação de expansão: Em outubro de 2018, a Companhia assinou acordo judicial com o Estado de São Paulo. No acordo judicial, restou registrado que: (i) 80% da obrigação de expansão (317 MW) foi cumprida ou está em fase de cumprimento; e (ii) a partir da homologação judicial do acordo, homologado em 22 de janeiro de 2019, a Companhia tem o prazo de até 6 anos para cumprir o saldo remanescente (81 MW). Em 22 de janeiro de 2019, foi proferida decisão que homologou a referido acordo. Com isso, a partir da referida homologação judicial, o processo ficará suspenso por 6 anos. Em caso de não cumprimento da obrigação remanescente no prazo de até 6 anos, fica a Companhia sujeita aos termos formulados na petição inicial pelo Estado de São Paulo, sob pena de pagamento de indenização por eventuais perdas e danos. Para maiores detalhes, vide nota explicativa nº 1.5.

- (b.2) Em 13 de março de 2013, foi movida ação judicial contra a Companhia, visando a cobrança de valores supostamente devidos em razão da rescisão de contratos de reflorestamento celebrados entre a Dicrel - Dois Irmãos Comercio e Reflorestamento Ltda e a Companhia, na medida que a Autora entende não ter incorrido nas hipóteses de rescisão unilateral dos contratos e, portanto, ser credora de valores residuais.

Em abril de 2013, a Companhia apresentou contestação. Em virtude de tratar-se de matéria de prova, o juiz de 1ª instância determinou a realização de perícias (ambiental e contábil), com o fim de identificar a veracidade dos fatos alegados na inicial. Atualmente, o processo encontra-se em fase de instrução, aguardando a conclusão de perícia ambiental. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar o valor estimado de aproximadamente R \$9.064, atualizado até 31 de março de 2020 (R\$8.734 em 31 de dezembro de 2019).

- (b.3) Em 19 de novembro de 2018, foi movida ação judicial em face das 15 SPE's relativas ao Complexo Eólico Alto Sertão II, para fins de execução de parcela líquida da sentença arbitral proferida nos autos da "arbitragem A" (vide nota explicativa nº 19.1(e)). Em suma, o Consórcio MGT objetivava o pagamento do débito exequendo, referente à sentença arbitral proferida, acrescido de multa

Notas Explicativas

de 10% e de honorários advocatícios de 10%, em virtude do não pagamento do débito no prazo de 15 dias úteis da efetiva citação. Como as citações não foram efetivamente recebidas pelas 15 SPE's, após o pagamento integral do débito executado, em 30 de abril de 2019, foi apresentada impugnação ao cumprimento de sentença arbitral, com o objetivo de afastar a cobrança dos valores relativos a multa e honorários. Em 24 de junho de 2019, foi proferida sentença de 1ª instância que afastou a cobrança dos valores referentes a multa e honorários. Em decorrência, em 25 de setembro de 2019, o Consórcio MGT interpôs recurso de apelação, o qual encontra-se pendente de julgamento. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar o valor estimado de R\$6.950, atualizado até 31 de março de 2020 (R\$6.607 em 31 de dezembro de 2019).

(c) Fiscal:

(c.1) Compensações de IRPJ e CSLL: Referem-se a intimações da Receita Federal sobre a não homologação de 4 compensações administrativas de IRPJ e CSLL, conforme mencionado no item (d.1) da nota explicativa nº 19.1 sendo estimado como perda possível R\$126.645 de um total de R\$132.663 (R\$126.197 de um total de R\$132.194 em 31 de dezembro de 2019). Em 19 de abril de 2017, a Companhia foi intimada de decisão de 2ª instância administrativa desfavorável aos seus interesses. Tal decisão foi proferida em um dos quatro processos administrativos, cujo prognóstico é classificado como possível, em que se discutem as compensações de IRPJ e CSLL, o qual corresponde ao valor atualizado até 31 de março de 2020 em R\$50.509. Em 27 de abril de 2017, a Companhia interpôs recurso especial que será apreciado pela Câmara Superior do CARF. Apesar da decisão desfavorável, o prognóstico de perda permanece classificado como possível. A administração da Companhia, com base na opinião dos assessores jurídicos, estima que esta fase do processo será concluída durante o ano de 2020. No tocante às demais três compensações, aguarda-se decisão dos recursos administrativos apresentados pela Companhia perante o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF (2ª instância administrativa). Em relação a esses três processos, a administração da Companhia, com base na opinião dos assessores jurídicos, estima que as fases atuais dos processos serão concluídas durante o ano de 2021.

(c.2) Auto de infração - ágio (2006 a 2008): Refere-se ao Auto de Infração lavrado emitido pela Receita Federal do Brasil - RFB, visando a cobrança de valores relativos a IRPJ e CSLL, no montante de R\$159.379 atualizado até 31 de março de 2020 (R\$158.540 até 31 de dezembro de 2019). A autuação se deve ao fato de, no exclusivo entendimento da RFB, ter havido uma dedutibilidade indevida nas bases de cálculo de IRPJ e CSLL em função do ágio registrado na incorporação da AES Gás Empreendimentos Ltda e Tietê Participações Ltda. Vale esclarecer que o ágio objeto do questionamento decorreu da expectativa de rentabilidade futura na aquisição da Companhia de Geração Tietê S.A. quando do leilão de privatização do setor elétrico ocorrido em 1998. Em maio de 2013, houve decisão de 1ª instância favorável à Companhia. Em maio de 2016, foi proferida decisão de 2ª instância desfavorável aos interesses da Companhia. Segundo o entendimento do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), o aproveitamento do ágio foi considerado ilegítimo e reduzida apenas a multa aplicada no Auto de Infração de 150% para 75%. Em agosto de 2016, a Companhia recebeu intimação relativa à decisão desfavorável proferida pelo CARF. Em virtude de omissões quanto a fundamentação legal da decisão, a Companhia opôs embargos de declaração. Em novembro de 2016, a Companhia recebeu decisão desfavorável, a qual rejeitou os embargos de declaração apresentados. Em face desta decisão, foi interposto Recurso Especial. Em outubro de 2017, foi proferida decisão desfavorável aos interesses da Companhia pela Câmara Superior do CARF. Desta forma, encerraram-se as possibilidades de recursos na esfera administrativa. Em janeiro de 2018, a Companhia ingressou com medida judicial para discutir o débito em questão. Ainda, com o intuito de suspender a exigibilidade do débito, foi apresentado seguro garantia e obtida decisão liminar para garantir a suspensão do débito. Atualmente, aguarda-se o julgamento de mérito em 1ª instância. Em maio de 2018, a Companhia opôs embargos à execução fiscal. Em outubro de 2018, foi proferida decisão de 1ª instância que julgou os embargos à execução extintos sem a análise do mérito. Em decorrência, foi interposto o recurso de apelação, o qual encontra-se pendente de julgamento. Em relação ao andamento da ação anulatória, aguarda-se o julgamento em 1ª instância. Em que pese o encerramento da esfera administrativa de forma desfavorável, o prognóstico de perda permanece inalterado.

Notas Explicativas

- (c.3) Auto de infração - Refere-se ao Auto de Infração lavrado pela Secretaria da Receita Federal por dedução supostamente indevida, no ano de 2008, dos investimentos realizados em projetos de P&D da base de cálculo de IRPJ/CSLL, bem como a variação monetária passiva decorrente dos investimentos. Em novembro de 2012 foi apresentada defesa pela Companhia, tendo sido proferido julgamento desfavorável aos interesses da Companhia. Em novembro de 2013, foi apresentado recurso voluntário. Em maio de 2016, foi proferida decisão de 2ª instância desfavorável à Companhia. Em decorrência, foram opostos embargos de declaração. Em outubro de 2016, foi proferida decisão desfavorável que rejeitou os embargos de declaração. Em decorrência, foi interposto recurso especial, o qual encontra-se pendente de julgamento pela Câmara Superior do CARF. Em que pese a decisão desfavorável, o prognóstico de perda permanece inalterado. O valor atualizado até 31 de março de 2020 é de R\$9.515 (R\$9.463 em 31 de dezembro de 2019).
- (c.4) Auto de Infração IRPJ - Refere-se a Auto de Infração lavrado pela Receita Federal para cobrança de IRPJ referente as estimativas mensais de dezembro de 2004 e dezembro de 2007, acrescidos de multa isolada e de ofício. Em novembro de 2009, foi proferida decisão de 1ª instância parcialmente favorável a Companhia, a qual cancelou a cobrança de IRPJ relativa ao ano de 2007 e parcialmente a cobrança relativa ao ano de 2004, além de cancelar parcela da multa aplicada. Em decorrência, além do recurso de ofício (por parte da Fazenda), a Companhia interpôs recurso voluntário. Em abril de 2014, foi proferida decisão de 2ª instância que negou provimento ao recurso de ofício e deu parcial provimento ao recurso voluntário da Companhia. Em face desta decisão, a Companhia interpôs recurso especial para discutir a parcela da decisão que manteve a cobrança de IRPJ relativa ao ano de 2004. Como a Fazenda apresentou recurso especial apenas em face da parcela da decisão que cancelou as multas, tornou-se definitivo o cancelamento da cobrança de IRPJ relativa ao ano de 2007 e parcela do imposto referente ao ano de 2004. Atualmente, aguarda-se o julgamento pelo CARF do recurso especial apresentado pela Fazenda. No tocante ao recurso especial da Companhia, em março de 2018, foi proferida decisão que negou provimento ao recurso. Assim, em virtude do encerramento da discussão na esfera administrativa e com o intuito de continuar discutindo judicialmente a matéria, a Companhia apresentou seguro garantia e, atualmente, aguarda-se o julgamento dos embargos à execução fiscal, em 1ª instância. O valor atualizado do caso para 31 de março de 2020 é de R\$20.271 (R\$20.178 em 31 de dezembro de 2019).
- (c.5) Auto de infração - ágio (2013/2016): Refere-se ao Auto de Infração lavrado emitido pela Receita Federal do Brasil - RFB, visando a cobrança de valores relativos a IRPJ e CSLL, no montante de R\$319.952 atualizado até 31 de março de 2020. A autuação se deve ao fato de, no exclusivo entendimento da RFB, ter havido uma dedutibilidade indevida nas bases de cálculo de IRPJ e CSLL em função do ágio registrado pela Companhia (ocorrida entre 2013 a 2016), em virtude das incorporações realizadas entre 2000 a 2016. Após a análise do auto de infração, a Companhia verificou que parcela da autuação se refere a amortizações de ágio realizadas pela antiga Companhia Brasileira de Energia. Desta forma, do montante total cobrado no auto de infração R\$ 319.952, R\$ 92.375 seriam de responsabilidade da entidade sob controle comum Brasileira Participações, na medida em que estão relacionados a amortizações de ágio realizadas pela antiga Companhia Brasileira de Energia, e R\$227.676 atribuíveis à Companhia. Em relação a parcela de responsabilidade da Brasileira Participações, a Companhia notificou o BNDES e Brasileira Participações para resguardar o direito quanto a eventual indenização, na forma do contrato de indenização firmado com aquela companhia por ocasião do Projeto Baltimore. Em 03 de dezembro de 2019, a Companhia, apresentou impugnação administrativa, a qual encontra-se pendente de julgamento. Caso sobrevenha decisão desfavorável a Companhia, a Brasileira Participações terá que arcar com o pagamento da parcela da autuação relativa ao período de sua responsabilidade.
- (c.6) Auto de infração - ágio (2013/2015): Refere-se ao Auto de Infração lavrado emitido pela Receita Federal do Brasil - RFB, visando a cobrança de valores relativos a IRPJ e CSLL, no montante de R\$103.512 atualizado até 31 de março de 2020. A autuação se deve ao fato de, no exclusivo entendimento da RFB, ter havido uma dedutibilidade indevida nas bases de cálculo de IRPJ e CSLL em função do ágio registrado pela Companhia, ocorrida entre 2013 a 2015, em virtude das incorporações realizadas entre 2000 a 2015. Em 03 de dezembro de 2019, a Companhia, apresentou impugnação administrativa, a qual encontra-se pendente de julgamento.

Notas Explicativas

(c.7) Execução Fiscal - PIS/COFINS (Saldo Remanescente 2007/2010): Execução Fiscal ajuizada para a cobrança de supostos saldos remanescentes de PIS e COFINS relativos ao ano calendário de 2007 à 2010. Os referidos saldos são oriundos de processo administrativo em que a Companhia discutia questões relativas ao regime de tributação de PIS e COFINS, cujo prognóstico era remoto. Neste caso, o processo encerrou-se, no mérito, de forma favorável à Companhia e o sistema da Receita Federal apontou a existência dos referidos saldos remanescentes, em virtude da glosa de créditos supostamente aproveitados de forma indevida. Em fevereiro de 2020, a Companhia opôs embargos à execução fiscal, os quais encontram-se pendentes de julgamento. O valor atualizado do caso para 31 de março de 2020 é de R\$8.795.

19.3 Processos fiscais com probabilidade de perda classificada como remoto

A Companhia deve divulgar quaisquer ativos e passivos contingentes relacionados a tributo. Em 31 de março de 2020, a Companhia e suas controladas possuem processos de natureza fiscal com probabilidade de perda classificada como remoto no montante de R\$300.670 (R\$310.323 em 31 de dezembro de 2019). Para estes processos, não há depósitos judiciais, visto que o prognóstico é classificado como remoto.

19.4 Outros processos - Rebaixamento Hidrelétrico (Generation Scaling Factor - GSF)

A APINE obteve em 1º de julho de 2015, uma liminar favorável a todas as geradoras elétricas representadas pela associação no âmbito da Ação Judicial, entre elas a Companhia. Em 07 de fevereiro de 2018, a ação judicial foi julgada improcedente em 1ª instância e, conseqüentemente, revogou os efeitos da liminar que protegia as empresas associadas da APINE dos efeitos do GSF no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE). Em 14 de fevereiro de 2018, foram opostos embargos de declaração, julgados em 16 de fevereiro de 2018, preservando os efeitos da liminar durante o período em que a mesma esteve válida, ou seja, de 01 de julho de 2015 a 07 de fevereiro de 2018, até o julgamento definitivo, em 2ª instância.

Em 20 de fevereiro de 2018, a ANEEL opôs embargos de declaração, com o objetivo de reformar a parcela da decisão que restabeleceu os efeitos de liminar. Em 06 de março de 2018, foi proferida decisão que negou provimento aos embargos de declaração da ANEEL e, conseqüentemente, manteve os efeitos da liminar favorável à APINE. A ANEEL apelou da decisão de 1ª instância, buscando, através de pedido liminar, cancelar a decisão que manteve os efeitos da liminar em favor da APINE (no período de 07 de janeiro de 2015 a 07 de fevereiro de 2018).

Em 30 de abril de 2018, o Tribunal negou o pedido da ANEEL. A APINE, por sua vez, também apelou da decisão de 1ª instância, pleiteando, dentre outros pedidos, que os efeitos da liminar não se restringissem a 07 de fevereiro de 2018, mas sim até o julgamento final em 2ª instância.

Em 07 de maio de 2018, o Tribunal acatou o pedido da APINE e, conseqüentemente, determinou que a CCEE fique impossibilitada de aplicar, mensalmente, os efeitos do GSF no MRE, aos integrantes da ação judicial.

A ANEEL recorreu da decisão do Tribunal que estendeu os efeitos da liminar e, em 23 de outubro de 2018, o Superior Tribunal de Justiça - STJ proferiu decisão que deferiu parcialmente o pleito da ANEEL. Com essa decisão, foi mantida a liminar para o período compreendido entre julho de 2015 a fevereiro de 2018 e revogada a parcela da decisão que estendeu os efeitos da estabilização da liminar para o período posterior à própria decisão (maio de 2018) e até trânsito em julgado da sentença. Na prática, esta decisão permite que os valores de GSF em aberto correspondentes ao período posterior a fevereiro de 2018 passem ser liquidados pela CCEE. Com relação ao mérito da discussão, aguarda-se o julgamento das apelações interpostas pela ANEEL e APINE.

A Companhia estima que o provável desembolso relacionado a esta discussão é composto pelo passivo registrado sob a rubrica de fornecedores, no montante de R\$1.135.704 (R\$1.118.967 em 31 de dezembro de 2019), deduzido o valor a receber do mercado de curto prazo, no montante de R\$98.400 (R\$97.426 em 31 de dezembro de 2019), totalizando o valor de R\$1.037.304 (R\$1.021.541 em 31 de dezembro de 2019). O passivo registrado refere-se aos montantes recebidos pela Companhia por meio das liquidações financeiras da CCEE, sem impacto deste valor em sua demonstração de resultado, uma vez que os efeitos dessas operações já se encontram devidamente reconhecidos, sem considerar os

Notas Explicativas

efeitos das medidas liminares. Já o ativo, refere-se a saldos pendentes de recebimentos relacionadas a transações de energia no mercado de curto prazo, principalmente devido à inadimplência do setor causada por liminares que impedem a liquidação financeira de valores impactados pelo GSF. Vide rubrica mercado de curto prazo da nota explicativa nº 5. Com a finalidade de atender possíveis compromissos futuros do GSF, esses montantes recebidos estão mantidos em investimentos, sob a rubrica “Investimentos de curto prazo”. Vide notas explicativas nº 14.

Cartas de fiança, seguro garantia e caução

Em 31 de março de 2020, a Companhia possui cartas de fiança e seguros garantia para processos judiciais, conforme abaixo:

Consolidado	Quantidade	Valor	Taxa a.a.
Fiscal	6	188.673	0,34 a 2,80%
Trabalhista	1	727	0,28%
Cível	1	8.561	0,35%
	8	197.961	

20. ENCARGOS SETORIAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
CIRCULANTE				
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH)	10.666	8.552	10.667	8.552
Pesquisa e desenvolvimento (P&D)	6.944	8.307	6.944	8.307
Fundo nacional de desenvolvimento científico tecnológico	580	506	580	506
Ministério de minas e energia	290	253	290	253
Taxa de fiscalização ANEEL	694	681	876	841
Subtotal	19.174	18.299	19.357	18.459
NÃO CIRCULANTE				
Pesquisa e desenvolvimento (P&D)	10.421	9.726	10.421	9.726
Subtotal	10.421	9.726	10.421	9.726
Total	29.595	28.025	29.778	28.185

21. OUTRAS OBRIGAÇÕES

CIRCULANTE	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Ressarcimento passivo (i)	—	—	51.573	43.754
Obrigações de aquisições (ii)	108.753	39.752	65.734	1.250
Participação nos lucros e resultados	2.961	10.733	2.971	10.755
Férias	8.029	7.986	8.051	8.006
Ajuste financeiro MCSO (iv)	—	—	4.671	5.138
Encargos sociais sobre férias e gratificações	3.277	2.818	3.286	2.825
Meio ambiente	1.953	1.927	2.379	2.353
Obrigações especiais (iii)	493	484	493	484
Demais obrigações	6.850	3.511	11.549	11.194
Subtotal	132.316	67.211	150.707	85.759

Notas Explicativas

NÃO CIRCULANTE	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Obrigações de aquisições (ii)	41.081	30.370	41.081	30.370
Meio ambiente	9.252	9.174	15.839	15.761
Obrigações especiais (iii)	3.312	3.426	3.312	3.426
Provisões para desmobilização (v) (nota 12)	–	–	13.344	13.225
Ressarcimento passivo (i)	–	–	39.237	9.496
Demais obrigações	3.897	3.732	4.048	4.414
Subtotal	57.542	46.702	116.861	76.692
Total	189.858	113.913	267.568	162.451

- (i) Os parques eólicos e solares operam contratos de Energia de Reserva (LER) e contratos de Energia Nova (LEN). Os contratos estabelecem limites para os desvios positivos ou negativos de geração em relação a receita fixa com aplicação de bônus ou penalidades, conforme as regras do mecanismo. Os ressarcimentos por desvios negativos de geração estão sendo apresentados na rubrica de outras obrigações. Já os ressarcimentos por desvios positivos de geração, estão sendo apresentados na rubrica de outros ativos.
- (ii) Na controladora refere-se ao saldo remanescente da contraprestação a ser transferida em troca do controle acionário do Complexo Alto Sertão II, no montante atualizado de R\$43.019, valor reclassificado na demonstração consolidada para a rubrica de processos judiciais devido ao andamento do procedimento arbitral relacionado aos pedidos anteriormente ilíquidos, conforme detalhado na nota explicativa nº 19.1(e) de provisões para processos judiciais e outros. Adicionalmente, faz parte destas obrigações de curto prazo, no montante atualizado de R \$65.734, parcela relativa à contraprestação transferida a ser paga pela aquisição de ativos do Complexo Eólico Tucano, detalhada na nota explicativa nº 1.4. Nas obrigações de aquisições de longo prazo, R\$29.698 refere-se à aquisição do Complexo Alto Sertão II e R\$13.278 refere-se à aquisição Complexo Eólico Tucano, totalizando R\$42.976.
- (iii) De acordo com a publicação do Decreto 9022/2017, em seu artigo 27, os recursos do fundo de reversão e da Reserva Global de Reversão (RGR) que foram investidos e não compensados serão corrigidos monetariamente pelos mesmos índices de correção dos ativos. Assim, a Companhia amortizará integralmente os débitos com o fundo da RGR até 31 de dezembro de 2026. A CCEE vem cobrando o referido saldo em parcelas mensais, aplicando juros de 5% a.a.
- (iv) De acordo com o estabelecido no contrato de venda para a Renova Comercializadora de Energia S.A, firmado em 03 de agosto de 2017, a diferença entre a energia comprada e a energia entregue, geraria uma obrigação de ressarcimento, com as mesmas regras do CCEAR com a CCEE. O ressarcimento é atualizado pelo IPCA e será pago até dezembro de 2020.
- (v) Em junho de 2018, a Companhia reconheceu provisão no montante de R\$12.530 em contrapartida ao imobilizado, correspondente à expectativa de desembolso futuro para desmantelamento, demolição e todos os demais gastos associados à retirada de serviço de ativos de longo prazo do Complexo Eólico Alto Sertão II. O prazo previsto para realização desta provisão é o término dos contratos de arrendamento dos parques eólicos. O cálculo do valor da provisão para desmantelamento foi efetuado com base na estimativa desses custos por consultor externo, projetado até ao fim da vida útil do parque eólico. A taxa de desconto utilizada para o cálculo do valor presente da provisão foi de 4,1% na data-base da avaliação.

Notas Explicativas

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A seguir está apresentada a composição acionária da Companhia:

	31/03/2020		31/12/2019	
	Ordinárias		Ordinárias	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionistas				
AES Holdings Brasil Ltda.	484.392	61,61	484.392	61,61
BNDESPar	113.392	14,42	113.392	14,42
Centrais Elétricas Brasileiras S.A.	31.675	4,03	31.675	4,03
Outros	156.806	19,94	156.806	19,94
Total das ações ordinárias em circulação	786.265	100,00	786.265	100,00
	Preferenciais		Preferenciais	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionistas				
AES Holdings Brasil Ltda.	1.562	0,13	1.562	0,13
BNDESPar	453.554	37,51	453.554	37,51
Centrais Elétricas Brasileiras S.A.	126.701	10,48	126.701	10,48
Outros	627.450	51,88	627.450	51,88
Total das ações preferenciais em circulação	1.209.267	100,00	1.209.267	100,00
Total das ações	1.995.532		1.995.532	

22.1 Reservas, ajuste de avaliação patrimonial e outros resultados abrangentes

	Controladora	
	31/03/2020	31/12/2019
<u>Reservas de capital:</u>		
Reserva especial de ágio na incorporação	128.609	128.609
Remuneração das imobilizações em curso - capital próprio	9.405	9.405
Ações e opções de ações outorgadas	3.391	3.274
Resultado na alienação de ações em tesouraria	264	264
Subtotal	141.669	141.552
<u>Avaliação patrimonial:</u>		
Ajuste de avaliação patrimonial, líquido de impostos	671.755	685.646
<u>Outros resultados abrangentes:</u>		
Plano de previdência privada - ganho (perda) atuarial, líquido de impostos	(50.526)	(50.526)
Equivalência patrimonial sobre hedge de fluxo de caixa de controladas	(9.285)	(9.380)
Subtotal	(59.811)	(59.906)
<u>Reservas de lucro:</u>		
Reserva legal (e)	94.921	94.921
Proposta de distribuição de dividendos adicionais	97.477	97.477
Reserva de investimentos	16.873	16.873
Subtotal	209.271	209.271
Total	962.884	976.563

Notas Explicativas

23. RESULTADO POR AÇÃO

23.1 Demonstração do cálculo do resultado por ação - básico

A tabela a seguir apresenta o resultado básico por ação para o trimestre findo em 31 de março de 2020.

	Controladora	
	31/03/2020	31/03/2019
Numerador:		
Resultado líquido do período	75.319	62.014
Denominador (em milhares de ações):		
Média ponderada do número de ações ordinárias	786.265	775.175
Média ponderada do número de ações preferenciais	1.209.267	1.192.210
Denominador ajustado		
Denominador para lucro básico por ação	1.995.532	1.967.385
Denominador para lucro básico por ação ajustado	1.995.532	1.967.385
Resultado básico por ação (R\$ por ação)		
Resultado básico por ação ordinária	0,03774	0,03152
Resultado básico por ação preferencial	0,03774	0,03152
Resultado básico por Unit	0,18872	0,15761

Resultado atribuível aos acionistas:

	31/03/2020	31/03/2019
Ordinárias	29.677	24.434
Preferenciais	45.642	37.580
Total	75.319	62.014

23.2 Demonstração do cálculo do lucro por ação - diluído

Conforme mencionado na nota explicativa nº 23.1, a Companhia possui uma reserva especial de ágio no montante de R\$128.609 (R\$128.609 em 31 de dezembro de 2019), que poderá ser capitalizada a favor de sua controladora AES Holdings Brasil Ltda. e da BNDESPAR Participações S.A., sendo garantida aos demais acionistas a participação nesse aumento de capital pelo direito de preferência, de forma a manter sua participação acionária na Companhia.

As potenciais ações a serem emitidas em razão da capitalização da reserva especial de ágio são consideradas diluidoras para o cálculo do resultado por ação diluído da Companhia, considerando a hipótese de que todas as condições para sua emissão foram atendidas.

Caso a reserva seja capitalizada em favor dos acionistas AES Holdings Brasil Ltda. e da BNDESPAR com emissão de 100% das ações e nenhum acionista minoritário exerça seu direito de participar do aumento de capital, o percentual dos demais acionistas reduziria de 47,24% para 46,14% em 31 de março de 2020, considerando os preços das ações nesta mesma data.

Notas Explicativas

	Controladora	
	31/03/2020	31/03/2019
Numerador:		
Resultado líquido do período	75.319	62.014
Denominador incluindo ações a serem subscritas com a totalidade da reserva de ágio (em milhares de ações):		
Média ponderada do número de ações ordinárias	802.664	808.438
Média ponderada do número de ações preferenciais	1.240.441	1.242.458
Resultado diluído por ação (R\$ por ação)		
Resultado diluído por ação ordinária	0,03686	0,03024
Resultado diluído por ação preferencial	0,03686	0,03024
Resultado diluído por Unit	0,18432	0,15119

Lucro atribuível aos acionistas em uma possível realização da reserva de ágio

	31/03/2020	31/03/2019
Ordinárias	29.590	24.445
Preferenciais	45.729	37.569
Total	75.319	62.014

24. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora				Consolidado			
	31/03/2020		31/03/2019		31/03/2020		31/03/2019	
	MWh	R\$	MWh	R\$	MWh	R\$	MWh	R\$
Contratos bilaterais	2.774.206	462.666	2.807.778	469.152	2.779.823	463.811	2.807.778	469.152
Mercado de curto prazo								
MRE	354.370	4.955	530.183	4.509	354.370	4.955	530.183	4.509
SPOT	17.405	17.900	10.430	1.614	17.405	17.900	20.073	3.875
Outros	–	3.990	–	3.439	–	5.427	–	7.827
Leilão - Outras empresas	–	–	20.643	3.208	–	–	20.643	3.208
Contratos de energia eólicos	–	–	–	–	363.430	48.721	268.696	46.368
Contratos de energia solares	–	–	–	–	81.753	28.400	64.962	18.024
Partes relacionadas (nota 28)	163.239	7.206	–	1.132	–	–	–	837
Outras receitas	–	111	–	1.110	–	1.187	–	1.531
Receita operacional bruta	3.309.220	496.828	3.369.034	484.164	3.596.781	570.401	3.712.335	555.331
PIS e Cofins	–	(45.336)	–	(44.414)	–	(48.254)	–	(46.123)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	–	(15.171)	–	(14.204)	–	(15.171)	–	(14.204)
ICMS	–	(6.713)	–	(4.016)	–	(8.362)	–	(4.016)
Pesquisa e desenvolvimento	–	(4.216)	–	(4.127)	–	(4.216)	–	(4.127)
ISS	–	–	–	–	–	(2)	–	(55)
Receita operacional líquida	3.309.220	425.392	3.369.034	417.403	3.596.781	494.396	3.712.335	486.806

Notas Explicativas

25. CUSTO DA ENERGIA COMPRADA E TRANSMISSÃO

	Controladora				Consolidado			
	31/03/2020		31/03/2019		31/03/2020		31/03/2019	
	MWh	R\$	MWh	R\$	MWh	R\$	MWh	R\$
Contratos bilaterais	265.437	(44.488)	397.882	(74.705)	371.224	(54.292)	422.882	(74.708)
Contratos com partes relacionadas (nota 28)	73.693	(15.251)	–	–	–	–	–	–
Mercado de curto prazo	–	–	–	–	–	–	–	–
SPOT	(5.205)	1.539	109.230	(31.391)	4.845	(336)	109.230	(31.169)
Outros	–	(214)	–	–	–	(214)	–	(2.327)
Encargos de uso, transmissão e conexão da rede elétrica	–	(36.597)	–	(37.434)	–	(41.776)	–	(41.820)
Crédito de PIS e Cofins	–	8.216	–	13.108	–	8.219	–	13.108
Total	333.925	(86.795)	507.112	(130.422)	376.069	(88.399)	532.112	(136.916)

26. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/03/2019	31/03/2020	31/03/2019
Seguros	(3.217)	(2.524)	(4.048)	(2.949)
Contribuições setoriais	(1.669)	(1.551)	(1.724)	(1.599)
Perdas na baixa de ativo imobilizado e intangível	(910)	(161)	(1.795)	(161)
Arrendamentos e aluguéis	(234)	(276)	(379)	(740)
Multas contratuais	–	–	(458)	(1.201)
Outros	(548)	(649)	(581)	(773)
Total	(6.578)	(5.161)	(8.985)	(7.423)

Notas Explicativas

27. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/03/2019	31/03/2020	31/03/2019
Receitas Financeiras				
Renda de aplicações financeiras	11.292	14.886	13.929	17.236
Renda de cauções e depósitos judiciais	736	1.345	1.158	2.715
PIS e COFINS sobre receita financeira	(597)	(805)	(648)	(884)
Receita de subarrendamento com partes relacionadas (nota nº 28)	525	–	–	–
Outras	58	465	82	(687)
Total	12.014	15.891	14.521	18.380
Despesas Financeiras				
Encargos de dívidas	(60.237)	(55.876)	(63.450)	(78.380)
Atualização monetária GSF (nota 14)	(18.209)	(18.136)	(18.209)	(18.136)
Atualização monetária de debêntures, empréstimos e financiamentos	(25.535)	(12.927)	(27.455)	(16.265)
Juros sobre a obrigação atuarial, líquido dos rendimentos dos ativos (nota 18)	(1.686)	–	(1.686)	–
Atualização monetária de obrigações por aquisições	(1.082)	(1.042)	(1.082)	(1.042)
Juros capitalizados transferidos para o imobilizado/intangível em curso (i)	1.640	687	1.843	8.041
Juros sobre passivos de arrendamento	(361)	–	(2.563)	–
Despesa de subarrendamento com partes relacionadas (nota nº 28)	(525)	–	–	–
Atualização monetária de processos judiciais e outros	(1.210)	(227)	(1.210)	(1.853)
Outras	(1.822)	(2.644)	(2.088)	(3.413)
Total	(109.027)	(90.165)	(115.900)	(111.048)
Variações Cambiais, líquidas				
(Perda) Ganho sobre o repasse de energia - Itaipú (nota 19.1)	(15.339)	(288)	(15.339)	(288)
Marcação a mercado de derivativos	–	–	736	(1.695)
Variação cambial sobre fornecedores	–	–	(2.243)	4.306
Outras	(305)	3	(306)	3
Total	(15.644)	(285)	(17.152)	2.326
Total Líquido	(112.657)	(74.559)	(118.531)	(90.342)

- (i) Os juros foram capitalizados a uma taxa média de 9,5% a.a. no trimestre findo em 31 de março de 2020 (9,5% a.a. no Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019), sobre os ativos qualificáveis.

Notas Explicativas

28. PARTES RELACIONADAS

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Ativo				
Contas a receber de clientes - AES Tietê Integra (i)	798	–	–	–
Outros ativos (nota 10) (iii)				
Subarrendamento - Boa Hora 1	23	22	–	–
Subarrendamento - Boa Hora 2	21	21	–	–
Subarrendamento - Boa Hora 3	21	40	–	–
Subarrendamento - AGV IV	23	22	–	–
Subarrendamento - AGV V	22	22	–	–
Subarrendamento - AGV VI	22	22	–	–
Subtotal	132	149	–	–
Outros ativos (nota 10)				
Dividendos a receber da Boa Hora 1	465	465	–	–
Dividendos a receber da Boa Hora 2	587	587	–	–
Dividendos a receber da Boa Hora 3	469	469	–	–
Dividendos a receber da Nova Energia	615	615	–	–
Dividendos a receber da AGV Solar IV	23	23	–	–
Dividendos a receber da AGV Solar V	58	58	–	–
Dividendos a receber da AGV Solar VI	56	56	–	–
Subtotal	2.273	2.273	–	–
Subtotal circulante	2.405	2.422	–	–
Outros ativos (nota 10) (iii)				
Subarrendamento - Boa Hora 1	2.223	2.199	–	–
Subarrendamento - Boa Hora 2	2.223	2.199	–	–
Subarrendamento - Boa Hora 3	2.224	2.199	–	–
Subarrendamento - AGV IV	2.384	2.357	–	–
Subarrendamento - AGV V	2.384	2.357	–	–
Subarrendamento - AGV VI	2.384	2.357	–	–
Subtotal não circulante	13.822	13.668	–	–
Total do ativo	16.227	16.090	–	–
Passivo				
Fornecedores (nota 14)				
Energia elétrica comprada para revenda				
Compra de energia - AGV Solar IV (vii)	613	824	–	–
Compra de energia - AGV Solar V (vii)	1.208	1.627	–	–
Compra de energia - AGV Solar VI (vii)	1.208	1.627	–	–
Subtotal	3.029	4.078	–	–
Materiais e Serviços - Reembolso de despesas para a AES Corp. (nota 14)	16	325	16	325
Total	3.045	4.403	16	325
Obrigações com entidade de previdência privada (nota 18)				
FUNCESP - Obrigações pós-emprego (vi)	91.406	89.001	91.406	89.001
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar - AES Holdings Brasil	9.194	9.194	9.194	9.194
Total do passivo	103.645	102.598	100.616	98.520

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/03/2019	31/03/2020	31/03/2019
Resultado				
Receita operacional líquida				
AES Tietê Integra (iv)	845	—	—	837
Cessão de energia - Maron (ii)	—	249	—	—
Cessão de energia - Pilões (ii)	—	249	—	—
Cessão de energia - Ametista (ii)	—	249	—	—
Cessão de energia - Dourados (ii)	—	249	—	—
Cessão de energia - Caetité (ii)	—	91	—	—
Cessão de energia - Borgo (ii)	—	45	—	—
Subtotal	845	1.132	—	837
Venda de energia - Ametista (v)	1.939	—	—	—
Venda de energia - Dourados (v)	1.773	—	—	—
Venda de energia - Pilões (v)	1.230	—	—	—
Venda de energia - Pelourinho (v)	355	—	—	—
Venda de energia - Maron (v)	1.064	—	—	—
Subtotal	6.361	—	—	—
Total	7.206	1.132	—	837
Energia elétrica comprada para revenda				
Compra de energia - Ametista (v)	(1.939)	—	—	—
Compra de energia - Dourados (v)	(1.773)	—	—	—
Compra de energia - Pilões (v)	(1.230)	—	—	—
Compra de energia - Pelourinho (v)	(355)	—	—	—
Compra de energia - Maron (v)	(1.064)	—	—	—
Compra de energia - AGV IV (vii)	(1.796)	—	—	—
Compra de energia - AGV IV (vii)	(3.547)	—	—	—
Compra de energia - AGV VI (vii)	(3.547)	—	—	—
Subtotal	(15.251)	—	—	—
FUNCESP - Obrigações pós-emprego - Plano previdenciário (vi) (nota 18)	(2.803)	(1.700)	(2.803)	(1.700)
Resultado financeiro				
Receita de subarrendamento com partes relacionadas (nota 17)	525	—	—	—
Despesa de subarrendamento com partes relacionadas (nota 17)	(525)	—	—	—
Total do resultado	(10.848)	(568)	(2.803)	(863)

- (i) Contratos de compra e venda de energia proveniente de fonte renovável celebrado entre a Companhia e a AES Tietê Integra. Esses contratos têm período de suprimento de janeiro de 2020 a dezembro de 2024, preço valorado entre R\$185,50 e R\$256,00, volume envolvido de aproximadamente 93,3 MWm e permanecerão em vigor até o cumprimento integral de todas as obrigações assumidas. Os preços e termos desta transação são efetuados nas mesmas condições às transações realizadas com terceiros.
- (ii) Refere-se ao contrato de compra e venda de energia celebrado entre a Companhia e algumas controladas indiretas do Complexo Alto Sertão II, detalhadas na tabela acima. Os contratos tiveram validade de fevereiro a março de 2019, preço médio de R\$45,28 e volume envolvido de aproximadamente 37,15 MWm. Os preços e termos desta transação são efetuados nas mesmas condições às transações realizadas com terceiros.
- (iii) Refere-se aos contratos de subarrendamento de terrenos com suas controladas diretas AGV e Boa Hora. As condições das sublocações estão apresentadas na nota explicativa nº 17. Os montantes foram reconhecidos no ativo circulante e não circulante, nas rubricas de Outros

Notas Explicativas

créditos e contas a receber de partes relacionadas, nos montantes de R\$132 e R\$13.822, respectivamente, totalizando R\$13.954.

- (iv) Contrato de prestação de serviços entre as controladas AES Tietê Integra e Boa Hora 3, tendo como finalidade a construção de uma subestação para conexão do Complexo Solar Boa Hora, com vigência até dezembro de 2018. Em aditivo firmado em 26 de dezembro de 2018, a vigência deste contrato foi prorrogada. Atualmente, a subestação encontra-se finalizada e energizada.
- (v) A partir de fevereiro de 2019, contratos mensais foram firmados, com o objetivo de troca de lastro da Companhia com algumas de suas controladas do Complexo Eólico Alto Sertão II, pois estas controladas tiveram redução de garantia física em 2018 e 2019, porém foram mantidos os contratos de venda, resultando em déficit de lastro. Sendo assim, transações de compra e venda foram realizadas, valorados ao PLD, com volume envolvido de aproximadamente 222,91 MWm de venda e 42,91 MWm de compra, sem efeito financeiro na demonstração consolidada devido às diferenças de preço entre os submercados. As transações de energia foram realizadas em consonância com as regras estabelecidas e reguladas pela CCEE.
- (vi) A Companhia é parte integrante do Conselho Deliberativo da Funcesp, possuindo influência significativa na administração do mesmo. Os detalhes do plano previdenciário estão demonstrados na nota explicativa nº 18.
- (vii) Refere-se aos contratos de compra e venda de energia celebrado entre a Companhia e as controladas da AGV Solar. Esses contratos têm validade para o ano de 2020 ao preço de R\$190 (reais), atualizados pelo IPCA, e volume envolvido de aproximadamente 19,8 MWm. Os preços e termos desta transação são efetuados nas mesmas condições às transações realizadas com terceiros.

28.1 Remuneração da alta administração

A remuneração da alta administração é composta pela Diretoria Estatutária e Conselho de Administração. A remuneração no trimestre findo em 31 de março de 2020 é apresentada a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31/03/2020	31/03/2019
Benefícios de curto prazo	1.687	1.574
Benefícios pós-emprego	25	25
Outros benefícios de longo prazo	151	73
Remuneração baseada em ações (i)	99	61
Total	1.962	1.733

- (i) Compostos por ações e opções de ações da The AES Corporation outorgadas à alta administração.

Notas Explicativas

29 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

29.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas são como segue:

	Notas	Mensuração do valor justo	Consolidado				Categoria
			31/03/2020		31/12/2019		
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	
ATIVO (Circulante e não circulante)							
Caixa e equivalentes de caixa	4	Nível 2	26.389	26.389	31.838	31.838	Custo amortizado
Investimentos de curto prazo (CDB-DI)	4	Nível 2	1.167.877	1.167.877	1.129.800	1.129.800	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes
Investimentos de curto prazo (Fundo de investimentos)	4	Nível 2	201.978	201.978	201.116	201.116	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber de clientes	5	Nível 2	372.719	372.719	355.583	355.583	Custo amortizado
Cauções e depósitos vinculados	10	Nível 2	270.727	270.727	154.332	154.332	Custo amortizado
Total			2.039.690	2.039.690	1.872.669	1.872.669	
PASSIVO (Circulante e não circulante)							
Fornecedores	14	Nível 2	1.250.033	1.250.033	1.228.330	1.228.330	Custo amortizado
Empréstimos, financiamentos e debêntures	16	Nível 2	4.259.434	4.011.487	4.254.945	4.396.910	Custo amortizado
Passivo de arrendamento	17	Nível 2	85.959	85.959	62.727	62.727	Custo amortizado
Derivativos - Non-Deliverable Forward (NDF)		Nível 2	—	—	281	281	Valor justo por meio do resultado
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar		Nível 2	38.862	38.862	38.867	38.867	Custo amortizado
Total			5.634.288	5.386.341	5.585.150	5.727.115	

Durante o trimestre findo em 31 de março de 2020, não houve transferência decorrente de avaliação de valor justo entre os níveis 1 e 2, tampouco com o nível 3.

29.2 GERENCIAMENTO DE RISCOS

(a.1) Risco de crédito

A exposição máxima ao risco do crédito na data base de 31 de março de 2020 é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Caixa e equivalentes de caixa	1.060	10.080	26.389	31.838
Investimentos de curto prazo	1.091.303	1.117.550	1.369.855	1.330.916
Contas a receber de clientes	276.287	265.505	372.719	355.583
Cauções e depósitos vinculados	126.224	90.829	270.727	154.332
Total da exposição	1.494.874	1.483.964	2.039.690	1.872.669

Notas Explicativas

(a.2) Risco de gerenciamento de capital

Na tabela abaixo, está demonstrado o índice de alavancagem financeira:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Empréstimos, financiamentos e debêntures (nota 16)	4.087.584	4.088.228	4.259.434	4.254.945
Caixa e equivalentes de caixa (nota 4)	(1.060)	(10.080)	(26.389)	(31.838)
Investimentos de curto prazo (nota 4)	(1.091.303)	(1.117.550)	(1.369.855)	(1.330.916)
Dívida líquida	2.995.221	2.960.598	2.863.190	2.892.191
Patrimônio líquido	1.526.701	1.451.170	1.526.701	1.451.170
Índice de alavancagem financeira	196,19%	204,01%	187,54%	199,30%

Do endividamento financeiro total consolidado em 31 de março de 2020, 10,40% (10,85% em 31 de dezembro de 2019) era de curto prazo e o prazo médio dos empréstimos, financiamentos e debêntures é de 5,0 anos (5,2 anos em 31 de dezembro de 2019).

Além do endividamento financeiro apresentado acima, a Companhia e suas controladas monitoram sua situação financeira com base em índices financeiros utilizados para fins de *covenants*, conforme nota explicativa nº 16.7.

(a.3) Risco de liquidez

A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia e suas controladas. Para a rubrica “Debêntures” e “Passivo de arrendamento” estão sendo considerados os fluxos de caixa projetados. Por se tratar de uma projeção, estes valores diferem dos divulgados na nota explicativa nº 16. As informações refletidas na tabela abaixo incluem os fluxos de caixa de principal e juros.

Posição em 31 de março de 2020	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Fornecedores	1.250.033	—	—	—	—
Debêntures	53.031	400.915	428.484	1.784.636	1.656.172
Passivo de arrendamento	164	929	1.195	4.932	78.739
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	38.862	—	—	—	—
Total	1.342.090	401.844	429.679	1.789.568	1.734.911

Quando o montante a pagar não é fixado, o montante evidenciado é determinado com referência às condições existentes na data de encerramento do período. Portanto, o CDI e IPCA utilizados nas projeções correspondem aos índices verificados na data de 31 de março de 2020.

(a.4) Riscos de mercado

Os principais riscos de mercado aos quais a Companhia e suas controladas estão expostas são os seguintes:

Riscos de taxas de juros

A Companhia e suas controladas possuem debêntures, empréstimos e financiamentos remunerados pela variação do DI e IPCA, acrescidos de juros contratuais. Conseqüentemente, está exposta à flutuação destas taxas de juros e índices, impactando suas despesas financeiras. Em 31 de março de 2020, as aplicações financeiras da Companhia e suas controladas foram alocadas em CDBs e fundo de investimentos, rentabilizadas pelo CDI.

Notas Explicativas

O montante de exposição líquida da Companhia e suas controladas aos riscos de taxas de juros na data base de 31 de março de 2020 é:

	31/03/2020
Equivalentes de caixa	18.766
Investimentos de curto prazo	1.369.855
Debêntures (nota 16)	(4.323.238)
Total da exposição líquida	(2.934.617)

Os montantes de debêntures apresentados na tabela acima referem-se somente às dívidas indexadas ao CDI e IPCA e não contemplam os saldos de custos de transação. Adicionalmente, o caixa não está sendo considerado como saldo da exposição, visto que não há risco de oscilação devido a mudanças nas taxas de juro de mercado.

Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nos investimentos e nas dívidas aos quais a Companhia e suas controladas estão expostas na data base de 31 de março de 2020, foram definidos 05 cenários diferentes para risco de taxa de juros e moeda estrangeira.

Para cada cenário foi calculada a receita e despesa financeira bruta, que representa o efeito esperado no resultado e/ou patrimônio líquido para um ano em cada cenário projetado, não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado. A data base utilizada da carteira foi 31 de março de 2020, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Risco de taxa de juros

Com base nos dados disponíveis na CETIP e FGV, foi extraída a projeção dos indexadores CDI e IPCA para um ano e assim definindo-o como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50% das aplicações financeiras e debêntures.

Notas Explicativas

			Projeção Receitas Financeiras - 01 ano				
Aplicações financeiras	Risco	Posição em 31.03.2020	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			1,76%	2,64%	3,52%	4,40%	5,28%
Equivalentes de caixa (i)	CDI	18.766	330	495	661	826	991
Investimentos de curto prazo	CDI	1.369.855	24.109	36.164	48.219	60.274	72.328
Impacto no resultado			24.439	36.659	48.880	61.100	73.319

			Projeção Despesas Financeiras - 01 ano				
Dívidas	Risco	Posição em 31.03.2020	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			1,76%	2,64%	3,52%	4,40%	5,28%
Debêntures - 7ª Emissão (2ª Série)	CDI	(754.523)	(23.261)	(29.987)	(36.713)	(43.439)	(50.166)
Debêntures - 9ª Emissão (1ª Série)	CDI	(1.382.841)	(38.410)	(50.700)	(62.991)	(75.282)	(87.573)
Impacto no resultado			(61.671)	(80.687)	(99.704)	(118.721)	(137.739)
IPCA			1,61%	2,42%	3,22%	4,03%	4,84%
Debêntures - 1ª Emissão (1ª Série)	IPCA	(92.256)	(8.619)	(9.423)	(10.222)	(11.022)	(11.826)
Debêntures - 1ª Emissão (2ª Série)	IPCA	(81.023)	(7.784)	(8.492)	(9.195)	(9.899)	(10.607)
Debêntures - 4ª Emissão (3ª Série)	IPCA	(371.192)	(37.771)	(41.032)	(44.271)	(47.512)	(50.772)
Debêntures - 5ª Emissão	IPCA	(206.028)	(17.008)	(18.786)	(20.553)	(22.320)	(24.098)
Debêntures - 6ª Emissão (2ª Série)	IPCA	(362.946)	(30.847)	(33.987)	(37.106)	(40.226)	(43.365)
Debêntures - 8ª Emissão	IPCA	(224.225)	(17.326)	(19.251)	(21.165)	(23.079)	(25.004)
Debêntures - 9ª Emissão (2ª Série)	IPCA	(663.140)	(42.413)	(48.038)	(53.627)	(59.217)	(64.842)
Debêntures - 9ª Emissão (3ª Série)	IPCA	(185.064)	(11.836)	(13.406)	(14.966)	(16.526)	(18.095)
Impacto no resultado			(173.604)	(192.415)	(211.105)	(229.801)	(248.609)
Total da exposição líquida			(210.836)	(236.443)	(261.929)	(287.422)	(313.029)

(i) O caixa não está sendo considerado na análise de sensibilidade, visto que não há exposição a riscos de mercado.

Notas Explicativas

31 SEGUROS

Em 31 de março de 2020, a cobertura de seguros, considerada suficiente pela Administração da Companhia cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil, é resumida como segue:

Risco	Período de vigência		Importância segurada
	de	até	
Riscos operacionais	31/12/2019	31/12/2020	4.140.000
Seguro terrorismo	31/12/2019	31/12/2020	1.242.000
Vida em grupo	01/01/2020	01/01/2021	25 X salário, com o máximo de R\$ 1.562
Responsabilidade civil geral	01/04/2020	01/04/2021	40.000
Riscos ambientais	01/04/2020	01/04/2021	10.000
Frota veículos - RCF	01/04/2020	01/04/2021	RCFV Garantia única R\$ 1.000
Responsabilidade civil de administradores- D&O	01/04/2020	01/04/2021	100.000

Os limites de proteção são compartilhados entre algumas empresas do Grupo AES, com exceção do seguro de frota veículos - RCF, que tem limite de proteção contratado individualmente por veículo e os seguros de construção do Complexo Solar Ouroeste. Para todos os seguros, o prêmio é pago individualmente por cada empresa, conforme o critério de rateio aplicável a cada apólice.

O seguro terrorismo é complementar ao seguro de riscos operacionais e faz parte do programa de proteção dos ativos do Grupo AES Brasil.

32. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO FLUXO DE CAIXA

A conciliação entre o passivo decorrente da atividade de financiamento e o fluxo de caixa é conforme a seguir:

	Controladora			Consolidado		
	Empréstimos, financiamentos e debêntures	Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	Total	Empréstimos, financiamentos e debêntures	Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	4.088.228	38.867	4.127.095	4.254.945	38.867	4.293.812
- Itens que afetam o fluxo de caixa						
Pagamento de encargos financeiros (i)	(84.776)	—	(84.776)	(84.573)	—	(84.573)
Juros capitalizados (nota 27)	(1.640)	—	(1.640)	(1.843)	—	(1.843)
Pagamentos de dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	—	(5)	(5)	—	(5)	(5)
- Itens que não afetam o fluxo de caixa						
Encargos de dívida	60.237	—	60.237	63.450	—	63.450
Variação monetária	25.535	—	25.535	27.455	—	27.455
Saldo em 31 de março de 2020	4.087.584	38.862	4.126.446	4.259.434	38.862	4.298.296

(i) Os encargos financeiros pagos são classificados como fluxos de caixa das atividades operacionais.

Notas Explicativas

33. EVENTOS SUBSEQUENTES

Emissão de Notas Promissórias

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 01 de abril 2020, foram aprovadas as 4ª, 5ª e 6ª emissões de notas promissórias, as quais foram liquidadas em 03 de abril, 08 de abril e 13 de abril de 2020, nos montantes de R\$175.000, R\$175.000 e R\$150.000, respectivamente, totalizando R\$500.000, com a finalidade de reforço de capital de giro da Controladora. As notas promissórias possuem prazo de 1 ano e custo entre CDI+2,80% e CDI+3,00% e não possuem nenhum tipo de garantia.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Ao Conselho de Administração e Acionistas da AES Tietê Energia S.A. | São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Companhia AES Tietê Energia S.A ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2020, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o CPC 21(R1) e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21(R1) e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1), aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros Assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2020 elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Valores correspondentes

Os valores correspondentes relativos aos balanços patrimoniais, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2019 foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 17 de fevereiro de 2020 sem modificação, e às demonstrações, individuais e consolidadas, do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo em 31 de março de 2019, foram anteriormente revisados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 24 de abril de 2019 sem modificação. Os valores correspondentes relativos às Demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2019, foram submetidos aos mesmos procedimentos de revisão por aqueles auditores independentes e, com base em sua revisão, aqueles auditores emitiram relatório reportando que não tiveram conhecimento de nenhum fato que os levasse a acreditar que a DVA não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 06 de maio de 2020.

KPMG Auditores Independentes | CRC 2SP014428/O-6 |

Y æ } ^! Ú ^ c | ç Á Ö [] ç ã | Á Ö Ú Á Ú Ú F I Ç F H Ë Ñ ï

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os Diretores da AES TIETÊ ENERGIA S.A. ("Companhia"), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.128.563/0001-10, com sede na Avenida das Nações Unidas, 12.495, 12º andar, Condomínio Centro Empresarial Berrini, Brooklin Paulista, São Paulo, SP, Brasil, nos termos e para os fins das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com as conclusões expressas no Relatório de Revisão dos Auditores Independentes da Companhia, Ernst & Young Auditores Independentes S.S., bem como que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Contábeis da Companhia referentes ao primeiro trimestre do exercício social de 2020.

São Paulo, 06 de maio de 2020.

Diretores:

Italo Tadeu de Carvalho Freitas Filho

Diretor Presidente

Clarissa Della Nina Sadock Accorsi

Diretora Vice-Presidente e de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Os Diretores da AES TIETÊ ENERGIA S.A. ("Companhia"), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.128.563/0001-10, com sede na Avenida das Nações Unidas, 12.495, 12º andar, Condomínio Centro Empresarial Berrini, Brooklin Paulista, São Paulo, SP, Brasil, nos termos e para os fins das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com as conclusões expressas no Relatório de Revisão dos Auditores Independentes da Companhia, Ernst & Young Auditores Independentes S.S., bem como que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Contábeis da Companhia referentes ao primeiro trimestre do exercício social de 2020.

São Paulo, 06 de maio de 2020.

Diretores:

Italo Tadeu de Carvalho Freitas Filho

Diretor Presidente

Clarissa Della Nina Sadock Accorsi

Diretora Vice-Presidente e de Relações com Investidores